

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Iuri Cardoso
Versão corrigida

O mundo e um outro mundo

**Reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes
lésbicas, gays e bissexuais da USP**

São Paulo

2019

O mundo e um outro mundo

**Reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes
lésbicas, gays e bissexuais da USP**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos da obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sylvia Gemignani Garcia
Co-orientador: Prof. Dr. Gustavo Venturi

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C266m

Cardoso, Iuri O mundo e um outro mundo:
Reprodução cultural e produção da diferença em
vivências universitárias de estudantes lésbicas,
gays e bissexuais da USP / Iuri Cardoso ;
orientadora Sylvia Gemignani Garcia. São Paulo,
2019.
139 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Estudantes. 2. Orientação Sexual. 3. Tolerância.
4. opressão. 5. USP. I. Garcia, Sylvia Gemignani,
orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

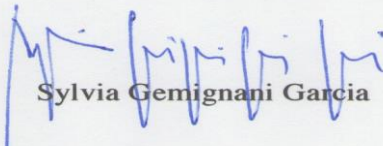
Nome do (a) aluno (a): Iuri Cardoso

Data da defesa: 16/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sylvia Gemignani Garcia

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08 de dezembro de 2019


Sylvia Gemignani Garcia

Nome: CARDOSO, Iuri.

Título: *O mundo e um outro mundo: Reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais da USP.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Caramez Carlotto
Instituição: UFABC
Assinatura: _____

Profa. Dra. Heloísa Buarque de Almeida
Instituição: USP
Assinatura: _____

Profa. Dra. Jacqueline Morais Teixeira
Instituição: FEUSP/CEBRAP
Assinatura: _____

Em memória de Filipe Varea Leme.

Muita saudade.

Dedico esta dissertação às e aos colegas entrevistados, que colaboraram com esta pesquisa. Agradeço pela disposição e pelas narrativas cheias de detalhes e sentimentos, sem as quais seria impossível concretizar este trabalho. Cada encontro, cada pergunta, cada palavra me ajudou, não apenas como pesquisador, mas também como ser humano, como alguém que, assim como vocês, sabe as dores e os prazeres de ser LGB nesta universidade e neste país.

Agradecimentos

É sempre difícil nomear as pessoas que nos dão suporte, mais complicado ainda é expressar em poucas palavras a importância que elas tiveram para que hoje eu estivesse aqui. Faz parte do processo olhar para trás e se emocionar, então aqui vão os agradecimentos:

Primeiramente, agradeço minha mãe, Márcia, por sempre acreditar em mim, por fazer dos meus sonhos os seus e me ajudar a realizá-los. Nada consegue expressar minha gratidão e meu amor por você.

Ao meu núcleo familiar, que sempre me ajudou quando precisei e que me ajudou a me formar como cidadão. Obrigado Fábio, Igor e Ian.

À minha irmã de consideração, minha companheira de carregar móveis de um lar para outro, minha amiga de lágrimas e sorrisos. Um forte abraço, Milena!

Agradeço imensamente ao Wilson e à Karla por tanto me ensinarem e me acompanharem na minha trajetória, desde a iniciação científica ainda no meu primeiro ano da faculdade, até os dias de hoje.

Ao Phi, que desde a graduação está ao meu lado, me acompanhando nessa jornada acadêmica. Obrigado pelas diversas tardes que passamos juntos para estudar para a prova, para fazer o projeto, para montar seminários e também para conversar sobre a vida.

Ao Zanlorenssi que me ajuda e me apoia há quase 10 anos ininterruptos. Espero um dia poder retribuir toda sua ajuda.

Ao Pablo, por todas batatas e doces que me trouxe quando eu estava triste, por todos sorrisos que compartilhamos e por toda força que você me dá sempre.

À Ana Trevisan e ao Brian Henrique, meus irmãos de orientação, que tanto me ajudaram e ensinaram durante a minha trajetória do mestrado.

Aos meus amigos e amigas que sempre me deram suporte e força desde a graduação: gratidão a Erik, Bianca, Clarice, Karen, Helena, Anna, Bauru, Teodoro, Artie, Mônica, Luana, Maria Clara e Mallu.

À minha família expandida, que me impulsiona sempre que preciso, que me acolhe e sempre está presente. Em especial, Vinícius, meu primo, Marta, minha madrinha, Hiram, meu tio, e Letícia e Larissa, minhas primas.

Ao pessoal da ESEM, com quem tenho vínculos inexplicáveis e estão sempre ao meu redor para me apoiar. Em especial, Juliana, Jussara, Bichi, Biá, Tio Duds, Nayara, Ana, Laura, Caio, Nico e Aika.

Não poderia esquecer também do pessoal do vôlei da FFLCH e da Geo, que sempre me trazem alegrias e aventuras nos diversos jogos e festas. Um beijo em especial para Fi, João, Tchela, Thaleska, Cauê e Caienne. Arrasaram, viados!

Aos membros do meu grupo de pesquisa, GPESECC, por toda paciência, por toda contribuição e por todos os encontros enriquecedores às sextas à noite. Um beijo para todos, em especial, para as professoras Ana Paula Hey e Lidiane Rodrigues.

Ao pessoal do NÓS e suas parcerias: Alexandre, Beatriz, Jéssica, Luiza, Thais e Tita. Obrigado pelos abraços, as conversas e, principalmente, por ter encontrado em vocês sonhos comuns.

À minha banca qualificação, pelos preciosos e importantes comentários. Obrigado, Professora Regina Facchini e Professora Heloísa Buarque.

Àqueles que dão os suportes para que a vida acadêmica seja possível, àqueles que estão ali para te abraçar, te escutar e também se divertir junto. Obrigado, Alan, Maria Carolina, Lucas Magno, Will Reina, Di, Pedro, Vitor Lima, Zé Henrique e Petterson.

Ao pessoal de Uberlândia, minha terra, que sempre me acolhe e me acalma, seja a distância ou pessoalmente. Amos vocês, Rita, Leandro e Gabi.

Agradeço em especial às professoras e aos professores com quem tive contato ao longo da minha graduação e que muito me ensinaram e me cativaram. Obrigado, Laura Moutinho, Sylvia Garcia, Heloísa Buarque, Helena Hirata, Nadya Guimarães, Jacqueline Teixeira, Márcia Lima, Fraya Frehse e Flávia Schilling.

A todos e todas LGBTQs que vieram antes de mim e lutaram, sem vocês eu jamais estaria aqui escrevendo esta dissertação.

A todos aqueles que foram essenciais para a realização desta pesquisa. Muito obrigado a todos que aceitaram conceder as entrevistas, aos que tentaram e não conseguiram e aos que me ajudaram a conseguir as entrevistas. Obrigado, também, ao pessoal da Frente de Diversidade Sexual de Gênero da USP, pela recepção incrível.

Ao CNPq, pelo importante financiamento que faz à pesquisa brasileira, inclusive a minha. Sem esse financiamento, esta pesquisa não poderia acontecer.

Ao Escritório USP Mulheres, pelo fornecimento dos dados de sua pesquisa sobre as interações na USP.

Em especial à pessoa que tem estado comigo nos últimos meses e tem sido fundamental para minha estabilidade emocional nestes tempos difíceis. Obrigado, Ricardo Castanho.

Ao Gustavo Venturi, meu co-orientador, com sua força e disposição nunca vistas, obrigado pela paciência, pela leitura atenciosa e todas as observações que ajudaram a construir cada passo deste trabalho.

Por fim, à minha orientadora, Sylvia, por toda paciência com as minhas cobranças e inseguranças. Agradeço por todo conhecimento que você compartilhou comigo e pela chance de concluir esta pesquisa. Muito obrigado, Sylvia, por aceitar ser minha orientadora e por me permitir construir esta pesquisa com você.

Nome: CARDOSO, Iuri. *O mundo e um outro mundo: Reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais da USP*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Resumo: Esta pesquisa busca explorar, a partir de uma perspectiva interseccional, as vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais da Universidade de São Paulo, considerando as unidades sediadas na cidade de São Paulo. O material empírico é composto por 17 entrevistas semiestruturadas que foram realizadas durante o ano de 2018 e em janeiro de 2019. Para isso localizo historicamente as contradições incorporadas pela instituição universitária moderna, notadamente as funções de reprodução cultural e de produção de conhecimento reflexivo que, no cenário contemporâneo, balizam, de um lado, o processo de incorporação, pelas universidades, da função de responsabilidade social e, de outro, o surgimento e difusão dos estudos acadêmicos de gênero e sexualidade. Situando mais especificamente o objeto da pesquisa, reconstruo brevemente algumas relações entre a cidade de São Paulo e as pautas de diversidade sexual e de gênero para, então, analisar algumas dinâmicas socioespaciais da USP, utilizando, principalmente, dados da pesquisa “Interações na USP”, realizada pelo Escritório USP Mulheres em 2018. A partir disso, debruço-me sobre os dados coletados, apresentando as características sociais de cada entrevistado, buscando entender quais as especificidades da USP na construção das vivências de cada um. Em seguida, apresento como as marcações sociais, nomeadamente raça, gênero e classe, influenciam essas experiências, a partir de aproximações e distanciamentos das narrativas. Por fim, faço uma análise exploratória de duas entrevistas realizadas.

Palavras-chave: estudantes; orientação sexual; opressão; tolerância; USP

Title: *The world and another world: cultural reproduction and difference production in university experiences of lesbian, gay, and bisexual USP students.* Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Abstract: This research seeks to investigate, from an intersectional perspective, the university experiences of lesbian, gay and bisexual students from São Paulo University, considering the units located in the city of São Paulo. The empirical data consists of seventeen semi-structured interviews, which were conducted through the year of 2018 and on January 2019. In this regard, I historically trace the contradictions incorporated by the modern university, notably the cultural reproduction and reflexive knowledge production functions that, in the current setting, set boundaries of, on one side, the incorporation process, by universities, of social responsibility and, on the other, the emergence and diffusion of academic researches on gender and sexuality. Circumscribing more specifically this research object, I briefly reconstruct some relations between the city of São Paulo and regarding gender and sexual diversity agenda in order to analyze some of the University of São Paulo socio-spatial dynamics, mainly making use of data from the “Interações na USP” research, conducted by Escritório USP Mulheres in 2018. Based on that, I address my collected data, setting forth the social characterization of each interviewed in order to understand which are the specific features related to the University of São Paulo that shapes the experiences of each one of them. Afterwards, I present how social markings such as race, gender and class have influenced those experiences, stemming from narratives approximations and detachments. Lastly, I carry out an exploratory analysis of two interviews.

Key words: students; sexual orientation; oppression; tolerance; USP

Sumário

Lista de figuras	14
Lista de Tabelas	14
Listas de Abreviações e Siglas	15
Introdução	18
1. Reproduzir e contestar: tensões internas à universidade	22
1.2. Sexualidade em disputa nos espaços universitários: violência, conhecimento e conflito	28
2. Situando a USP: relações com a cidade e as dinâmicas internas à universidade	41
3. Experiência universitária e marcações sociais: percepções de LGBs da USP	65
3.1 Definição do grupo estudado e seu perfil demográfico	65
3.2 Raça, classe e gênero	76
3.3 Sexualidade na universidade: experiências diversas, aspectos comuns?	87
3.4 Explorando duas vivências concretas	115
3.4.1 “Eu tive muita sorte”	115
3.4.2 <i>Um outro mundo</i>	122
Consideração Final	130
Referências Bibliográficas	134

Lista de figuras

Gráfico 1 - Perfil dos respondentes da pesquisa “Interações USP”

Gráfico 2 - Pesquisa Interações na USP: Percepção de machismo e racismo na USP

Gráfico 3 - Pesquisa Interações na USP: Percepções de LGBTfobias e elitismo

Gráfico 4 - Q68: “O ambiente uspiano é menos ou mais homofóbico, lesbofóbico e transfóbico que a sociedade brasileira?” (por unidade)

Gráfico 5 - Questão 67 da pesquisa Interações na USP: “Você diria que a USP é um ambiente:” por unidade

Gráfico 5 - Questão 67 da pesquisa Interações na USP: “Você diria que a USP é um ambiente:” por unidade

Gráfico 7 - Questão 66 da pesquisa Interações na USP “Você diria que a sua unidade ou faculdade é um ambiente” por orientação sexual

Gráfico 8 - Questão 67 da pesquisa Interações na USP: “Você diria que a USP é um ambiente:” por orientação sexual

Gráfico 9 - Questão 68 “O ambiente uspiano é menos ou mais homofóbico, lesbofóbico e transfóbico que a sociedade brasileira?” por orientação sexual

Gráfico 10 - Pesquisa Interações na USP: Percepção de (in)segurança em diferentes espaços da USP

Gráfico 11 - Pesquisa Interações na USP: Percepções de violência na USP por raça/cor

Gráfico 12 - Pesquisa Interações na USP: Percepção de violência na USP por identidade de gênero

Gráfico 13 - Pesquisa Interações na USP: Percepções de violência por identidade de gênero e orientação sexual

Gráfico 14 - Gráfico 14 - Pesquisa Interações na USP: Violência na USP por orientação sexual, gênero e raça/cor

Figura 1 - Exposição “Saber LGBT” no restaurante central da USP

Figura 2 - Exemplo de cartaz da exposição “Saber LGBT”

Figura 3 – Faixa afixada no vão da FAU durante a calourada de 2019

Figura 4 - Faixa afixada no prédio de Letras da FFLCH durante a calourada de 2017

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Perfil demográfico dos entrevistados

Tabela 2- Coletivos LGBTIs/Diversidade Sexual e de Gênero da USP

Listas de Abreviações e Siglas

Adusp - Associação dos Docentes da USP

Anpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura

BIFE - Sigla referente a um campeonato esportivo com as iniciais formadas pelos nomes dos institutos Bio, IME, FAU, ECA.

CA - Centro Acadêmico

CAÔ - Comissão Anti-opressão

CAOC - Centro Acadêmico Oswaldo Cruz

CRUSP - Conjunto Residencial da USP

DCE - Diretório Central dos Estudantes

EACH - Escola de Artes, Ciências e Humanidades

ECA - Escola de Comunicação e Artes

EEFE - Escola de Educação Física e Esporte

ENUDS - Encontro Nacional em Universidade de Diversidade Sexual e de Gênero

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP Piracicaba)

ETEC - Escola Técnica Estadual

FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado

FCF - Faculdade de Ciências Farmacêuticas

Frente - Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP

GT - Grupo de Trabalho

IAG- Instituto de Astronomia e Geofísica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IB/Bio - Instituto de Biociências

ICB - Instituto de Ciências Biomédicas

IF/Física - Instituto de Física

IF - Instituto Federal

IGc/Geo - Instituto de Geociências

IME - Instituto de Matemática e Estatística

IO - Instituto Oceanográfico

IRI - Instituto de Relações Internacionais

IP/Psico - Instituto de Psicologia

IQ/Química - Instituto de Química

ENUDS - Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FCF - Faculdade de Ciências Farmacêuticas

FD - Faculdade de Direito

FE - Faculdade de Educação

FEA - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FM/Med - Faculdade de Medicina

FMVZ/Vet - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FO - Faculdade de Odontologia

FSP - Faculdade de Saúde Pública

FZEA - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (USP- Pirassununga)

FUVEST - Fundação Universitária para o Vestibular

GDU - Gays da Unicamp ou Grupo Diversidade Unicamp.

GLS - Gays, Lésbicas e Bissexuais

GePô - Grupo de Estudos em Gênero e Política.

Generas - Núcleo de Pesquisa em Raça e Gênero, da FEA.

INCLUSP - Programa de Inclusão Social da USP

LGB - Lésbicas, Gays e Bissexuais.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis

FO - Instituto de Odontologia

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

NUMAS - Núcleo de Marcadores Sociais da Diferença

PAAIS - Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social

PASUSP - Programa de Avaliação Seriada da USP

POLI/EP - Escola Politécnica

PT - Partido dos Trabalhadores

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade.

REUni - Reestruturação e Expansão das Universidade Federais

Sintusp - Sindicato dos Trabalhadores da USP

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNE - União Nacional dos Estudantes

Unicamp - Universidade de Campinas

Unesp - Universidade Estadual Paulista “ Júlio Mesquita Filho”

USP - Universidade Federal de São Paulo

Introdução

No Brasil, os estudos de gênero e sexualidade começaram a se desenvolver como campo de estudo acadêmico a partir da década de 1990, como fruto de um conjunto variado de fatores, em que se articulam movimentos sociais, partidos políticos, diretrizes acadêmicas de órgãos internacionais, políticas educacionais nacionais e as novas linhas de pesquisa. Como parte do processo de desenvolvimento da área temática, ao longo dos anos 2000, organizam-se seminários, como o *Fazendo Gênero*, criam-se associações, como a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), e surgem mais periódicos especializados, como as revistas *Sexualidad, Salud y Sociedad* e *Bagoas*, que se juntam a publicações já consolidadas na área, como a *Revista de Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu* (FACCHINI et al. 2013; FRANÇA e FACCHINI, 2017). Além disso, o Grupo de Trabalho (GT) sobre gênero e sexualidade se consolida nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), solidificando o campo de estudos nacionalmente (SIMÕES e CARRARA, 2014).

Segundo França e Facchini (2017), essa consolidação permite que os estudos de gênero e sexualidade se espalhem para além das universidades dos grandes centros urbanos brasileiros, alterando a dinâmica da produção acadêmica dessas linhas de pesquisa, que passam a difundir-se mais sistematicamente. Diferentemente dos pesquisadores do período anterior que enveredavam para esse campo depois de uma trajetória de pesquisa já construída, os novos pesquisadores passam a abordar gênero e sexualidade desde a iniciação científica, consolidando os debates acadêmicos sobre o tema, multiplicando os eventos regionais e nacionais e fomentando a produção e circulação de pesquisas, que passam a explorar diversas abordagens e questões na investigação em torno de gênero e sexualidade.

Esse é o cenário mais imediato da pesquisa que aqui se apresenta, cuja proposta de estudar, por meio das teorias de gênero, sexualidade e interseccionalidade, as vivências acadêmicas de graduandos e graduandas lésbicas, gays e bissexuais (LGBs¹) na USP sequer seria concebível fora dele. De fato, quando eu ingressei na graduação em ciências sociais da USP, em 2013 já existiam disciplinas sobre gênero e sexualidade consolidadas no Departamento de Antropologia, como Antropologia e Gênero, oferecida pela Profa. Heloísa Buarque de Almeida, e Sexualidade e Ciências Sociais, oferecida pelo Prof. Júlio de Assis Simões, nas quais tive meus primeiros contatos com as abordagens e formulações das ciências

¹ Essa sigla será adotada neste trabalho para referir a esse grupo.

sociais sobre gênero e sexualidade. Essa descoberta veio ao encontro de uma expectativa que eu trouxe para a universidade. Sem poder dizer de onde ela poderia ter vindo, onde foi gerada, o fato é que eu, ao final do ensino médio, projetava ir para uma universidade pública em uma grande capital para, pela primeira vez, viver, estabelecer relações pessoais e intelectuais sem precisar esconder minha orientação sexual.

Nasci e cresci em Uberlândia, em Minas Gerais, onde fiquei até os 15 anos, até me mudar para o Rio de Janeiro. Na capital carioca estudei em um colégio interno, então, apesar de morar na capital, não tive muito contato com a cidade. Tendo concluído o ensino médio, prestei vestibular para Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade de São Paulo (USP). Após algumas tensões e escolhas, fiz minha matrícula na USP, esperando que tanto a universidade como a cidade abrissem novos horizontes nos quais seria possível atuar e me relacionar assumindo minha orientação sexual, expectativa que se revelou em grande parte realista. É essa impressão primeira que está na origem do problema que me propus estudar nesta pesquisa, buscando entender como a universidade, ao mesmo tempo que reproduz as relações desiguais e violentas da ordem social vigente, pode também se constituir como um espaço libertário, ou, pelo menos, amigável, de reconhecimento de padrões de sexualidade divergentes em relação ao padrão heteronormativo culturalmente dominante.

Na graduação, no âmbito de uma iniciação científica, estudei as políticas de acesso das universidades estaduais paulistas, de modo a compreender os efeitos de ações afirmativas como o Programa de Inclusão da USP (INCLUSP) e o Programa de Ações Afirmativas e Inclusão Social (PAAIS) da Unicamp. Ao término dessa pesquisa, voltei a me perguntar se e como a sexualidade poderia, ou não, influenciar as escolhas e trajetórias escolares dos estudantes, tendo por referência difusa minha percepção de que eu havia sido e seguia influenciado por certas expectativas em relação ao ambiente da universidade pública.

Decidi, então, tentar juntar as duas áreas que me despertavam interesse: educação e sexualidade. Assim surgiu a ideia de investigar as relações entre sexualidade e vivência universitária. Inicialmente pensei, em conjunto com minha orientadora, em fazer um mapeamento quantitativo, recorte que se aproximava dos estudos designados de *Climate Campus*, medindo tanto as percepções relativas a violências LGBTfóbicas na USP quanto as percepções sobre aspectos positivos do ambiente institucional em relação aos padrões de sexualidade divergentes. Contudo essa ideia foi abandonada quando tomamos conhecimento de uma pesquisa de recorte similar e amplitude muito maior em andamento, coordenada pelo Escritório USP Mulheres da Reitoria da USP. Parecia não haver mais muito sentido em fazer

um estudo similar com um pequeno grupo quando o survey do Escritório estava buscando cobrir o universo inteiro de estudantes de graduação de todas as unidades da Universidade. Diante disso, e de mais discussões com minha orientadora e meu co-orientador, redefinimos o estudo para uma pesquisa mais delimitada, capaz de explorar qualitativamente as percepções de estudantes de orientação sexual divergente sobre suas vivências concretas cotidianas na universidade, em seus aspectos negativos e positivos.

Com a realização das primeiras entrevistas, foi ficando claro que um recorte qualitativo desse tipo não permitia isolar, de modo algum, o fator da orientação sexual. A perspectiva interseccional de análise foi se impondo como necessária para a consideração da experiência concreta de agentes específicos, enquanto produto histórico da imbricação de um conjunto variado de posições relativas a diferentes esferas das relações sociais (TOSOLD, 2019). Concretamente, solicitados a falar de si mesmos, meus primeiros entrevistados articulavam, de saída, suas posições relativas à classe social, à raça e ao gênero com suas considerações sobre sua orientação sexual.

Considerando a diferença como experiência, em um processo de significação da realidade de sentido simbólico e narrativo, pode-se vislumbrar também, nos arranjos complexos relatados nas falas das entrevistadas e entrevistados, a experiência como processo de construção coletiva e individual de espaços de contestação (BRAH, 2006, p. 360). Um aspecto fundamental dessa perspectiva em termos gerais é a ruptura com o paradigma da existência de um “eu” coeso, unitário e imutável. Segundo Brah (2006), as diferenças devem ser compreendidas por meio das identidades oriundas dos processos de experiência, subjetivação e relações sociais que marcam a multiplicidade de posições sociais de cada sujeito, o que torna a identidade plural e mutável.

Essa diretriz geral permite construir o objeto considerando as diferentes formas de reprodução das desigualdades e produção das diferenças, de modo que as relações sociais e as experiências individuais concretas são imbricadas por meio de experiências coletivas, situacionais, contextuais e históricas. É esse tipo de abordagem que orienta esta pesquisa, buscando uma compreensão articulada dos processos macrossociais e das experiências coletivas e individuais concretas em um contexto institucional internamente diferenciado.

Para isso, no capítulo 1 situei a universidade enquanto uma instituição que incorporou valores divergentes entre si – a reprodução social e a produção de conhecimento. Esse conflito de valores ganha novos contornos no século XX, construindo uma nova lógica de funcionamento dos sistemas universitários. É nesse contexto que emerge a noção de direitos sexuais, legitimando e ampliando os estudos de gênero. Tendo em vista esse panorama

histórico, apresento, na última seção, alguns exemplos de estudos nacionais e internacionais que buscaram analisar as vivências LGBTs em sua relação com os espaços universitários.

No capítulo 2, localizo a USP sócio-espacialmente. Para tanto, construo brevemente a história da relação da cidade de São Paulo com as dinâmicas sociais de grupos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis)². Situo, também, a opinião da população da cidade de São Paulo sobre pautas do movimento LGBT, por meio de duas pesquisas realizadas pela Rede Nossa São Paulo. A partir disso, adentro os espaços da Universidade de São Paulo, onde, por meio da pesquisa “Interações na USP”, realizada pelo Escritório USP Mulheres, analiso a percepção de alunos da USP sobre a violência nos diferentes espaços da universidade.

Tendo balizado esse denso panorama social, debruço-me sobre o objeto específico desta dissertação. É no terceiro capítulo que analiso as 17 entrevistas realizadas durante a pesquisa, visando entender como as graduandas e graduandos LGBs da USP experienciam seu período de estudos universitários em uma instituição que reproduz padrões heteronormativos ao mesmo tempo em que questiona esses padrões. Após situar a metodologia utilizada, apresento os dados gerais dos entrevistados, delineando seu perfil demográfico. Em seguida, analiso traços comuns entre as entrevistas, relacionando os dados obtidos com a bibliografia apresentada no capítulo 1 e com os dados apresentados no capítulo 2. Na última seção, explorando as possibilidades de da abordagem interseccional, reconstruo, a partir da entrevista, dois casos individuais, enfatizando os modos pelos quais as marcações sociais da diferença se imbricam nas vivências pessoais concretas. Finalmente na Consideração Final retomo brevemente alguns resultados e aponto questões e aspectos que a pesquisa deixou em aberto e, a meu ver, mereceriam mais investigações.

² O termo LGBT, que outrora fora GLBT e GLT, está em constante disputa e transformação, sendo possível encontrar diferentes variações como LGBTI, LGBTI+, LGBTQIA+. A letra “I” representa a população intersexo, “Q” as pessoas *queer*, “A” os assexuais e o “+” todas outras orientações sexuais ou identidades de gênero que não se enquadram na cisheteronormatividade. O grupo estudado nesta dissertação é o LGB, mas quando referido a outros trabalhos ou ao movimento, serão utilizadas algumas das variações de LGBT.

1. Reproduzir e contestar: tensões internas à universidade

Este capítulo pretende situar como a instituição universitária se conecta, historicamente, com as questões de gênero e sexualidade. Para tanto, exponho as características fundantes do perfil institucional da universidade moderna, com suas funções conflitantes de reprodução da cultura e da sociedade e de produção de conhecimento crítico das dinâmicas socioculturais. A partir disso, situo como a função social de promoção do desenvolvimento econômico foi incorporada pela universidade a partir do fim da Guerra Fria, em associação com a incorporação das demandas políticas de inclusão de grupos sociais historicamente excluídos do sistema universitário. Nesse contexto, localizo a emergência da concepção de “direitos sexuais”, que abre espaço para o reconhecimento e a legitimação da pauta relativa à sexualidade nas políticas institucionais, pressionando no sentido de uma maior preocupação com o público LGBT nas universidades.

A universidade ocupa um lugar central na produção e difusão do conhecimento racional na Modernidade. Para isso acontecer, foram necessários alguns processos sociais como a constituição de um campo relativamente autônomo, regido pelas regras e procedimentos do pensamento racional. Essa autonomia dos princípios da análise racional dos fundamentos, argumentos e evidências se constrói historicamente sobretudo em relação à política e à religião. Contudo, isso não se deu sem conflitos e negociações, como se pode observar na célebre argumentação em favor da autonomia da razão feita por Immanuel Kant no século XVIII. Por um lado, a universidade era formada pelas “faculdades superiores”, o Direito, a Medicina e a Teologia, que formavam para o exercício de funções sociais essenciais para o funcionamento legítimo do poder do Estado, tendo, por isso, que obedecer e seguir lealmente as diretrizes do poder político. Por outro lado, havia as então chamadas “faculdades inferiores”, como a Matemática e a Filosofia, regidas pela lógica da razão, não podendo, portanto, pautar-se pela lealdade política (KANT, 1993 [1794]).

Como expõe o sociólogo da ciência Joseph Ben-David, o conflito se resolveu por uma solução negociada, que definiu um perfil institucional muito específico, caracterizado pela incorporação de funções sociais divergentes entre si: em termos mais atuais, a formação de profissionais, que em seu exercício profissional devem obedecer as regras sociais do poder político, e a formação de filósofos e cientistas, que só podem seguir, em seu trabalho, os princípios do pensamento e da crítica racionais (*apud* GARCIA, 2014a).

Nesse sentido, o significado civilizacional da universidade não está na qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, mas sim na institucionalização das condições de produção e reprodução de forças críticas, capazes de examinar racionalmente tanto o que foi produzido, quanto o que está sendo produzido. Assim, essa produção crítica pode ser lida como um produto coletivo e histórico, baseado em práticas e regras específicas, balizadas pela busca de um conhecimento objetivo por meio do debate crítico entre os pares, os mais capazes e motivados a julgar criticamente os trabalhos realizados. Rejeitando o dogma e os princípios de autoridade externa, a autonomia relativa da universidade mostrou-se condição primordial do desenvolvimento histórico da razão ao longo da Modernidade. É essa autonomia relativa que permite à universidade examinar criticamente também a si própria, já que um princípio da razão é que não há qualquer domínio de fenômenos no mundo que não possa ser examinado racionalmente (GARCIA, 2014a, 2014b). Por outro lado, o poder acadêmico dos setores profissionais ligados à reprodução social, em especial as chamadas “escolas de poder”, cujos diplomas dão acesso aos cargos sociais de direção e controle mais prestigiosos, nas esferas da economia e da política, implica não apenas que a autonomia sempre foi relativa mas também que sempre esteve em questão no próprio interior da instituição.

Essa tensão interna se torna uma marca da universidade, que se transforma e se adequa a processos históricos e contextos nacionais, sem deixar de expressar os princípios divergentes que delineiam as histórias da razão, das ciências e das profissões. Isso explica o duplo papel atribuído da universidade: por um lado é uma instituição que reproduz a ordem social e cultural, legitimando as desigualdades e, por outro lado, desenvolve o pensamento crítico sobre suas funções e sobre a organização política e social em que se insere (GARCIA, 2014a, 2014b)

É a partir da segunda metade do século XX que podemos acompanhar os novos contornos do debate sobre as funções sociais da universidade e da ciência que vão marcar as disputas em torno da definição do caráter democrático da universidade nas últimas décadas. No que se refere ao diagnóstico crítico em relação às desigualdades de classe, o trabalho de Pierre Bourdieu, a partir da década de 1960, é exemplar. Rejeitando a visão dominante, a partir do pós-guerra, segundo a qual o sistema educacional promoveria a equidade e a democracia, oferecendo oportunidades de ascensão social e de acesso à alta cultura para todos, segundo seu esforço e mérito, Bourdieu sustenta, com base nos dados governamentais do ensino francês, que a escola, longe de promover a democracia, exclui os grupos socialmente desfavorecidos e legitima os grupos privilegiados, naturalizando seu acesso desigual aos recursos econômicos e culturais, reproduzindo assim as relações de exploração e de dominação estabelecidas (BOURDIEU, 2015; 2007). De acordo com seus estudos, os filhos de famílias das classes

populares têm chances consideravelmente menores de ingresso no ensino superior do que alunos oriundos das classes médias e, notadamente, das classes altas, como atesta o perfil econômica e culturalmente elitizado dos corpos discente e docente desse nível de ensino (BOURDIEU, 2015). Replicados em diversos países, os estudos do perfil social dos estudantes universitários confirmam a função de reprodução social e cultural da universidade. Apropriado por movimentos sociais e políticos, o diagnóstico sociológico fortalece as pressões sobre a universidade no sentido da promoção efetiva dos valores da equidade e da democracia.

No mesmo sentido de efetivação de uma ordem social democrática, em especial no contexto dos Estados Unidos, atuam movimentos políticos (*the new left*) e movimentos sociais (notadamente o movimento negro e o movimento feminista), articulados a setores acadêmicos críticos, que desvelam os modos pelos quais as relações de dominação racial e de gênero produzem e reproduzem as profundas e variadas desigualdades em relação ao acesso a todo o sistema de ensino e, notadamente, ao seu topo, a universidade. Essa convergência não significa ausência de tensões e conflitos, contudo ela se define em relação aos outros agentes que participam desse complexo cenário.

Simultaneamente ao crescimento dos movimentos e dos diagnósticos críticos às formas vigentes de dominação, que revelam o acesso à educação como privilégio dos dominantes, um outro processo está em andamento no âmbito das concepções sobre as funções sociais da universidade e da ciência. De fato, após o fim da Guerra Fria, surgem as chamadas novas teorias da produção do conhecimento que, redefinindo a função social do conhecimento científico e tecnológico em termos da promoção do desenvolvimento econômico em uma época de “economia da inovação”, incorporam a perspectiva democrática em seus próprios termos, enquanto responsabilidade social (*accountability*). Tem-se, então, um cenário no qual a própria concepção de democracia está em jogo, disputada por forças sociais e políticas divergentes. No interior da universidade, são os setores profissionais, historicamente mais próximos da administração universitária, que tomarão a frente das reformas acadêmicas, pautadas, de um lado, pela busca da competitividade econômica e, de outro, do chamado desenvolvimento social, incorporando as demandas políticas pela ampliação do acesso ao ensino superior (GARCIA e CARLOTTO, 2013).

É esse contexto que permitiu que, ao longo do mesmo período de tempo, tenham ocorrido grandes avanços no que se refere ao reconhecimento dos direitos, incluindo o direito à educação, dos grupos estruturalmente dominados, seja em termos econômicos, raciais ou de gênero, enquanto se difundia e implementava uma concepção economicista da universidade e da ciência, na contracorrente do princípio da autonomia do pensamento racional.

As reformas organizacionais das universidades, que se iniciam nas últimas décadas do século XX, logo criam um campo internacional de concorrência entre elas. Essa competição, medida pelos *rankings* internacionais de avaliação, define, para aquelas que querem participar da disputa, a realização contínua de mais reformas, que expandem as instâncias de administração e direção centralizadas, enfraquecendo as formas de governo fluídas e horizontais, características do funcionamento acadêmico moderno até então (CARLOTTO e GARCIA, 2018). Assim se situa o período em que, em um aparente paradoxo, as universidades adotam políticas de expansão do acesso em uma direção socialmente emancipatória ao mesmo tempo em que implementam reformas que comprometem a reprodução das condições históricas do desenvolvimento da razão.

Uma instância especialmente importante nesse cenário são os organismos internacionais, a “arena internacional” no âmbito da qual as disputas até aqui delineadas são travadas, segundo possibilidades diversas de participação dos diferentes agentes envolvidos nesse processo político. Tomemos, por exemplo, a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação”, de 1998, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento define como objetivo da educação superior construir “um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável”, que busca “reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos” (ONU, 1998), além de fomentar a cooperação internacional e utilizar as novas tecnologias para a redução das disparidades sociais. Junto às diretrizes recomendadas para a promoção da expansão do acesso ao ensino superior, o documento estabelece as orientações desejáveis para a gestão acadêmica e para a busca de novas formas de financiamento. Não cabe aqui desenvolver uma análise aprofundada dessas diretrizes, mas apenas apontar como elas expressam os valores definidos para as universidades no terceiro milênio e o novo modo pelo qual a questão social passa a ser equacionada internacionalmente como função do sistema universitário.

É também por meio dos embates travados no âmbito da ONU que a noção de direitos sexuais ganha força no cenário internacional. A crítica à noção de um sujeito universal de direitos permitiu a emergência de debates sobre gênero, raça, infância, migrações e outros temas que questionavam a possibilidade de incluir todos esses sujeitos em uma mesma categoria de direitos. Houve 8 conferências, que foram denominadas de Ciclo Social da ONU, que se propuseram a debater tais questões, sendo as cinco principais para o nosso tema: Direitos Humanos, em Viena em 1993; População e Desenvolvimento, no Cairo em 1994; Cúpula do Desenvolvimento Social em Copenhague, em 1995; Mulheres e Desenvolvimento, em Pequim, em 1995; Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminação Correlata,

em Durban em 2001. Essas discussões deveriam ter caráter cumulativo e as decisões poderiam ser aprimoradas e desenvolvidas nas conferências futuras (CORREA, ALVES e JANNUZZI, 2006).

Os debates em Viena e no Rio de Janeiro reconheceram concepções fundamentais, como a de “direitos das mulheres”, a partir da qual se torna possível pensar políticas públicas de compensação das perdas de variada ordem das mulheres em função da dominação masculina. Contudo, é na Conferência do Cairo, em 1994, que se formulam as concepções de bem-estar social da mulher, de desigualdade de gênero e de direitos reprodutivos. Tais ideias foram aprimoradas na Conferência de Pequim, em 1995, gerando proposições sobre formas de enfrentamento da violência contra a mulher e de promoção da igualdade no mercado de trabalho e na educação. É em Pequim que se incorpora a noção de “direitos sexuais” à agenda de compromissos da ONU. Os direitos sexuais são relacionados a prerrogativas de práticas e identidades sexuais a partir da ideia clássica do liberalismo político que afirma a liberdade inalienável do indivíduo na esfera privada. No entanto, devido à bem-sucedida oposição de alguns grupos presentes, a expressão “direitos sexuais” não constou no documento final da Conferência de Pequim, embora tenha estado formulada e presente nos debates. É somente em 2002 que encontramos uma definição mais clara do que abrange os direitos sexuais, feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS):

Direitos sexuais abarcam os direitos humanos que já são reconhecidos em leis nacionais, documentos internacionais de direitos humanos e outras declarações acordadas. Eles incluem os direitos de todas as pessoas, livre de coerção, discriminação e violência, para: a obtenção do mais alto padrão de saúde sexual, incluindo acesso a cuidados e serviços de saúde sexual e reprodutiva; procurar, receber e conceder informação relacionada à sexualidade; educação sexual; respeito pela integridade corporal, escolher seus parceiros; decidir ser ou não sexualmente ativo; ter relações sexuais consensuais; casamento consensual; decidir se, não, ou quando ter filhos; e buscar satisfação, vida sexual saudável e prazerosa. O exercício responsável dos direitos humanos requer que todas as pessoas respeitem os direitos dos outros (*apud* CORREA, ALVES e JANNUZZI, 2006, p. 53).

Segundo Carrara (2010), os direitos sexuais “se referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais” (CARRARA, 2010, p.135). A noção de direitos sexuais permitiu o estabelecimento de uma agenda de pesquisa e a elaboração de políticas públicas tanto para as mulheres quanto para pessoas LGBTs no Brasil.

Os estudos de gênero e sexualidade existem desde os anos 1970, mas é só a partir da década de 1990 e anos 2000 que se firmam e diversificam em todo o país, e principalmente nas

universidades públicas, alimentando e sendo alimentados pela formulação de políticas públicas e pelas mobilizações pelos direitos sociais das mulheres e de pessoas LGBTQs, enquanto grupos cujas condições de vida são violentamente condicionadas pela dominação masculina e heterossexual.

Inseridas nesse panorama de liberalismo econômico e político, que articula desregulamentação econômica, reformas universitárias organizacionais e expansão de certas noções de direitos e liberdades individuais, associando desenvolvimento econômico, social e democratização, as universidades vão formulando políticas de acesso e de ação afirmativa voltadas para os setores sociais excluídos e se constituindo como instituições comprometidas com os valores democráticos.

Esse contexto é importante para se perceber as transformações e tensões que vão acontecendo ao longo das primeiras décadas do século XXI em torno da inclusão de pessoas oriundas de classes populares e pessoas negras no ensino superior e também do questionamento das violências contra mulheres e LGBTQs nos espaços universitários. Esse processo não acontece sem reações, entre as quais se destacam movimentos de desqualificação e denúncia da ciência e da razão. Isso pode ser exemplificado por grupos que vêm ganhando força no cenário global, através de diferentes perspectivas, como o movimento antivacina, os terraplanistas, os negacionistas do aquecimento global e aqueles que atribuem o movimento nazi-fascista à esquerda. Tratando-se do âmbito universitário brasileiro propriamente dito, dois movimentos neoconservadores ganham força para questionar as instituições de ensino e os direitos sexuais: o movimento chamado “Escola Sem Partido” e o movimento “Contra a Ideologia de Gênero”. Esses dois grupos são bastante conectados, já que partem do “diagnóstico” de que as instituições escolares estão doutrinando os alunos para serem de esquerda, feministas e LGBTQs. Eles atuam como um contra movimento ao processo de legitimação dos direitos sexuais e, como a universidade é um ator central nesse processo, voltam-se diretamente contra ela, defendendo que deva exercer somente o papel da formação profissional, ou seja, a reprodução social, negando seu papel crítico, ou seja, sua função de produção de conhecimento e de cultura.

1.2. Sexualidade em disputa nos espaços universitários: violência, conhecimento e conflito

Atualmente, após algumas décadas de estudos sobre o caráter autoritário ou democrático das instituições acadêmicas, temos um conjunto razoável de pesquisas que articulam a temática da sexualidade com a experiência estudantil no ensino superior, desenvolvendo diferentes abordagens e variadas formas de problematização do objeto. É possível classificar esses estudos por subtemas, pelas questões de pesquisa, por técnicas e metodologias utilizadas, por local de produção ou diversas outras formas. Passo a apresentar aqui os trabalhos que me ajudaram a pensar a produção da diferença por processos sociais estruturais em sua articulação com as experiências coletivas e individuais.

Situado neste processo histórico de transformação social, o caso norte-americano é emblemático para demonstrar como o reconhecimento de direitos e liberdades sexuais vai ganhando espaço entre as universidades. Nos Estados Unidos um evento marcante na história dos estudos e políticas universitárias, no que tange à população LGBT, foi a morte violenta de Matthew Shepard em maio de 1998 no Estado de Wyoming, que gerou comoção em todo o país, alertando para a insegurança de pessoas LGBTs nos espaços universitários e impulsionando a criação de Centros de Referências nas universidades (OLIVEIRA, 2017). Tais centros foram concebidos para acolher e apoiar os estudantes e também para realizar pesquisas, como as que serão chamadas de *Climate Campus*, que buscam registrar as práticas e relações dentro das universidades no que se refere à aceitação e acolhimento de grupos sociais específicos, caracterizados por modos de vida não dominantes e estigmatizados. É nessa chave, em que a universidade precisa enfrentar institucionalmente a violência que ela também produz, que proliferam esses diagnósticos que atuam numa dupla função de revelar a reprodução das desigualdades e assimetrias sociais e que, posteriormente, orientam as políticas de enfrentamento e transformação dessas relações na direção de uma organização mais democrática. Desde 2006, uma organização sem fins lucrativos chamada *Campus Pride Index* criou um modelo nacional de *Climate Campus* para ser aplicado nas diversas universidades do país, permitindo comparações. As respostas ao questionário geram um *ranking* das universidades mais amigáveis ao público LGBT, sendo possível consultar quais são os aspectos em cada universidade que precisam ser melhorados, quais estão bons, onde estão as

universidades mais receptivas e onde ainda pode haver muitos problemas para a população LGBT universitária, como pode ser consultado no site da instituição³.

Um bom exemplo de *Climate Campus* é o estudo de Holland et al. (2013), realizado em uma universidade pública, de porte médio, localizada na região sudeste dos Estados Unidos. Os autores reportam que, de forma geral, a pesquisa registrou a existência de certo reconhecimento institucional das pautas LGBTs. Os dados coletados apontaram correlações entre o reconhecimento, ou não, dos direitos de pessoas LGBTs e o gênero, a religião, a raça, a orientação sexual, o tempo de estudo na universidade, a área de estudos e a orientação política. Assim, mulheres, cristãos liberais, não cristãos, pessoas sem religião, pessoas que se autoidentificam como LGBTs e pessoas que estão há mais tempo na faculdade apresentaram os maiores índices de tolerância⁴, enquanto grupos que se identificam como republicanos, pessoas sem partidos, *African Americans*⁵, *multiracial students*⁶ e estudantes das áreas de negócios e de educação apresentaram os maiores índices de intolerância. Diferentemente de outros estudos que vinham sendo realizados, os autores atentaram para as variáveis de área do conhecimento e tempo na universidade, buscando analisar se elas influenciariam a tolerância em relação às pessoas LGBTs. Desse modo, além das marcações já mencionadas, eles registraram que as faculdades de artes e de ciências são mais tolerantes às questões LGBTs do que todas as demais e perceberam um efeito de ressocialização que pode acontecer entre os estudantes, provocando mudanças nas concepções e tornando a pessoa mais tolerante em relação a padrões não dominantes de sexualidade.

Nessa mesma perspectiva, o estudo de Arndt e Bruin (2006), realizado em uma universidade da província de Gauteng na África do Sul, chega a resultados similares. Os autores sustentam que o gênero é um fator relevante na percepção da população LGBT, já que as mulheres tendem a expressar maior tolerância em relação a padrões divergentes de orientação sexual do que os homens. Pessoas religiosas se apresentam menos receptivas a pessoas LGBTs do que pessoas sem religião. Mas, diferentemente da pesquisa anterior, neste caso a raça não apareceu como fator de variação da tolerância em relação a pessoas LGBTs. Os autores

³ <https://www.campusprideindex.org/>

⁴ Os autores reformularam e utilizaram a Escala de Componentes de Atitudes em relação à homossexualidade, proposto por LaMar and Kite's (1998) para criar esse índice.

⁵ Afro-americanos designa pessoas descendentes de africanos que nasceram nos Estados Unidos. Esse termo é comumente utilizado como sinônimo de *black*, que em português se aproxima da categoria “negro”.

⁶ *Multiracial* pode ser traduzido como multirracial, mas, por razões históricas e políticas essa não é uma categoria muito utilizada em português. Ela classifica um indivíduo ou grupo social por ter ancestrais de mais de um grupo racial ou étnico.

concluem que, no que tange à raça, as pesquisas têm demonstrado variação: ora pessoas brancas aparecem como mais intolerantes, ora pessoas negras, ora a raça não tem peso. Essa variação confirma o necessário caráter contextual das pesquisas sobre classificações sociais, mostrando como os fatores que operam na constituição das categorizações mudam conforme os cenários nacionais.

Buscando investigar a violência contra pessoas LGBTs, Ellis (2008) conduziu um *Climate Campus* em 42 universidades do Reino Unido. Tratava-se de examinar a opinião disseminada na mídia britânica de que as universidades do país seriam amigáveis às pessoas LGBTs. Os resultados apontaram que 80% das pessoas LGBTs alegaram ter sofrido discriminação por apelidos desqualificadores, 47% afirmaram ter sofrido ofensas verbais direta ou indiretamente, 26,5% declararam ter sofrido ameaças de violência física, 10% tiveram serviços negados por terceiros e 8,8% sofreram violência física. Os principais lugares que foram palco para tais violências foram o refeitório, a residência estudantil ou os espaços abertos do *campus* e os principais agressores apontados pelos respondentes foram os próprios estudantes. Desse modo, os autores concluem que a homofobia é um problema significativo no espaço universitário nacional, contrariando a imagem difundida na grande mídia de que seria um espaço receptivo a tal público. Segundo os autores, as universidades têm falhado em implementar práticas efetivas contra a LGBTfobia, por mais que já entendam que essa questão tem relevância para a instituição.

Como se vê, os *Climate Campus* permitem perceber como os estudantes LGBTs se sentem na universidade e como as outras pessoas (que não se identificam como tal) se sentem compartilhando os espaços acadêmicos com pessoas LGBTs. Mas como tudo depende das categorias de apreensão, eles permitem observar as variações nos modos de formulação do tema enquanto questão social. Nos dois estudos citados, vê-se como as categorias analisadas são diferentes. O primeiro mede a *tolerância* a partir da Escala de Componentes de Atitudes em relação à homossexualidade, proposto por LaMar and Kite's (1998) (*apud* HOLLAND et al. (2013)), já o segundo o faz por meio de uma operacionalização das respostas na Escala de Atitudes em relação a Lésbicas e Gays (ATLG) de Herek (1994) (*apud* ARDNT e BRUIN, 2006) para medir a percepção e experiência da *violência homofóbica* no *campus*.

Os *Climate Campus* pretendem ainda, por meio da comparação de períodos de tempo diferentes, detectar as mudanças, ou não, em curso e analisar como ocorreram tais variações. O estudo de Garvey, Maureen e Flint (2017) utilizou a base de dados de alumnis LGBTs para investigar a variação das experiências individuais ao longo do tempo, o que contempla estudantes de diferentes localidades e universidades dos Estados Unidos. Participaram da

pesquisa pessoas que se formaram entre 1944 e 2013. O primeiro aspecto a que os autores chamam atenção é a variação ao longo do tempo na recepção de pautas LGBTs nos *campi*, de modo que, atualmente, as pessoas percebem mais abertura para as questões LGBT, apontando mudanças na direção de melhores condições de vivência e convivência dessa população no interior das universidades. Nesse sentido, os autores apontam que a existência de agências e símbolos LGBTs têm tornado o *campus* mais amigável para esses estudantes. Bandeiras, cartazes, campanhas, a existência de grupos LGBTs e de órgãos de acolhimento fazem com que os estudantes se sintam mais acolhidos. Por outro lado, há fatores que não variam muito ao longo do tempo. Segundo os autores, a maior abertura às pautas LGBTs nos cursos de Artes e Humanidades mantém-se maior, ao longo de todo o período, do que nas escolas inseridas em outras áreas de conhecimento. A localidade dos *campi* também se mostrou um fator importante durante o período analisado, tendo a pesquisa mostrado que nas áreas interioranas e rurais há sempre mais intolerância do que nos centros urbanos. Essa falta de receptividade do entorno se duplica no interior das universidades ali localizadas, reiterando a importância dos contextos sociais concretos para o entendimento das possibilidades de transformação dos padrões sociais e culturais dominantes. Segundo os autores, o contexto histórico social foi se alterando ao longo de todo o período, mas é em 1999, um ano após a violenta morte de Sheppard, que, pela primeira vez, a maioria dos respondentes do questionário aponta os espaços universitários como receptivos e amigáveis às pautas LGBTs. Os fatores apontados como responsáveis por essa alteração na percepção foram a presença de outras pessoas reconhecidas como LGBTs nos espaços universitários e a existência de programas institucionais de apoio e suporte aos estudantes LGBTs.

Os *Climate Campus* possuem, assim, um sentido prático bastante claro, que é o de fornecer dados para que as instituições de ensino superior possam tomar medidas que tornem seus espaços mais inclusivos para pessoas LGBTs. Eles vêm apontando algumas mudanças na aceitação e visibilidade das pessoas LGBTs nos ambientes universitários e escolares (RENN, 2010), identificando, de forma quantitativa, 8 fatores que condicionam, conforme os contextos específicos, as variações observadas: o gênero, raça, a religião, a posição política, o lugar onde a universidade se localiza, a existência de órgãos institucionais de apoio, há quanto tempo a pessoa está na universidade e as áreas de conhecimento dos cursos.

Alguns trabalhos também se concentram em estudar a experiência de pessoas LGBTs na universidade por meio de entrevistas, permitindo um acesso maior à experiência individual e à subjetividade, ajudando a entender a dinâmica das relações sociais que reproduzem a heteronormatividade e produzem suas possibilidades de contestação. Prado-Castro e Graham

(2017) fizeram estudos com alunas lésbicas da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, na África do Sul, e apontaram como a violência é incorporada como parte do jogo de negociação das identidades, a partir dos relatos das entrevistadas de como analisam estrategicamente cada ambiente, em termos de receptividade ou de recusa aos LGBTs, para decidir como vão se apresentar neles. Por exemplo, os espaços e círculos religiosos são considerados pouco propícios para assumirem a sexualidade. A estratégia se faz presente também no que se refere à escolha do curso. Algumas alunas afirmam ter escolhido o curso e a área profissional em que ele se insere em função de sua reconhecida receptividade a padrões culturais divergentes, enquanto as alunas de cursos menos receptivos, em áreas profissionais socialmente valorizadas, como, notadamente, os cursos da área de negócios, tendem a omitir, esconder ou manipular mais os signos e símbolos de suas orientações sexuais divergentes no ambiente escolar específico.

Também trabalhando com lésbicas através de entrevistas, Naidu e Mutumbra (2017) fizeram uma pesquisa na University of KwaZulu-Nata. A partir dos dados fornecidos, três aspectos despontaram como importantes para as vivências lésbicas na universidade: a classificação naturalizada da lesbianidade como anormal, práticas violentas contra as lésbicas e as redes de apoio que elas construíram. Sobre o primeiro tópico, os discursos convergiam para uma certa dificuldade de sair do armário, devido à estigmatização que as lésbicas sofrem, principalmente, vinda de homens. Sobre a violência, as entrevistadas mencionaram, em especial, as ameaças de “estupros corretivos” e a intolerância religiosa. Por outro lado, elas narraram que ter grupos de suporte foi extremamente importante para a auto aceitação, reforçada pelo fato desses grupos produzirem ou difundirem questionamentos sobre os padrões heterossexuais dominantes em termos mais gerais e conceituais.

Descendo ao nível das categorias de identificação nativas, dentro dos grupos, os autores tematizam as categorias *Butch e Femme*⁷, em que a primeira refere-se às lésbicas de aparência “mais masculina” e a segunda a lésbicas de aparência mais de acordo com o que se identifica como “mais femininas”, nas quais apontam uma possível reprodução da polarização heteronormativa entre o masculino e o feminino. Todavia, para as entrevistadas, tal polarização de gênero seria, na verdade, um espectro dos padrões dominantes do homem ativo e da mulher passiva. Formulando outros sentidos para a classificação dualista, elas afirmam que ser uma “lésbica masculina” é não performar a feminilidade culturalmente definida como “a mulher”,

⁷ Em português, pode-se fazer um paralelo entre essas categorias: caminhoneira, caminhão, machinha, boyzinha, bofinha no caso de *Butch* e garota, feminina, menininha para *Femme*.

o que, por isso mesmo, pode ter consequências violentas, tornando-as mais vulneráveis a agressões. Para este grupo, há uma possibilidade menor de negociação da identidade, já que por serem masculinizadas são frequentemente lidas como lésbicas devido à performance de gênero. Já entre as lésbicas “mais femininas”, a semelhança com o perfil feminino dominante implica, para algumas, que tenham que se assumir como homoafetivas em todos os espaços sociais, enquanto outras relatam que controlam a própria representação segundo os diversos ambientes, adotando uma postura mais heteronormativa na sala de aula e “mais lésbica” em espaços *queer-friendly*, reiterando o dinamismo sociocultural dos processos de negociação de identidades (PRADO-CASTRO e GRAHAM, 2017).

Mas, além disso, a pesquisa aponta para o modo como o tempo vivido na universidade opera mudanças na percepção das identidades, já que, quanto mais velhas em idade, mais a polarização lésbica-*butch* e lésbica-*femme* perde força, abrindo espaço para outras categorias que apontam para uma visão mais múltipla das vivências das feminilidades. Essa mesma perspectiva foi apontada por Naidu e Mutumbara (2017) que mostraram como as lésbicas performam seu gênero de acordo com as regras e espaços universitários, optando por agir de forma mais feminina em espaços menos receptivos. Uma das estratégias para evitar se enquadrar em uma feminilidade esperada é a auto reivindicação como uma pessoa *queer*, categoria que advém dos estudos mais recentes sobre gênero e sexualidade que ampliam o questionamento dos dualismos binários das categorias de classificação da modernidade ocidental. Assim, as estudantes vão incorporando novas visões sobre o caráter social das classificações e questionando e transformando as categorias, como é o caso de *Butch e Femme*, que passam a se tornar insuficientes para as próprias lésbicas.

Minyuki e Vincent (2017), estudando a sensação de “estar em casa” (*being home*) de estudantes LGBTs sul-africanos que usam o sistema residencial universitário, captam a pluralidade das vivências da sexualidade nos espaços das universidades, que podem ser vividos como opressivos ou acolhedores. Enquanto alguns estudantes falam do medo de se assumir e do sentimento de solidão pela ausência de outras pessoas LGBTs nos espaços de convivência acadêmica, alegando ostracismo, desconforto e falta de liberdade nos dormitórios, outros afirmam que foi na universidade que tiveram contato pela primeira vez com pessoas assumidamente LGBTs e onde puderam expressar sua sexualidade abertamente pela primeira vez. Desse grupo surge a noção de estar em casa (*being home*) nos ambientes universitários e no dormitório, em oposição as suas cidades de origem e, inclusive, suas residências familiares.

Em termos gerais, esses estudos supõem uma perspectiva incorporada pela instituição universitária no sentido do reconhecimento da diversidade de padrões de sexualidade em

termos de direitos legítimos dos indivíduos e contra os valores culturais dominantes de discriminação e rejeição de toda alteridade em relação aos padrões de gênero e orientação sexual dominantes no contexto sociocultural mais amplo. Desse modo podem ser entendidos como desdobramentos dos estudos que revelaram as funções de reprodução social e cultural dos sistemas institucionais de ensino modernos, descrevendo as práticas violentas de reprodução e legitimação das relações de dominação da organização social.

Para retomar esse momento, no contexto brasileiro, um tema especial é a análise dos trotes universitários. Para apresentar a universidade em sua função reprodutora das normas sociais, algumas pesquisas exploram o ritual de iniciação acadêmico conhecido como trote, que marca a passagem para a vida adulta e universitária. Essa prática ritualiza e celebra a hierarquia entre os dominantes, os veteranos, os “estabelecidos”, e os ingressantes, os dominados, os “outsiders”, que têm que conquistar, pela submissão ao poder dos veteranos, pela adesão aos padrões dominantes, o reconhecimento como um igual. Essa relação de poder se desdobra em práticas ordenadas pelo padrão masculino de dominação, pelas quais as ingressantes do sexo feminino são amplamente sexualizadas, tendo pernas e seios como principais lugares de atenção das pinturas corporais. No mesmo sentido, há a passagem de frutas de boca em boca, fazendo com que em alguns momentos os ingressantes “se beijem”, ou seja, encostem os lábios, ocorrendo uma vibração consideravelmente maior quando duas mulheres “se beijam”. Para as autoras, que estudam o trote de uma universidade pública não identificada, trata-se de um momento em que a sexualidade é amplamente trabalhada com brinquedos que simulam órgãos sexuais e quando alunos e alunas são amplamente encorajados, para não dizer forçados, a falar sobre suas práticas sexuais. Tratando-se das pessoas homossexuais, é comum que o questionamento sobre as práticas sexuais seja muito mais desconfortável, já que é tratado sempre de forma vexatória (SIQUEIRA, FONSECA E LIMA, 2012). As autoras registram a diversidade interna da instituição, com suas subculturas, que variam segundo as escolas e mesmo dentro de grupos de estudantes de um mesmo curso, situando as mudanças e os questionamentos recentes no trote em algumas escolas e alguns grupos de alunos, enquanto outros seguem defendendo sua realização, argumentando em prol do que caracterizam como tradição acadêmica.

Nos trotes de Engenharia, Medicina e Direito da UFRGS, é comum a prática de pedir dinheiro aos motoristas de automóveis no sinal, em uma situação excepcional, de inversão simbólica de classe, de modo que ao final da atividade todos voltam para os seus papéis de universitários. Essa inversão gera um *ethos* de pertencimento ao curso e à classe, o que faz com que o ritual se repita ano após ano. Outra atividade dos trotes desses cursos é ir até o prédio de

outras faculdades e fazer “gritos de guerra” e canções que depreciam os outros cursos e alunos. É justamente nesse processo de tentar deslegitimar outros cursos, legitimando a si próprio, que aparecem diversas ofensas relacionadas a gênero e sexualidade (NARDI et al., 2013). Nardi et al. (2013) registram costumes de depreciação dos meninos por meio de xingamentos e insultos como “viado” e “bicha”, os quais expressam a hierarquia elementar entre veteranos e calouros por meio das categorias fundamentais do padrão heterossexual dominante, que projeta a homossexualidade como desqualificadora da masculinidade, e servem para regular e manter a hierarquia das sexualidade: o heterossexual é aceitável, o homossexual não.

Para além dos trotes, Nardi et al. (2013) refere-se à forma pela qual a universidade reproduz e fortifica a heterossexualidade como o único padrão legítimo, deslegitimador de outras formas diversas, reproduzindo a chamada “heterossexualidade compulsória” (RUBIN, 2017, BUTLER, 2004). No cotidiano da vida acadêmica da universidade estudada, a UFRGS, há um silenciamento dos gêneros e sexualidades não hegemônicas, onde discursos normativos da prática sexual são constantemente utilizados, principalmente na condenação da homossexualidade. Essa “universidade-armário” impediria os estudantes de expressarem suas sexualidades e identidades de gênero nos espaços como um todo, havendo maior rigidez das práticas de controle da sexualidade nos cursos mais conservadores, como Medicina, Direito e Engenharia (NARDI et al., 2013).

É bastante significativo que, ao encenar as relações de dominação da sociedade de classes, o trote concentre-se na sexualização dos corpos de acordo com a heterossexualidade compulsória naturalizada, como apontam as análises, na esteira das reflexões de Michel Foucault, dos discursos sobre a sexualidade como forma dominante de controle da vida, característica da biopolítica das sociedades capitalistas. Isso mostra como a produção econômica e a reprodução social são partes da mesma lógica de funcionamento do capitalismo, na qual há uma co-dependência entre a sociedade capitalista e a heterossexualidade como produtos e produtoras do mesmo sistema de opressão (BUTLER, 2017).

Para situar no contexto brasileiro o conjunto de agentes que cooperam e competem entre si para o reconhecimento e formulação dos direitos sexuais, podemos considerar o caso dos Encontros Nacionais em Universidades de Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDS)⁸.

⁸ O ENUDS passou por diferentes reformulações de seu nome. Uma delas foi a incorporação do “Gênero”, uma vez que os debates sobre sexualidade também englobam a diversidade de gênero. Outra reformulação se deu na alteração do nome “universitário”, pois muitos agentes que construíam o Encontro não eram universitários, mas dos movimentos sociais. Assim, incorporou-se o nome “em universidades”, uma vez que a referência aos espaços universitários não poderia ser retirada, pois isso

Lima (2016) busca entender a criação, a dinâmica e os conflitos nos ENUDS, pois ele acompanha o desenvolvimento das discussões de gênero e sexualidade que aconteceram no Brasil. O ENUDS surgiu em 2003 devido, segundo Lima, à negligência do movimento estudantil de pautar o tema da sexualidade nos encontros da União Nacional dos Estudantes (UNE). Apontando para a importância desse debate e para essa negligência, um grupo de estudantes resolveu realizar encontros nacionais para a discussão de gênero e sexualidade, buscando reconhecimento e legitimidade do tema. Foram 14⁹ edições do evento, sendo que desde a primeira, o Encontro possuía atividades de formação política, atividades acadêmicas e eventos culturais.

Segundo Lima (2016), o ano de 2003 marca o início de um período efervescente para o então movimento GLBT¹⁰, que corresponde aos dois mandatos presidenciais de Lula da Silva. Foram criadas as Conferências Nacionais de Políticas Públicas, que incluiu uma conferência específica para a população LGBT, que aconteceu em 2007; o governo federal instalou uma Secretaria Especial de Direitos Humanos e, em 2009, no âmbito do Congresso Nacional, criou-se a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual (posteriormente renomeada para Frente da Cidadania LGBT). Esse intenso debate nacional, em forte conexão com o debate internacional, permitiu maior *advocacy* para pautas LGBTs, incluindo financiamentos para a implementação de projetos de combate à discriminação, sendo um deles o ENUDS. Um dos objetivos do ENUDS era a ramificação das discussões sobre gênero e sexualidade para fora dos centros urbanos e culturais, de modo que os Encontros tendiam a se concentrar nas universidades originadas a partir da Reestruturação e Expansão das Universidade Federais, o Reuni.

Durante as diferentes edições do evento houve momentos de maior aproximação e maior distanciamento entre a academia, o movimento estudantil e o movimento LGBT. As relações entre esses atores marcam as três fases do Encontro. O primeiro momento, que compreende do I ao IV Encontro, é caracterizado pela grande aproximação entre movimento estudantil e partidos políticos. Na segunda fase, entre a V e a VIII edição, o evento esteve mais próximo da academia, com grupos de pesquisas e professores universitários compondo as mesas com maior frequência, com falas mais longas do que nas edições anteriores, maior número de apresentação de trabalhos (LIMA, 2016). Esse perfil acadêmico foi contestado,

desclassificaria o Encontro como universitário, impedindo financiamento das reitorias e do Ministério da Educação.

⁹ A dissertação de Lima estuda até a XI edição. O ENUDS teve sua última edição, a XIV, em 2016.

¹⁰ Em 2008 há a inversão de GLBT para LGBT, buscando dar maior visibilidade para as lésbicas, por isso o L se tornou a primeira letra.

levando o Encontro, a partir da nona edição, a se reaproximar do movimento LGBT e do movimento estudantil.

O ENUDS se constituiu como um espaço de formação acadêmica e política, diferenciando-se de outros espaços já constituídos na sociedade. O Encontro não visava fazer proposições políticas, mas era visto como um espaço de acolhimento e experiência. Um ponto bastante interessante levantado por Lima (2016) é que, anteriormente ao ENUDS, e mesmo durante seus primeiros anos, existiam poucos grupos que se organizavam para discutir sobre gênero e sexualidade no ambiente universitário. Na medida em que o evento foi crescendo, foi possível perceber um aumento expressivo no número de coletivos, que foram surgindo em quase todos os *campi*. Orientados para a atuação política coletiva, eles adotam, em sua organização, as orientações presentes nas discussões políticas realizadas nos ENUDS, como horizontalidade, não institucionalização e militância. Assim, o ENUDS atuou como um espaço de produção do conhecimento, experiência da sexualidade, experimentação e disseminação de práticas políticas e discussões sobre gênero e sexualidade para diferentes universidades do país.

O caso do ENUDS ajuda a entender as tensões que existem dentro das instituições universitárias brasileiras. Não é por acaso que experiências assim acontecem dentro da universidade, pois é essa instituição social que produz conhecimento e permite a reprodução dos padrões heteronormativos, mas também a produção de um conhecimento que contesta a reprodução das normas de gênero e sexualidade (NARDI et al., 2013; SIQUEIRA, FONSECA e LIMA, 2012). O caso do ENUDS mostra também que as vivências universitárias não se restringem somente ao currículo acadêmico, é necessário se analisar as disputas em torno do “currículo oculto” (APPLE, 2006; SILVA, 1999), que são os padrões culturais hegemônicos ensinados de forma implícita no cotidiano escolar, sem serem mencionados pelos professores ou pela grade curricular. Segundo Apple (2006), o currículo oculto funciona visando a formação dos alunos para seguirem os padrões sociais normativos, tanto econômicos quanto culturais. Contudo, como o próprio autor argumenta, a ciência se desenvolve pelo conflito, o que permite que, diferentemente das escolas básicas e médias onde esse conflito não é incorporado no currículo, ele seja fundamental para a lógica acadêmica nas universidades, pois os estudos críticos permitem o questionamento dos valores hegemônicos, gerando a existência de disputas de visões, ou talvez “currículos ocultos alternativos”, que questionem os padrões sociais normativos. Desse modo, para além do “conhecimento oficial”, difundem-se no ambiente padrões de percepção e cognição do mundo, tornando-se necessário considerar grupos de discussões, festas, encontros religiosos e trotes de forma a analisar como todos os

discursos presentes nesses espaços fazem parte do processo de constituição daqueles sujeitos em formação (SIQUEIRA, FONSECA e LIMA, 2012).

O complexo quadro de relações de cooperação e dissenso entre diferentes setores acadêmicos e variados grupos políticos, ou em outros termos, a complexa articulação entre análise conceitual e mobilização política, se complexifica ainda mais com o processo de transformação do público das universidades devido às políticas de inclusão adotadas nos últimos anos, como fruto dessas mesmas articulações. Analisando essa configuração em andamento, Amaral (2013) percebe como ela pode alterar as formas de produzir conhecimento, questionando as práticas institucionais tradicionais.

Uma forma de questionamento da violência contra LGBTs nas universidades brasileiras se deu pelos Coletivos LGBTs, fortificados pelas discussões promovidas nos ENUDS, como mencionado acima. Nesse sentido, Amaral (2013) argumenta que os atores sociais inferiorizados pelas dinâmicas de poder das universidades adotam estratégias de enfrentamento dos processos de subalternização. Isso se dá principalmente por meio dos coletivos de diversidade sexual e de gênero. Analisando as atuações de coletivos da UFMG, UFLA e UFV, ele sustenta que os coletivos se caracterizam por três modos de atuação, politizando a homofobia institucionalizada, fortalecendo sociopoliticamente os estudantes LGBTs e instaurando novas normativas para regular os espaços da universidade de forma não homofóbica.

Os coletivos têm como base de atuação a troca de experiências pessoais, em formatos de grupos de conscientização ou rodas de conversa, originários da diretriz característica dos movimentos feministas e negros, segundo a qual o pessoal é político. Assim, a troca de experiências pessoais visa a produção de uma consciência social e histórica da configuração das identidades coletivas e individuais. Seus repertórios de ação englobam protestos, petições, eventos de promoção da visibilidade e do reconhecimento, espaços de debate e diálogo em torno de políticas públicas consideradas necessárias para a promoção de mudanças, seminários, congressos e oficinas de capacitação, sendo também a produção do conhecimento uma atividade destacada na atuação dos coletivos (AMARAL, 2013). Essa relação entre trabalho acadêmico e movimento social aparece, assim, como uma das principais características desses coletivos universitários de militância LGBT. Para Amaral (2013), a formação dessa militância acadêmica é característica das mobilizações políticas do jovens, pois a formação universitária faz com que eles disputem direitos não apenas nas esferas especificamente políticas, mas também na área da produção de conhecimento sobre esses fenômenos, já que, segundo a perspectiva projetada originalmente pelos movimentos negro e feminista, um outro

conhecimento, crítico das classificações sociais naturalizadas, muitas vezes pressupostas na pesquisa científica de diversas áreas de conhecimento, é fator essencial para a mudança das normas e padrões classificatórios dominantes.

Importante lembrar que, apesar de a universidade ser um espaço de produção e reprodução de desigualdades, também fazem parte de sua comunidade sujeitos que realizam práticas concretas que não necessariamente se empenham na sua conservação. Seus espaços são dinâmicos e se transformam com o conjunto da sociedade. Apesar de, nas universidades, o perfil dos estudantes, pesquisadores/as e professores/as ter se mantido o mesmo durante muito tempo, vem ocorrendo um processo de diversificação em relação às origens e aos posicionamentos políticos identitários dos sujeitos no seu interior, como o ocorrido pela introdução de políticas de Ações Afirmativas, mudança que não garante por si só uma democratização da lógica de produção do conhecimento, mas que possui grande potencial para formar pesquisadores com uma visão politizada da sua situação como sujeito (AMARAL, 2013, p. 255).

Note-se que as ações afirmativas se concretizam pela mudança de entendimento de que as universidades devem ser restritas aos grupos sociais que sempre a ocuparam, naturalizando e legitimando as desigualdades. Essa mudança não é fruto, simplesmente, de uma força que pressiona a universidade de fora. As ações afirmativas são, ao mesmo tempo, efeito e condição de aprofundamento do conhecimento acadêmico sobre as universidades e os grupos sociais.

Os estudos qualitativos permitem explorar as dinâmicas dentro dos grupos e as tensões de experiências divergentes em um contexto definido pelos padrões normativos dominantes em variadas esferas de sociabilidade. Desse ponto de vista, Falcão (2017) aborda como a universidade se mostra também como lugar de experimentação tecnológica e de sociabilidade. Seu objeto de estudo é o grupo GDU¹¹ da Unicamp, que nasceu como um grupo na internet, *online*, e foi se desenvolvendo em espaços fora da internet, *offline*, enquanto caso que entrelaça experimentação de sexualidade, ativismo, sociabilidade e experimentação tecnológica.

O GDU começou como um grupo *online* em que uma pessoa LGBT adicionava outra pessoa LGBT, sendo essa a única maneira de ingresso. Com o desenvolvimento do grupo, as interações foram aumentando, passando também para o âmbito *offline*, nos espaços físicos da universidade. Segundo a reconstrução histórica de Falcão, dois eventos parecem importantes para o GDU. O primeiro foi um caso de homofobia sofrido por um casal de lésbicas em um bar em Campinas, diante do que o GDU organizou um beijaço¹² de casais gays e lésbicos como

¹¹ Segundo Falcão (2017) não há consenso sobre o significado da sigla GDU, havendo duas possibilidades: Gays da Unicamp ou Grupo Diversidade Unicamp.

¹² Beijaço é um ato no qual os participantes se beijam publicamente, dando visibilidade a essa expressão de afetividade homoerótica condenada pela heterossexualidade normativa.

protesto. O segundo foi a união do grupo para a criação de uma semana de recepção para os ingressantes LGBTs da universidade, nomeada de calourada colorida. Após a recepção, os novatos e as novatas foram convidados a integrar o grupo no *Facebook*, articulando *online* e *offline* em um mesmo processo de socialização. Assim, algumas postagens repercutiam não só no interior do grupo, mas também nos corredores da universidade. Associando-se com mais pessoas, o GDU criou em 2012 o coletivo Babado, também baseado na categoria de coletivo auto-organizado, não hierárquico e que visa articular política e estudos acadêmicos. O GDU funcionava também como rede de apoio, em que os membros poderiam pedir ajuda para outros, seja de dicas de lugares amigáveis, de busca por acolhimento, ou mesmo para trocar ideias sobre as definições de gênero e sexualidade. Em seu funcionamento, o grupo se mostra como um espaço acadêmico, de formação de sujeitos e de formação de coletivos: tendo nascido como um grupo de sociabilidade ele foi ganhando novos contornos e novos membros, em um processo de constante transformação acerca da concepção de suas funções e atividades na Universidade.

Em suma esses estudos qualitativos conseguem mostrar novos pontos que devem ser analisados ao se construir uma pesquisa sobre vivências, discursos e práticas relativas à sexualidade na universidade. Eles mostram como, por um lado, a universidade exerce função de reprodução da heteronormatividade, reiterando a violência contra pessoas LGBTs e, por outro lado, como é também em seu interior que surgem movimentos, grupos, estudos críticos e visões alternativas que alimentam as tensões internas à instituição no questionamento das regras, padrões e práticas heteronormativas, ampliando os horizontes da problematização conceitual e do questionamento político das classificações sexuais dominantes, enquanto parte constitutiva das relações sócio-culturais de dominação e opressão.

De modo mais específico, os estudos demonstram a importância dos movimentos sociais e políticos, dos estudos acadêmicos e das políticas institucionais universitárias para a construção do debate de gênero e sexualidade dentro da universidade. De uma perspectiva mais geral, as questões de gênero e sexualidade expressam as tensões existentes no modelo contemporâneo de universidade: é um espaço social que reproduz as violências LGBTfóbicas, mas é nele também que se produzem conhecimentos críticos que podem alimentar o combate às violências que reproduz.

2. Situando a USP: relações com a cidade e as dinâmicas internas à universidade

A partir do que foi levantado no capítulo anterior, passo, agora, a contextualizar a USP. Lembrando que este trabalho considera apenas as unidades da USP que se localizam na cidade de São Paulo, sobretudo na cidade universitária, não incorporando, portanto, reflexões sobre as dinâmicas das unidades que se localizam no interior do estado de São Paulo. Primeiro, considero a cidade de São Paulo em termos dos ambientes de sociabilidade, políticas públicas e serviços de apoio à população LGBT. Em seguida me aproximo mais da universidade, situando o processo de incorporação das pautas de gênero e sexualidade em termos históricos e segundo as hierarquias internas de suas escolas.

Tanto a cidade de São Paulo quanto a USP estão historicamente ligadas aos movimentos sociais de gênero e sexualidade. Segundo Carrara (2016), o movimento hoje designado LGBT¹³ no Brasil tem dois marcos importantes: a criação do jornal *Lampião da Esquina* e a fundação do grupo SOMOS, ambos na cidade de São Paulo, em 1978. São da mesma época os primeiros estudos sobre as sexualidades e gêneros marginalizados, produzidos por um grupo de militantes que transitava entre a esfera acadêmica e a política em um movimento social fortemente vinculado à universidade em sua crítica aos discursos autoritários da sociedade governada pela ditadura do período. Desde o início essa dupla inserção, paralela à questão da possibilidade de desenvolvimento simultâneo e articulado do pensamento e da política, se deu por relações de cooperação – notadamente na crítica ao autoritarismo da ditadura da época – e de conflito, como por exemplo em torno da noção de uma identidade homossexual (CARRARA, 2016).

É também desse grupo de intelectuais militantes que surgem os primeiros estudos sobre as sociabilidades gay na cidade de São Paulo. Mapeando os espaços LGBTs da cidade de São Paulo, Facchini et al. (2014) e Simões et al. (2010) expõem que os espaços de sociabilidade próprios aos anos 1960 e 1970 eram os chamados “guetos”, amplamente frequentados por homossexuais para encontrar parceiros afetivo-sexuais, mas também para se reconhecerem como iguais. Entretanto, os ditos “guetos” se transformaram em uma espécie de mercado segmentado, voltado ao público GLS¹⁴ a partir dos anos 2000. Esse mercado traz consigo a

¹³ Nos anos 1970, denominava-se movimento homossexual, LGBT é uma mudança que se deu nos anos 2000.

¹⁴ No final dos anos 1990 surge uma sigla criada pelo mercado para se referir aos LGBTs e que se popularizou para se referir ao público, apesar de nunca ter sido reivindicada pelo movimento. A sigla era GLS, Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Tal sigla foi caindo em desuso, mas ainda hoje algumas pessoas ainda se referem a questões LGBTs como GLS.

ideia de uma territorialidade marcada simbolicamente como LGBT, onde é possível encontrar estabelecimentos voltados ao público específico e é possível perceber também a circulação considerável de casais homoafetivos, como o centro perto da Praça da República, a Rua Augusta e a Avenida Paulista (SIMÕES et al., 2010). É justamente nessa região que acontece a parada LGBT de São Paulo, que se tornou a maior parada LGBT do mundo e que, se estima, já chegou a aglomerar cerca de 3 milhões de pessoas durante seu desfile, que sempre acontece no domingo posterior ao feriado de *Corpus Christi*. Durante o período da parada, a Avenida Paulista é toda enfeitada com propagandas e símbolos LGBTs, marcando o esse espaço como aberto a pessoas LGBTs. Segundo a prefeitura da cidade¹⁵ no ano de 2019, movimentou-se cerca de 403 milhões de reais com a Parada LGBT, marcando essa relação entre o mercado e as pautas e a sociabilidade LGBT em São Paulo.

Além desse circuito mercadológico, há também outros aspectos que situam a importância da cidade de São Paulo no processo de construção das vivências LGBTs, como as políticas públicas oferecidas na cidade. Uma delas é o programa municipal Transcidadania, que visa a colocação profissional e reintegração social de pessoas Transexuais. O Hospital das Clínicas oferece acompanhamento a pessoas que estão passando por terapia hormonal, há também a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que possui uma Coordenação voltada para pessoas LGBTs e o Centro de Acolhida Florescer, que acolhe LGBTs em situação de rua. Na esfera da sociedade civil, tem-se os projetos sociais de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam na cidade, como a Casa 1, instituição que acolhe pessoas LGBTs expulsas de casa e que também oferece cursos de qualificação. Outras ONGs que atuam na cidade que têm como foco o público LGBT são: Mães pela Diversidade, Casa Nem e o coletivo Vote LGBT. Além disso, como já apontado a respeito da Parada LGBT, a cidade oferece outras atividades e espaços de cultura consagrados, voltados para o público LGBT, como o Quilombo Urbano Aparelha Luzia e o Festival Mix Brasil.

A cidade de São Paulo, além de lugares físicos, permite também um grande encontro virtual, por meio de aplicativos de celular. A internet se tornou uma forma de conhecer pessoas e possíveis parceiros afetivo-sexuais. Existem aplicativos que comportam héteros e não-héteros, como o *Tinder*, mas existem aplicativos específicos para mulheres lésbicas e bissexuais: o *Wapa* e o *Scissr*, e aplicativos exclusivos para homens gays e bissexuais: *Grindr*, *Hornet* e *Scruff*. O surgimento desses aplicativos é relativamente recente, acompanhando o

¹⁵ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>

crescimento de usuários de *smartphones*, que permitem uma nova forma de sociabilidade, sem se expor em espaços já “estigmatizados” como LGBTs. Alguns usuários argumentam favoravelmente aos aplicativos devido a certa segurança e relativo anonimato que permitem avaliar e evitar as possíveis retaliações de se assumir homossexual (MISKOLCI, 2015). Mas mesmo anteriormente ao surgimento dos *smartphones*, já existiam *sites* de relacionamentos exclusivos para pessoas LGBTs, como o *mixbrasil* (SIMÕES et al., 2010). Segundo Miskolci (2015), os usuários dos aplicativos da internet estão, ao mesmo tempo, se opondo aos circuitos conhecidos e criando um novo meio de sociabilidade LGBT. Por mais que alguns lugares possam prover certa discrição, como as saunas, os aplicativos permitem se relacionar, em um primeiro momento, sem ser visto. Além disso, como mostra, por exemplo, o estudo de Falcão (2017), os espaços *offline* e *online* se articulam, fazendo com que um interfira no outro: no caso desses aplicativos, na maioria das vezes o objetivo é um encontro pessoal, por mais que seja marcado virtualmente. O ponto fundamental é que a esfera *online* compõe o conjunto de espaços de reconhecimento e vivência LGBT na cidade.

Buscando entender melhor como a população da cidade de São Paulo se relaciona com as pautas e a população LGBT, a Rede Nossa São Paulo realizou duas pesquisas de opinião, em 2018 e em 2019. Ambas tiveram amostra de 800 pessoas, sendo que a pesquisa de 2019 voltou-se mais exclusivamente à questão dos direitos LGBTs, enquanto a de 2018 focou-se na tolerância à diversidade. Os resultados obtidos em 2018 apontaram que os grupos mais tolerantes à população LGBT são mulheres, pessoas mais escolarizadas, moradores da zona oeste, com idade entre 25 e 34 anos e renda acima de 5 salários mínimos. No outro polo, o dos grupos que menos apoiam, estão os homens, mais velhos, pessoas menos escolarizadas, residentes na zona leste e evangélicos.

No cômputo geral, os dados mostram que a tolerância a LGBTs na cidade de São Paulo apresenta-se um pouquinho maior do que a intolerância. Essa medida foi conseguida através de um índice de preconceito, desenvolvido em uma escala de 0 a 1, sendo 0 favorável e 1 contrário. O índice da cidade de São Paulo ficou em 0,46, sendo, assim, muito levemente favorável a questões LGBT. A zona oeste obteve o valor de 0,37, sendo a região mais tolerante da cidade, e o índice da zona leste foi de 0,5, sendo, então, a região mais intolerante.

Avaliando a atuação da prefeitura, 46% responderam acreditar que a administração municipal faz pouco para combater a violência contra LGBTI+, 28% que a prefeitura não faz nada, 18% não souberam responder e 8% responderam que ela faz muito. Além disso, a pesquisa aponta o transporte público e os espaços públicos como os locais onde mais se

presencia violência contra LGBTs, seguidos pelas instituições educacionais, como escolas e faculdades, onde 39% dos respondentes já presenciaram algum tipo de violência.

Os paulistanos, em 2018, tenderam a ser mais favoráveis às demandas LGBTs quanto menos íntimas elas forem. 54% declararam-se a favor de leis de incentivo à inclusão de pessoas LGBTs no mercado de trabalho e 53% são favoráveis à adoção do nome social por pessoas transexuais e travestis, mas 43% são contra a demonstração pública de afeto entre casais homossexuais e 52% são contra a adoção de banheiros unissex.

A pesquisa de 2019 reitera, em geral, a maior parte dos resultados do ano anterior, apesar desta edição não apresentar o índice de tolerância como a pesquisa de 2018, já que o foco da pesquisa era a opinião sobre direitos LGBT. De modo geral, os paulistanos acham importante implementar políticas públicas para a população LGBT e a maioria concorda com a criminalização da homofobia. Assim como em 2018, a maioria da população acha que a administração municipal faz pouco para combater a violência contra pessoas LGBTs. Na pesquisa de 2019, constatou-se que 60% dos entrevistados acreditam ser muito importante a adoção de políticas públicas para tal população e cerca de 55% se declara favorável à criminalização da homotransfobia. Mas a porcentagem de pessoas que acham a cidade de São Paulo tolerante com as pessoas LGBTs caiu 10 pontos percentuais. Em 2018, 50% dos respondentes consideraram São Paulo tolerante com a população LGBTI+, em 2019 esse número foi de 40%. Segundo os dados, essa queda se deu sobretudo na população mais jovem, negra e pobre. Esse aumento da percepção de insegurança entre membros desses grupos sociais definidos em termos de classe, raça e idade provavelmente expressa as mudanças de percepção promovidas pelo cenário político das campanhas eleitorais em nível federal e estadual, marcado pelo fortalecimento das visões próprias à direita e à extrema direita, de violenta condenação de práticas desviantes dos padrões dominantes em geral e, especificamente, de qualquer alteridade sexual, concebida como desvio e anormalidade em relação à heterossexualidade, considerada como normal, natural e de acordo com as leis de Deus. Como veremos no próximo capítulo, a campanha eleitoral marca, igualmente, um conjunto de mudanças na situação tal como percebida até então entre os alunos e as alunas da USP que entrevistei. Como indicado no capítulo 1, a nova conjuntura política atinge diretamente toda a situação considerada aqui, já que o neoconservadorismo social, político e cultural recusa completamente as concepções democráticas, mesmo as mais liberais, de direitos e liberdades sexuais.

Retomando a contextualização mais geral da USP, vemos que é justamente na região de uma territorialidade mais marcada como LGBT e que aparece como mais tolerante às questões LGBTs que se localiza o *campus* central da Universidade, a Cidade Universitária

Armando de Sales Oliveira, no bairro do Butantã. Na mesma zona oeste está localizada a renomada Faculdade de Medicina, a “Casa de Arnaldo”, instalada em 1912 na Avenida Dr. Arnaldo, no bairro de Pinheiros. Ao seu lado, fica também até hoje a Faculdade de Saúde Pública, compondo, principalmente com o Hospital das Clínicas, o chamado “quadrilátero da saúde”, quer dizer, da saúde pública de reconhecida qualidade em São Paulo. A velha Faculdade de Direito também não se mudou das “Arcadas”, no Largo São Francisco, na região central, onde foi fundada em 1827. Já a jovem EACH está localizada na zona leste de São Paulo, região considerada “periférica”, densamente povoada, sem os recursos culturais e educacionais que se concentram na zona oeste e que se mobilizou por décadas em torno de reivindicações educacionais. Sua criação nessa região é uma das principais medidas das políticas de expansão de vagas e de acesso da USP do início dos anos 2000 (GARCIA e CARLOTTO, 2013).

No mesmo período em que a EACH é inaugurada, o Programa Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da Unicamp entra em vigência e Unb e a UERJ adotam cotas. Esses diferentes programas mostram como essa não era apenas uma preocupação da USP, mas de todo o sistema universitário no Brasil, com as universidades federais à frente, com políticas de reserva de vagas. A USP, além da criação da EACH, segue apostando em políticas de bonificações para a expansão do acesso, como o Programa de Inclusão da USP (Inclusp) e o Programa de Avaliação Seriada da USP (PASUSP), voltados para alunos das escolas públicas. Em 2015, cria a bonificação INCLUSP-PPI, a primeira a considerar o critério étnico-racial na concessão dos bônus (ALMEIDA e CARDOSO, 2015). Em 2016, entre as pressões internas e as diretrizes acadêmicas internacionais, finalmente a USP adota, para parte de suas vagas, a reserva, ou seja, o sistema de cotas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Em 2018 a reserva é estendida também às vagas da Fuvest, englobando o total de vagas da universidade.

É no âmbito das discussões acerca da inclusão e democratização do ensino superior que se inserem as questões de gênero e sexualidade. Na última década aconteceram movimentações dentro da Universidade de São Paulo que foram importantes para a discussão e proposição de políticas universitárias baseadas nas diretrizes de igualdade de gênero e direitos e liberdades sexuais. Um dos primeiros movimentos foi de professores, para a criação do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, em 2011, que é um grupo interdisciplinar da área de humanas que visa promover estudos acadêmicos de excelência sobre intolerância, diversidade cultural e direitos humanos¹⁶.

¹⁶ <http://diversitas.fflch.usp.br/expediente>

No âmbito institucional da universidade, surge em 2012 o USP Diversidade, um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, com o objetivo de desenvolver ações para a promoção dos e respeito aos direitos humanos. O USP Diversidade propõe-se a promover debates sobre políticas de gênero e sexualidade e dar formação aos agentes de segurança da USP. Em seu site é possível, por exemplo, saber quais os procedimentos necessários para a regularização do nome social na universidade.

A crescente problematização das questões de gênero e sexualidade nos espaços universitários, vinda de instâncias internacionais, nacionais e locais, permitiu que em 2014 diversos casos de violência de gênero na USP ganhassem especial destaque social e midiático¹⁷, fortalecendo as reivindicações dos diversos movimentos (estudantil, feminista, negro, LGBT), e segmentos (Associação de Docentes da USP, Adusp e Sindicato de Trabalhadores da USP, Sintusp) por segurança nos espaços universitários e visibilidade das violências de gênero, silenciadas no cotidiano acadêmico. Uma das consequências dessa mobilização foi a criação de uma rede de professoras, hoje denominada “Rede Não Cala”, para atuar contra a violência de gênero na universidade, reunindo pesquisadoras que trabalham com o tema em diferentes áreas, notadamente, nas ciências humanas e nas ciências da saúde.

Na mesma direção, na gestão de Marco Antônio Zago (2015-2018), a USP aceita fazer parte do programa da ONU, *heforshe*, que visa engajar os homens contra a discriminação de gênero. Cria, então, o Escritório USP Mulheres¹⁸, ligado à Reitoria, igualmente voltado para o enfrentamento da desigualdade e da violência de gênero na universidade. Entre suas atividades, destaca-se o levantamento de todas as disciplinas sobre gênero ativas na universidade (MATOS, 2016) e a promoção da realização da pesquisa “Interações na USP”, primeiro levantamento realizado acerca do ambiente uspiano da perspectiva de seus alunos. A criação desses órgãos específicos exemplifica a movimentação da direção central da universidade diante das diferentes pressões, nacionais e internacionais, de inclusão social, igualdade de gênero e promoção dos direitos humanos.

Além disso, amplia-se a instalação de Comissões de Direitos Humanos em diferentes institutos e faculdades, situando o reconhecimento variado da questão no nível da direção das unidades da USP. Em meio a debates nessas comissões e demandas de alunos e professores, algumas medidas foram tomadas por faculdades específicas, como a FFLCH, que em 2017 colou em todas as portas dos banheiros um cartaz afirmando o direito de pessoas trans

¹⁷ <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/vitimas-de-estupro-em-festas-da-usp-denunciam-abusos-alesp.html>

¹⁸ <http://uspmulheres.usp.br/>

utilizarem o banheiro de acordo com o gênero com que se identificam. Outro exemplo é a Faculdade de Educação que, após um caso de violência transfóbica, por parte de um funcionário, acontecido em 2018, ofereceu, por meio do Numas na Escola¹⁹, formação sobre os marcadores sociais da diferença para seus funcionários.

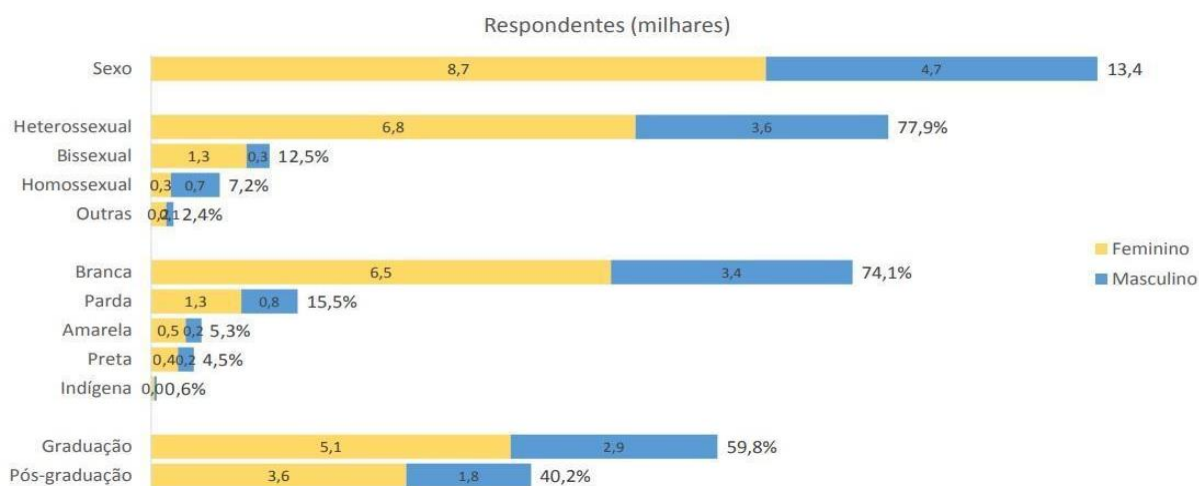
Na base dessas mudanças na esfera da administração, seja no nível da direção central ou das unidades, está o conhecimento produzido sobre o tema, que se distribui de forma variada entre as diferentes áreas e escolas, incorporando, ou não, explicitamente uma dimensão prática. Ressalta a importância da FFLCH, que tem uma relação com os estudos de sexualidade desde a gestação dos primeiros grupos homossexuais no Brasil. Como exemplos de seus grupos de estudo e pesquisa em gênero e sexualidade podemos elencar o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), o Núcleo de Marcadores Sociais da Diferença (Numas) e o Núcleo de Estudos de Gênero e Política (GePô). Ainda no horizonte das ciências humanas, pode-se citar o Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual, da FEUSP e Generas - Núcleo de Pesquisa em Raça e Gênero, da FEA. Igualmente destaca-se a área da saúde, com, por exemplo, o Grupo de Pesquisa e Intervenção: Violência e Gênero nas Práticas de Saúde (FMUSP), o Grupo de Estudos em Saúde Coletiva, Educação e Relações de Gênero (EACH) e o Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade e o Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS, ambos do IP.

Para dar continuidade a esta localização contextual da USP, em um nível mais específico, passo a expor parte dos dados coletados pela pesquisa “Interações na USP”, coordenada pelo Prof. Gustavo Venturi, da FFLCH, para o Escritório USP Mulheres, no contexto da participação da universidade no programa da ONU Mulheres, *Heforshe*. Primeira pesquisa de perfil *Climate Campus* realizada pela USP entre os estudantes, por preenchimento de questionário *online*, ela alcançou 13.377 respondentes, cerca de 17% do total de 78.984 alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação regularmente matriculados no segundo semestre de 2017, tendo os dados sido coletados entre 13 de dezembro 2017 a 22 de fevereiro de 2018. Buscando corrigir distorções do perfil dos respondentes e para tornar os dados generalizáveis, os pesquisadores que conduziram a pesquisa “Interações na USP” ponderaram as respostas a partir de 4 variáveis, gerando cerca de 510 estratos diferentes: gênero, vínculo (graduação ou pós-graduação), ano de ingresso e unidade/ curso. Com o objetivo de fornecer dados para as políticas institucionais, visando “enfrentar discriminações e violências presentes

¹⁹ Programa do Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença, do Departamento de Antropologia, em instituições educacionais, sobre questões relativas a violências e opressões de gênero, raça, classe, sexualidade, identidade de gênero e capacitismo.

nas interações” no âmbito da Universidade (USP MULHERES, 2018), diversos temas foram abordados; mas aqui interessam especificamente os dados relativos à sexualidade e suas intersecções. Situemos, primeiramente, o perfil dos respondentes da pesquisa.

Gráfico 1 - Perfil dos respondentes da pesquisa “Interações USP”



(Fonte: Pesquisa Interações USP Mulheres, 2018)

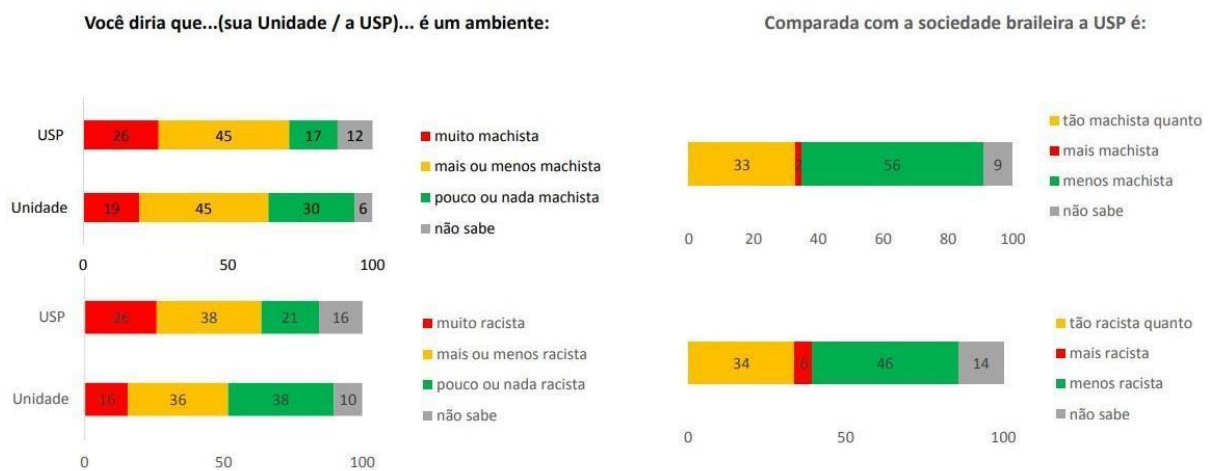
Como o gráfico mostra, cerca de 35% dos respondentes foram homens e 65% foram mulheres, indicando a diferença de gênero no que se refere à disposição de responder a um convite desse tipo, acentuado, neste caso, pelo convite à participação na pesquisa ter partido do USP **Mulheres**. É plausível ainda admitirmos que, uma vez percebido que o foco investigado estava relacionado a discriminações e outras violências, a proporção de estudantes que responderam o questionário até o ponto suficiente para validá-lo (permanecendo assim entre os/as 13.377 componentes da amostra final), tenha sido maior entre os grupos potencialmente mais vulneráveis às violências abordadas. Embora não se possa estimar seu impacto, é importante não perder de vista que os resultados dessa pesquisa carregam tal *viés de resposta*.

Isso posto, temos que cerca de 78% dos respondentes se declararam heterossexuais, 12,5% bissexuais, 7,2% homossexuais e 2,4% outras orientações sexuais. Os dados apontam, assim, para mais de 1/5 de estudantes (22,1%) que declararam orientações sexuais divergentes em relação ao padrão heterossexual dominante. Em números absolutos, foram 2.956 pessoas da amostra que não se declararam heterossexuais, maior do que o total de alunos de graduação e de pós-graduação da FAU (2.454) e do IME (2.489), maior que o total de alunos de graduação

da Faculdade de Direito (2.447) e tendo aproximadamente o mesmo número de alunos de graduação da FEA (2.942). Embora o viés de resposta não nos permita projetar com rigor a proporção do grupo de homossexuais, bissexuais e outras orientações sexuais para o universo dos estudantes da USP, já que esse viés tendeu a favorecer uma taxa de retorno maior desse grupo, pode-se afirmar com segurança que o corpo discente da USP em 2017 tinha entre cerca de 3.000 e cerca de 17.500. Ou seja, do número total de alunos de uma FEA à soma dos alunos da FFLCH, da EACH e da FAU de pessoas homossexuais, bissexuais e de outras orientações sexuais não heteronormativas.

Uma parte da pesquisa perguntou aos alunos quais seriam suas percepções sobre temas como racismo, machismo, LGBTfobia e elitismo, em relação à unidade que estuda e à USP no geral. Além disso, os respondentes precisavam assinalar se consideravam a USP menos preconceituosa, tão preconceituosa quanto ou mais preconceituosa que a sociedade brasileira. No que tange ao machismo e ao racismo, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 2 - Pesquisa Interações na USP: Percepção de machismo e racismo na USP



(Fonte: Pesquisa Interações USP Mulheres, 2018)

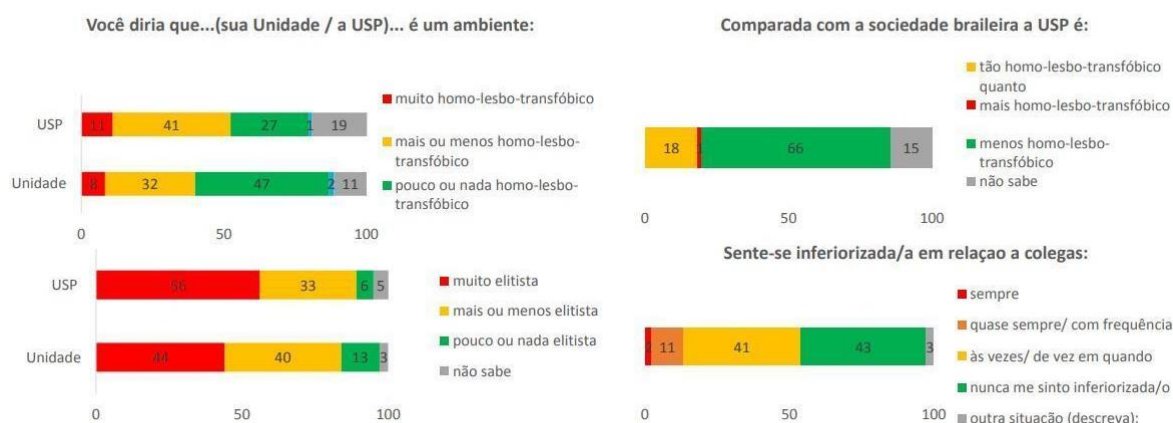
Como mostram os dados, na classificação geral do machismo na USP, 62% consideram a universidade *mais ou menos* ou *pouco ou nada machista*; quase o dobro dos 26% que a consideram *muito machista*. Na classificação da própria unidade, o *pouco ou nada machista* sobe para 30%, correlato à diminuição da percepção de *muito machista* para 19%. Tanto para a unidade quanto para a USP, a maioria, 45%, escolheu a categoria mediana, considerando esses ambientes *mais ou menos* machistas. Na comparação com a sociedade, reafirma-se a percepção de um ambiente menos preconceituoso: 56% das pessoas respondentes acreditam

que a USP é *menos machista* do que a sociedade, 33% acredita ser *tão machista quanto a sociedade* e somente 1% considera a universidade *mais machista*.

Já sobre o racismo, 46% acredita que a USP é *menos racista que a sociedade*, 34% acredita que ela é *tão racista quanto*, 6% acredita que ela é *mais racista* e 14% não soube opinar. Enquanto 21% dos respondentes consideram a USP *pouco racista* e 26% consideram a USP *muito racista*, a percepção de preconceito na unidade é muito menor, já que 38% considera a unidade *pouco racista* e 16% *muito racista*. Na comparação com a sociedade brasileira, há uma diferença de 10% entre as pessoas que consideram a USP *menos machista* (56%) do que os que consideram *menos racistas* (46%).

Comparando a USP com a respectiva unidade de cada respondente, é possível perceber que, de modo geral, a percepção é que a unidade é *menos machista* que a USP, sendo que 30% consideram sua unidade *pouco ou nada machista* e 19% acham a unidade *muito machista*, enquanto 17% acham a USP *pouco machista* e 26% consideram *muito machista*. A mesma lógica se aplica ao racismo, de modo que 21% acreditam que a USP é *menos racista* que a sociedade e 38% consideram a unidade *menos racista* que USP, enquanto 26% acham a USP *muito racista* e 66% consideram sua unidade *muito racista*.

Gráfico 3 - Pesquisa Interações na USP: Percepções de LGBTfobias e elitismo



(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

Já no caso do elitismo, 56% percebem a USP como muito elitista, 33% mais ou menos elitista e apenas 6% pouco elitista, enquanto 44% percebem a unidade de origem como muito elitista, 40% mais ou menos elitista e 13% pouco elitista. Esse gráfico demonstra, também, que 43% dos respondentes nunca se sentem inferiorizados pelos colegas, 41% se sente inferiorizado

de vez em quando, 11% tem essa sensação com frequência e 2% sempre se sentem inferiorizados pelos colegas da USP. No que tange à LGBTfobia, 66% acreditam que a USP é menos LGBTfóbica que o resto da sociedade, 18% tão LGBTfóbica quanto a sociedade e apenas 1% acredita que a universidade é mais LGBTfóbica. Na mesma lógica que nos gráficos anteriores, a sensação de que a USP é mais elitista e LGBTfóbica que a unidade também se repete.

De modo geral, os alunos acreditam que USP é menos preconceituosa do que a sociedade e que suas unidades são menos preconceituosas do que a USP. E especificamente na questão da percepção da LGBTfobia é onde aparece a maior diferença, já que quase 70% dos respondentes consideram a universidade menos preconceituosa do que a sociedade como um todo.

Os dados mostrados até aqui apresentam a USP em seu conjunto. Vejamos agora como as concepções se distribuem considerando suas hierarquias internas. Como exposto no capítulo 1, a universidade moderna caracteriza-se por ter incorporado funções conflitantes. Esse conflito se expressa na estrutura social da instituição, que polariza, de um lado, as escolas que formam para as profissões mais prestigiadas socialmente e, de outro, as escolas que formam para as carreiras intelectuais e científicas. Analisando a estrutura social da USP, Carlotto (2013) reconstruiu, em uma série histórica, o perfil dos ingressantes de suas várias unidades. Nesse trabalho, ela identifica um polo profissional tradicional, correlato às “faculdades superiores” do século XVIII, onde o Direito e a Medicina mantêm sua posição ao longo dos séculos, e a Teologia é substituída, no caso brasileiro, pela Engenharia: justamente as chamadas “profissões imperiais”, para citar o título do livro do historiador Edmundo Campos Coelho. Em posição oposta está o polo científico acadêmico, correlato às ciências e à filosofia, ou seja, as áreas que desenvolvem o pensamento racional, realizando a função institucional de produção de conhecimento crítico da cultura. Ao acompanhar as mudanças estruturais produzidas pelas políticas de expansão de vagas e cursos, Carlotto identifica o surgimento de um terceiro polo, o polo técnico profissional.

O *polo profissional tradicional* é caracterizado por ter os cursos com maior concorrência, que selecionam alunos de maior renda e maior escolaridade da mãe e do pai. Esse polo apresentou historicamente um pequeno aumento do ingresso de alunos da escola pública, mas nada muito significativo para alterar o perfil dos estudantes. As unidades do *polo profissional tradicional* concentram o menor percentual de pretos e pardos e são majoritariamente masculinas em relação às outras unidades da USP. Entre as unidades representantes deste polo estão: Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola

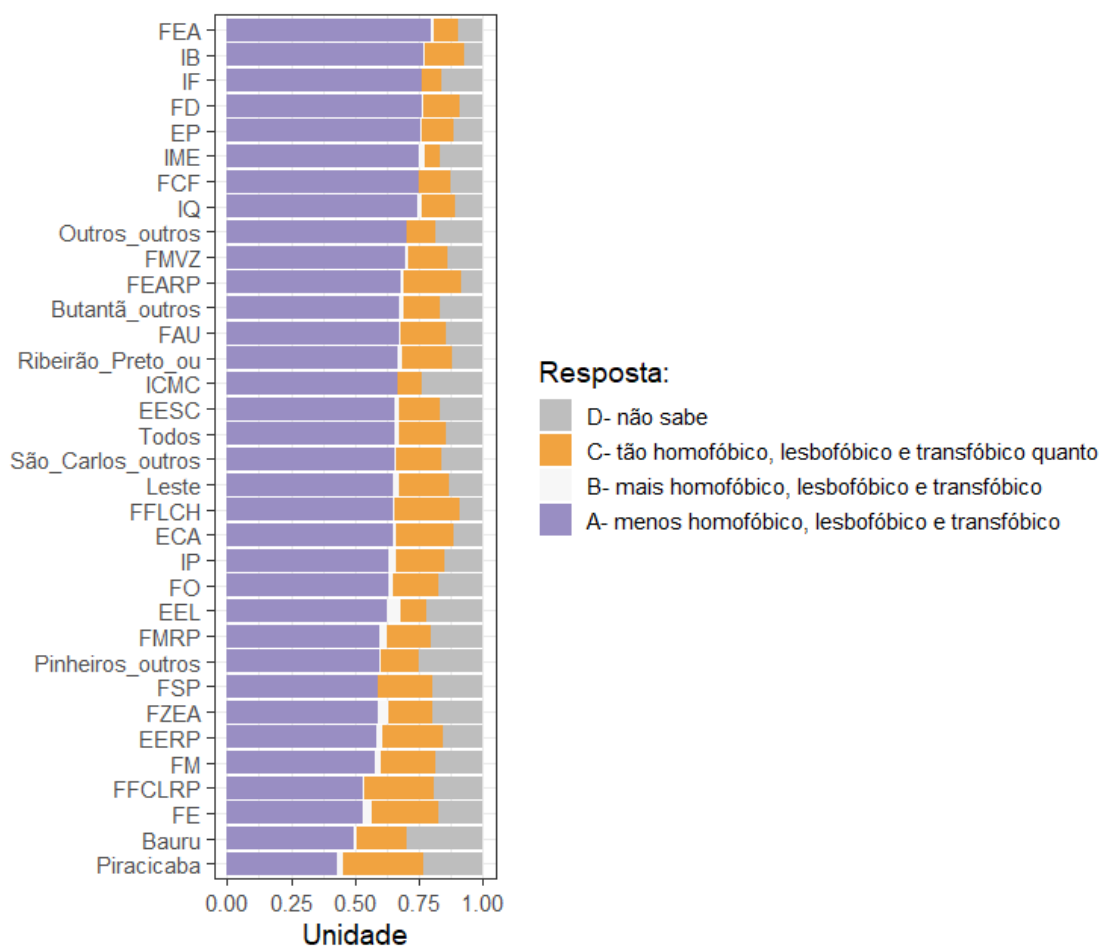
Politécnica; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Economia e Administração; Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Faculdade de Odontologia; e Faculdade de Ciências Farmacêuticas (CARLOTTO, 2013, p. 372). O *polo científico acadêmico*, voltado à formação científica e pedagógica, é representado principalmente pelo desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, com o surgimento do terceiro polo, passou a ocupar um lugar intermediário na estratificação interna da universidade. Como exemplo dessas unidades tem-se: Instituto de Física; Instituto de Química; Instituto de Biociências; Instituto de Matemática e Estatística; Instituto de Geociências; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Faculdade de Educação. Na parte de baixo da estratificação das unidades localiza-se o *polo técnico profissional*, criado sobretudo após a expansão de cursos e vagas do começo do milênio, formado por novas unidades que oferecem cursos profissionalizantes de caráter mais técnico e por unidades mais antigas, mas também voltadas para formações profissionais mais técnicas. Seu caráter socialmente dominado se expressa em um alunado mais feminino e de origem social mais popular. Tais unidades se localizam principalmente no interior de São Paulo e/ou fora da Cidade Universitária. Entre elas constam: Escola de Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Escola de Artes, Ciências e Humanidades e Escola de Educação Física e Esportes de Ribeirão Preto (CARLOTTO, 2013, p. 381). Considerando o período de 1960 a 2010, a autora conclui que:

“a relação entre as unidades da USP se desenha quase sempre do mesmo modo, ou seja, pela oposição entre um polo dominante, formado em geral pelas faculdades profissionais tradicionais, e um polo dominado, formado tanto pelas unidades acadêmico-científicas quanto pelas unidades técnico-profissionais. Mesmo que possa haver variações pontuais, elas não são suficientemente importantes para invalidar a força da oposição essencial entre dominantes e dominados no contexto da instituição”. (CARLOTTO, 2013, p.392).

Em suma, tem-se que o polo dominante concentra alunos dos setores dominantes em termos de renda, escolaridade dos pais, gênero (maioria de homens) e raça (maioria de brancos), enquanto o polo técnico profissional é mais feminino, possui mais estudantes oriundos de famílias de classes baixas e maior número de alunos negros. Considerando essa divisão interna da USP, é possível, agora, voltar aos dados da pesquisa Interações na USP,

detendo-se nas respostas sobre a questão LGBT, distribuídas por unidade. Começemos com a questão que solicitou a comparação entre a universidade e a sociedade²⁰:

Gráfico 4 - Q68: “O ambiente uspiano é menos ou mais homofóbico, lesbofóbico e transfóbico que a sociedade brasileira?” (por unidade)



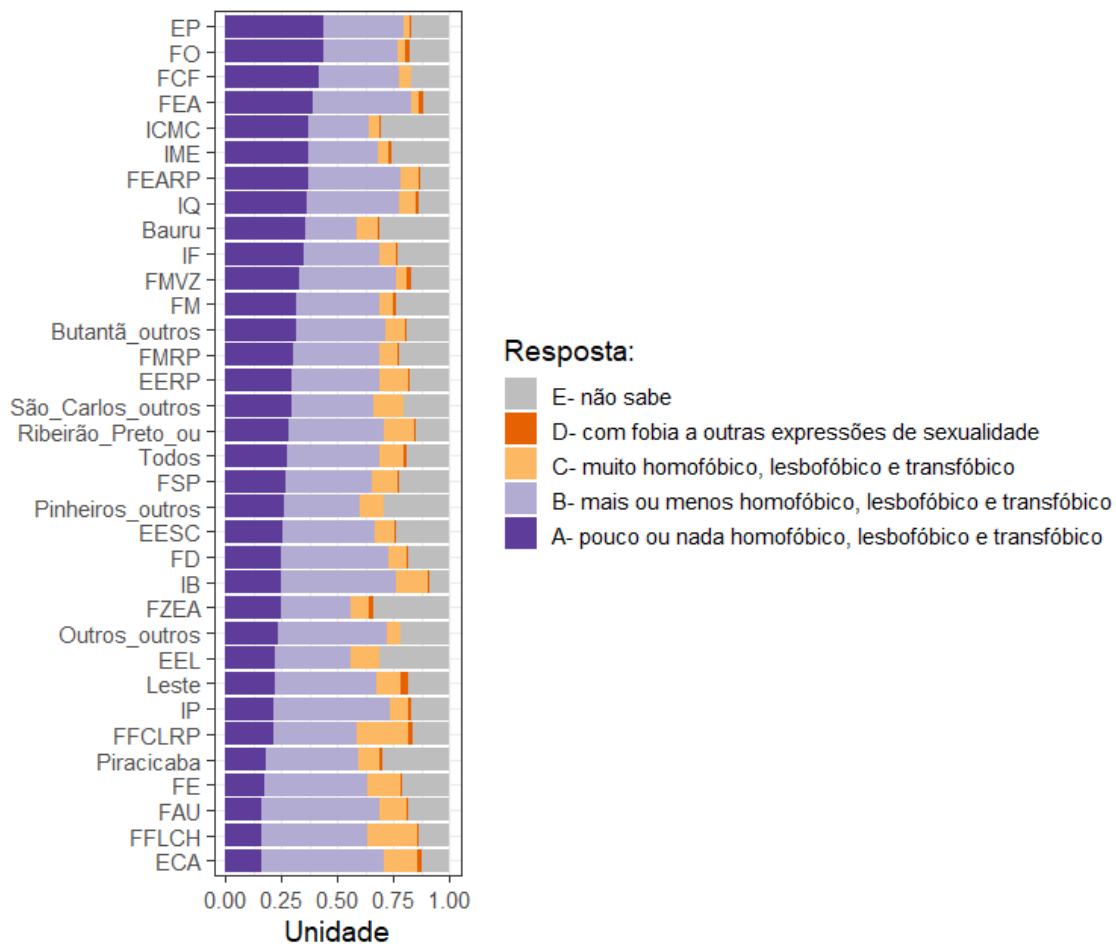
(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

Apenas as respostas da ESALQ (Piracicaba) não atingiram mais de 50% para quem considera a USP menos LGBTfóbica do que a sociedade nacional. Importante notar que é muito baixo o número de pessoas que considera a USP como mais LGBTfóbica do que a sociedade, sendo praticamente inexistentes em algumas unidades como na FCF e FSP. É possível perceber uma pequena concentração das escolas do polo tradicional no topo do

²⁰ Os dados dos próximos 6 gráficos não estão disponíveis no site do Escritório, como os anteriormente citados. Esses dados foram fornecidos exclusivamente para essa pesquisa.

gráfico, destacando a FEA, FD, EP e FCF. Há, também, uma concentração das principais faculdade de humanas, com exceção da FE, no meio do gráfico sendo elas FFLCH, ECA, IP e FAU. Refletindo especificamente sobre o espaço da universidade, o questionário perguntou: “Você diria que a USP é um ambiente:”

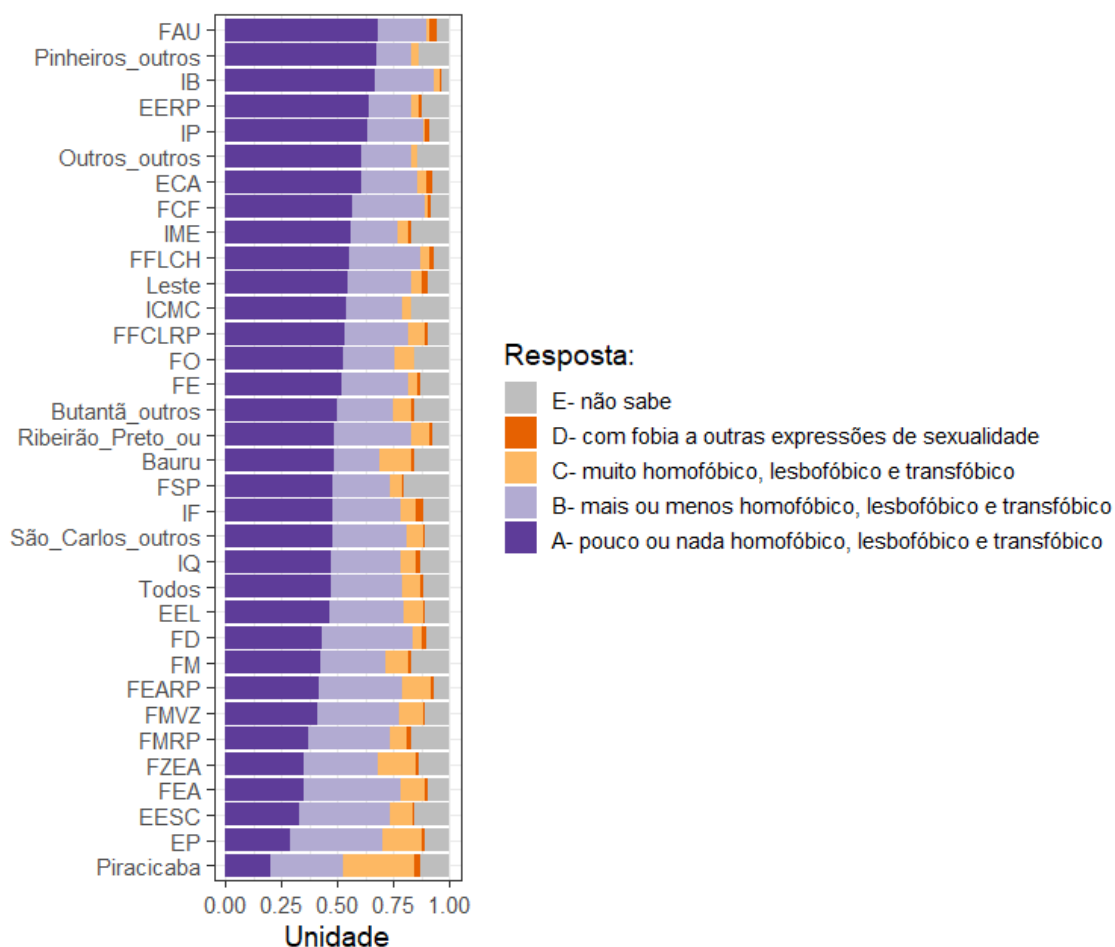
Gráfico 5 - Questão 67 da pesquisa Interações na USP : “Você diria que a USP é um ambiente:” por unidade



(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

Considerando a USP como um todo, as quatro faculdades que *mais* consideram a USP *pouco homofóbica* são justamente do polo profissional tradicional, sendo EP, FO, FCF e FEA. Já entre as faculdades que consideram a USP mais ou menos ou muito homofóbica estão 3 faculdades do polo acadêmico, sendo elas ECA, FFLCH e FE. A FAU aparece em oposição ao lugar que deveria ocupar por ser uma unidade profissional tradicional, acredito que devido ao perfil feminino e pela área de estudo. Considerando a percepção sobre a própria unidade, tem-se a questão 66, “Você diria que a sua unidade ou faculdade é um ambiente:”

Gráfico 6 - Questão 66 da pesquisa Interações na USP “Você diria que a sua unidade ou faculdade é um ambiente” por unidade



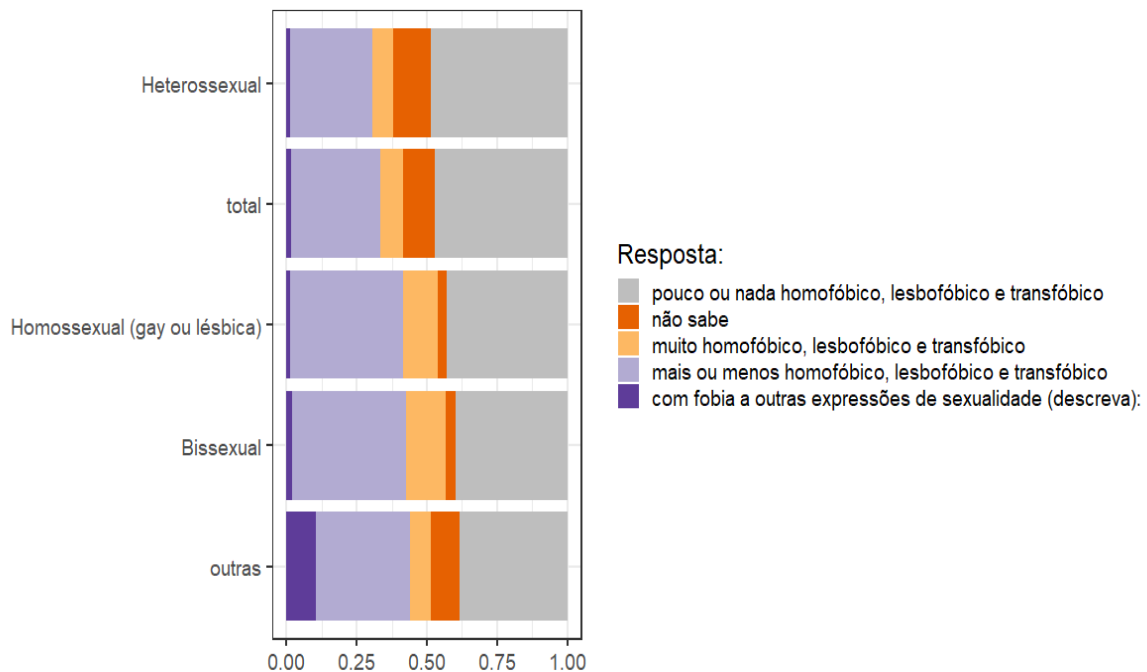
(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

Neste gráfico, é possível perceber um condensamento na parte inferior das escolas do polo profissional tradicional, como a ESALQ (Piracicaba), a POLI (EP), a FEA, a FMVZ, a FM e a FD. Estar alocado nessa parte do gráfico quer dizer que é onde mais se considera a unidade majoritariamente LGBTQfóbica em algum nível. As exceções desse polo são a FAU e a FCF, que estão localizadas na parte superior do gráfico, possivelmente por serem os cursos desse polo com maior número de mulheres. As faculdades do polo acadêmico encontram-se quase todas da metade para cima, indicando que são consideradas por seus frequentadores como pouco LGBTQfóbicas.

A partir desses dados, podemos perceber que há uma tendência de que os alunos das faculdades do polo profissional tradicional percebam a USP como menos preconceituosa, mas as suas unidades como preconceituosas. Enquanto os alunos dos cursos de humanas e/ou do polo científico acadêmico tendem a ser mais críticos quanto à LGBTQfobia dentro da universidade e da própria unidade.

Nos gráficos anteriores foi possível analisar a percepção dos espaços da unidade, da USP e da sociedade brasileira por unidade. Os próximos três gráficos tratarão das mesmas perguntas, mas analisando as percepções dos espaços sociais de acordo com as orientações sexuais. A categoria “outras” engloba as pessoas que se identificaram como: demissexuais, assexuais, pansexuais, *Queer*, não sabe e outras. Elas foram agrupadas porque separadamente possuíam poucos respondentes. A linha do total representa a média obtida entre todos, lembrando que 78% da amostra se declarou heterossexual, então a média sempre estará mais perto das respostas desse grupo. Observemos os resultados da pergunta sobre a percepção da LGBTfobia em relação à unidade.

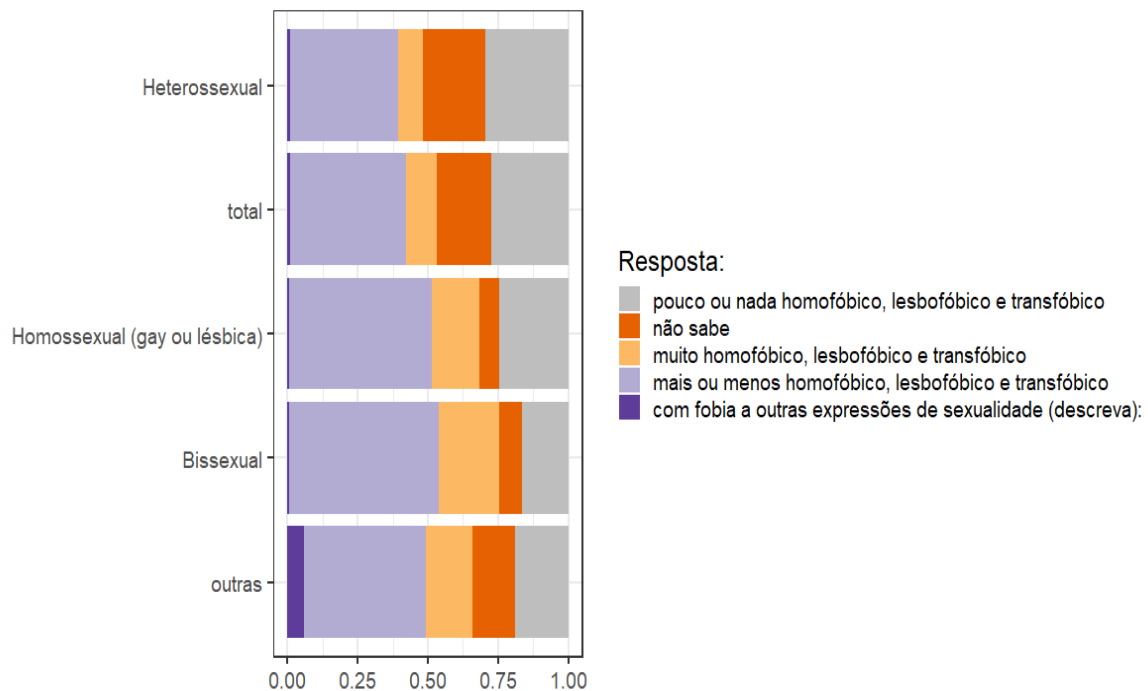
Gráfico 7 - Questão 66 da pesquisa Interações na USP “Você diria que a sua unidade ou faculdade é um ambiente” por orientação sexual



(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

A partir deste gráfico, tem-se que o grupo que mais percebe a unidade como pouco ou nada LGBTfóbica são os heterossexuais (49%), contudo é considerável também o número de homossexuais (43%) e bissexuais (40%) que consideram a unidade pouco ou nada LGBTfóbica. O grupo “outras” se destaca relativamente pela maior percepção de fobia a outras expressões de sexualidade. Nota-se, ainda, que os homossexuais e bissexuais são os que mais percebem as suas unidades como muito LGBTfóbica. Olhemos para a percepção destes grupos em relação à USP:

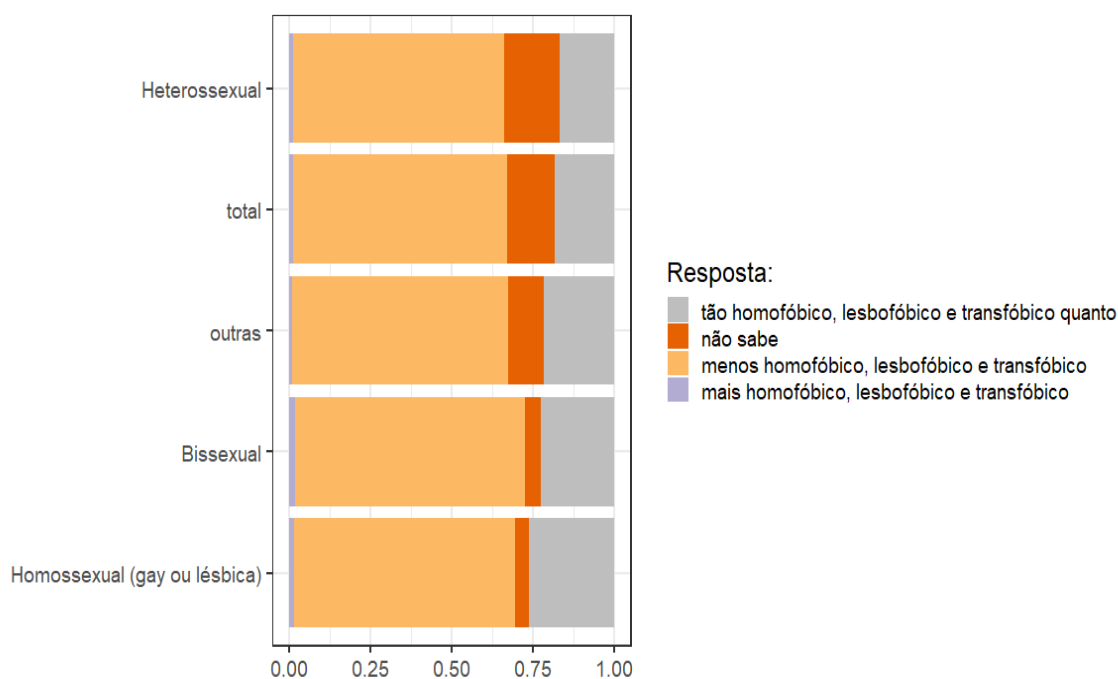
Gráfico 8 - Questão 67 da pesquisa Interações na USP: “Você diria que a USP é um ambiente:” por orientação sexual



(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

A partir do gráfico, podemos perceber que os heterossexuais são o grupo que mais considera a USP pouco ou nada LGBTQfóbica, aproximadamente 25%. Assim, as pessoas que percebem a USP como pouco preconceituosa são justamente do grupo que não sofre LGBTQfobia. Os bissexuais são do grupo que mais considera a USP muito LGBTQfóbica. Cerca de 50% dos bissexuais e homossexuais consideram a USP mais ou menos LGBTQfóbica. Destaco, ainda, que as outras sexualidades consideram a existência de fobias contra sexualidades que não foram especificadas na pesquisa, ou seja, a própria sexualidade deles, que são, como já mencionado: queer, assexuais, demissexuais, pansexuais, não sabe e outros. Esses resultados são bastante diferentes da percepção por unidade, em que o grupo que mais considerava sua unidade pouco ou nada LGBTQfóbica eram os heterossexuais com 49%, entre os homossexuais o percentual foi de 43% e entre os bissexuais de 40%. Assim, é possível perceber uma grande tendência de se considerar a unidade em que se estuda como menos preconceituosa do que a USP como um todo, independentemente da orientação sexual. Observemos, agora, a comparação entre a USP e a sociedade brasileira, de acordo com a orientação sexual dos respondentes.

Gráfico 9 - Questão 68 da Pesquisa Interações na USP: “O ambiente uspiano é menos ou mais homofóbico, lesbofóbico e transfóbico que a sociedade brasileira?” por orientação sexual



(Fonte: Pesquisa Interações USP Mulheres, 2018)

No geral, cerca de 70% de todas as orientações sexuais consideram a USP menos LGBTfóbica do que a sociedade brasileira. Destaca-se nas respostas que cerca de 25% dos homossexuais consideram a USP tão LGBTfóbica quanto a sociedade, sendo o maior percentual dessa percepção. Os percentuais de quem considera a USP mais LGBTfóbica é mínimo e quase não aparece no gráfico, em todas orientações. Notável, ainda, a quantidade de heterossexuais que não souberam responder essa pergunta, aproximadamente 17%. Desse modo, a tendência que se apresentou nesses gráficos foi que os respondentes, de todas orientações sexuais, tendem a perceber a unidade como menos preconceituosa do que a USP e a USP como muito menos preconceituosa do que a sociedade brasileira, demonstrando uma relação entre o conhecimento dos espaços a percepção do preconceito, de modo que, no caso destes dados, quando mais se está familiarizado com o espaço, menos preconceituoso ele é considerado.

Além da possibilidade de comparação entre a cidade, a universidade e as unidades, a pesquisa do USP Mulheres também coletou dados sobre a sensação de segurança em diferentes espaços da universidade. Essa informação terá desdobramentos importantes no capítulo 3, a

partir da análise mais aprofundada das entrevistas. No gráfico a seguir é possível analisar os dados sobre quais espaços as pessoas frequentam e como elas se sentem neles.

Gráfico 10 - Pesquisa Interações na USP: Percepção de (in)segurança em diferentes espaços da USP



(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

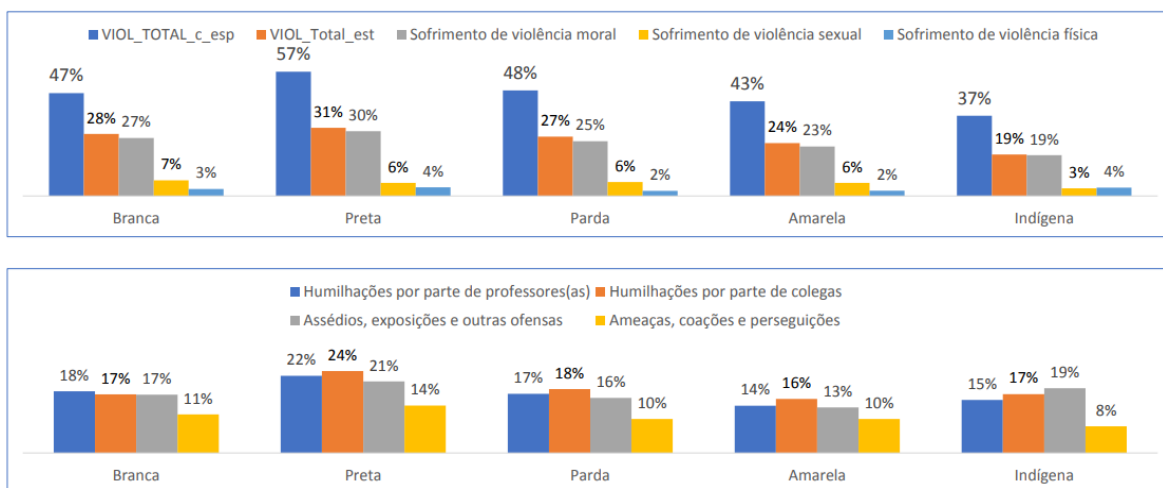
Os espaços de maior circulação são os espaços acadêmicos, os espaços externos aos institutos e faculdades e os de convivência, que quase a totalidade dos alunos declaram frequentar. Por outro lado, os centros acadêmicos e as festas/atléticas são frequentados por cerca de 60% dos alunos. Sobre a percepção de inseguranças destaca-se a insegurança nos espaços externos, em que 29% se sente inseguro e 55% em parte seguro, e nas festas/atléticas, em que 15% se sente inseguro e 59% em parte seguro. Em oposição a estes espaços, estão principalmente os espaços acadêmicos, em que apenas 1% se sente inseguro e 20% em parte seguro.

A pesquisa do Escritório USP Mulheres buscou também coletar dados sobre as violências sofridas nos espaços universitários, considerando o tipo de violências e algumas marcações sociais, como raça, gênero e orientação sexual. Importante destacar que esse tipo de pesquisa se baseia na percepção individual da violência, o que não representa toda a violência de fato sofrida. A percepção da violência depende do entendimento da pessoa sobre o que é violento, já que, enquanto categoria de percepção e classificação, é uma construção social e histórica, em constante disputa entre diferentes grupos sociais (SIMIÃO, 2006).

Olhemos brevemente para os dados da percepção da violência no espaço universitário por cor/raça, que ajuda a situar os desdobramentos da raça na experiência universitária dos entrevistados que serão expostos no capítulo 3. O ponto que mais se destaca é a pergunta

espontânea sobre a pessoa já ter sofrido violência, em que a cor preta chegou a 57% de respostas positivas, enquanto a parda ficou em 48%, a branca em 47%, amarela 43% e indígena 37%. Nas respostas induzidas, existe uma relativa diminuição de 1 ou 2 por cento para cada categoria, tornando significativa a diferença entre violência moral sofrida por pessoas pretas, que obteve 30% de respostas positivas, enquanto esse número foi de 19% entre indígenas. Por outro lado, no detalhamento dos tipos de violência sofridos, a cor preta aparece como a que mais sofreu humilhações, assédios, coações e ofensas, enquanto a cor amarela a que menos sofreu com essas ações.

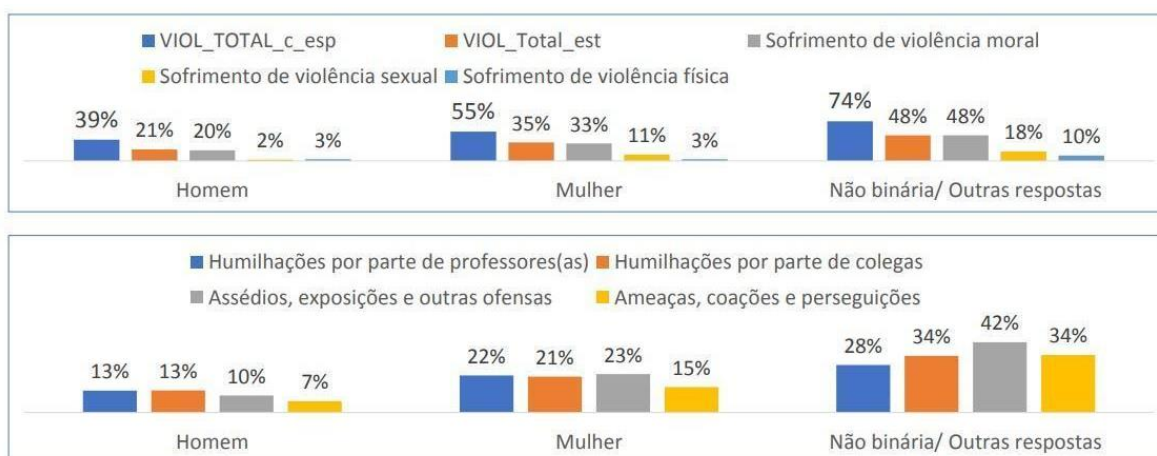
Gráfico 11 - Pesquisa Interações na USP: Percepções de violência na USP por raça/cor



(Fonte: Pesquisa Interações USPMulheres, 2018)

Para pensar a questão de gênero, retomo a tese de Carlotto (2013) que, ao reconstruir as hierarquias internas da USP, aponta que no que tange ao gênero não é tanto a oposição entre o polo tradicional e os polos científico e técnico que opera, mas sim a distinção entre as três grandes áreas do conhecimento. As ciências exatas são majoritariamente masculinas, as humanas têm um caráter misto e a área de biológicas possui um caráter mais feminino. Isso é importante pois conforme Arndt e Bruin (2006) o gênero é uma variável que aparece como importante para a tolerância de pessoas LGBTs, como também demonstrado na seção anterior nos gráficos sobre as unidades da USP: a maior presença de mulheres acaba alterando a percepção sobre ser um espaço mais aberto a pessoas LGBTs ou não. A questão de gênero também é importante porque homens, sem a divisão por orientação sexual, reportam sofrer menos violência que mulheres e pessoas não-binárias, como o gráfico a seguir:

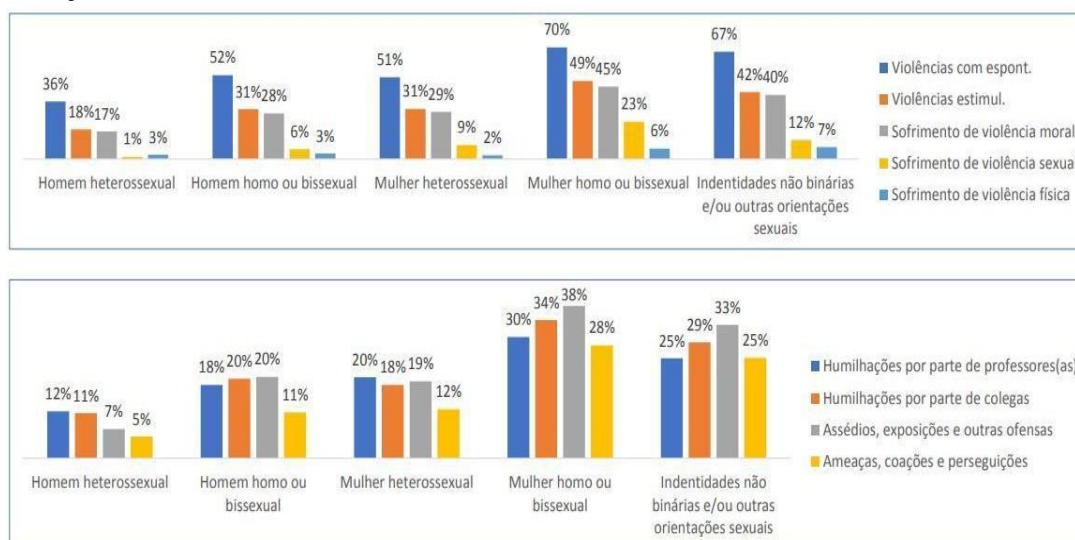
Gráfico 12 - Pesquisa Interações na USP: Percepção de violência na USP por identidade de gênero



(Fonte: Pesquisa Interações USP Mulheres, 2018)

De acordo com o gráfico, é possível perceber que 39% dos homens declararam ter sofrido violência moral, sexual ou física, enquanto 55% das mulheres declararam ter sofrido essas violências e 74% das pessoas não binárias/outras responderam terem sofrido algum tipo de violência. Esses dados demonstram que as relações de poder que existem na universidade tendem a tornar mulheres e pessoas não-binárias/outras mais suscetíveis a sofrer e/ou perceber qualquer tipo de violência. O que justifica, por exemplo, a mobilização em torno da igualdade de gênero dentro da universidade, tanto pelo Escritório USP Mulheres, quanto pela rede de professoras ou pelos diversos coletivos feministas existentes na USP.

Gráfico 13 - Pesquisa Interações na USP: Percepções de violência por identidade de gênero e orientação sexual



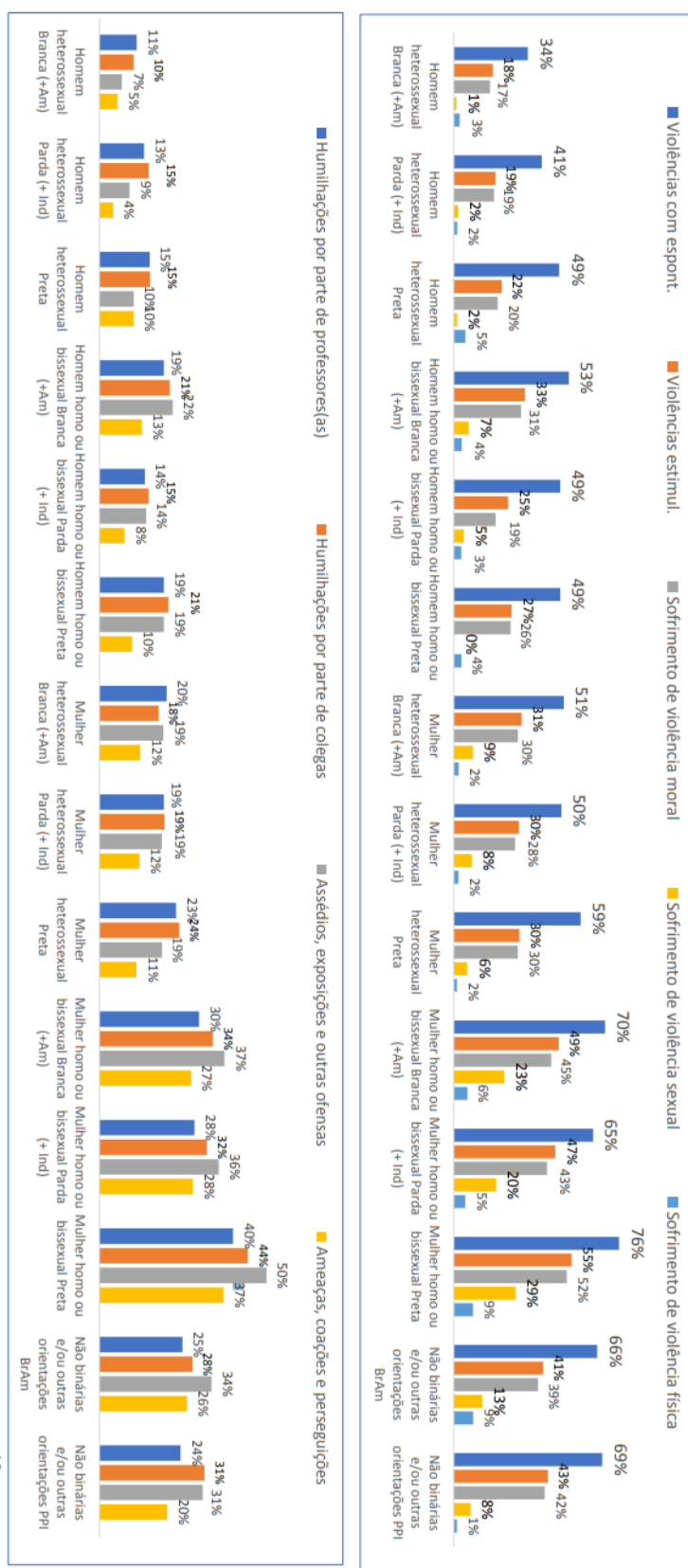
(Fonte: Pesquisa Interações USP Mulheres, 2018)

Os dados apontam que os homens heterossexuais sofrem menos violência do que mulheres e pessoas não-heterossexuais. A diferença entre a percepção espontânea de violência de homens héteros e homens homo ou bissexuais é de cerca de 15%. As porcentagens para os homens homo ou bissexuais e para as mulheres hétero são praticamente iguais, o que demonstra uma posição social similar na percepção da violência, mas como já ressaltado aqui por meio da pesquisa de Simião (2006), a noção de violência é construída socialmente e pode haver uma diferença na concepção de violência entre esses grupos, o que necessitaria um estudo mais aprofundado para entender melhor essa relação. Já para mulheres homossexuais ou bissexuais e para pessoas não binárias, a diferença em relação aos homens heterossexuais é de praticamente o dobro.

Nesse momento é necessário lembrar a ideia de Sardenberg (2015) de que raça, gênero, classe, orientação sexual são marcações que se inter cruzam, se recortam e se modificam, tornando suas relações complexas e não uma mera soma de opressões. Como argumenta Brah (2006), é necessário entender as formações estruturais das relações de poder que hierarquizam as diferenças, mas também é necessário compreender a contingência e particularidades da forma como as diferenças são produzidas e hierarquizadas em cada contexto.

Nessa perspectiva, a pesquisa do USP Mulheres permite, ainda, observar a percepção da violência considerando os marcadores de gênero, raça e orientação sexual simultaneamente. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Pesquisa Interações na USP: Violência na USP por orientação sexual, gênero e raça



(Fonte: Pesquisa Interações USP Mulheres, 2018)

Para analisar estes dados, é necessário retomar a ideia de que as desigualdades sociais devem ser entendidas em seus contextos concretos, localizadas no tempo e no espaço, não apenas como mero acontecimento de uma estrutura de opressões, atentando-se à complexidade com que as relações sociais e de poder se imbricam e se atravessam, produzindo relações sociais complexas construídas simultaneamente pelo racismo, o capitalismo e a heteronorma cisgênera. Nas palavras de Brah:

“relações patriarcais se articulam a outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra -- é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p.351).

O gráfico 14 apresenta visualmente a percepção das violências de acordo com cruzamento entre raça, gênero e orientação sexual. No polo em que menos se percebe a violência estão os homens heterossexuais, independente da cor, mas, entre eles, são os brancos que têm a menor percepção de violência de todos. No outro polo, o das pessoas que mais percebem a violência, estão as mulheres homo ou bissexuais pretas e as pessoas não-binárias ou com outras identidades de gênero. Dentre as mulheres heterossexuais, as mulheres pretas e pardas aparecem como as que mais percebem a violência. Os homens brancos homo ou bissexuais possuem números bem próximos das mulheres héteros brancas e pardas, indicando uma proximidade de posição na percepção da violência desses dois grupos.

Este capítulo buscou situar a Universidade de São Paulo sócio-espacialmente considerando que a cidade em que a universidade está sediada foi apontada pela bibliografia como um aspecto relevante para o bem-estar dos estudantes LGBTs (GARVEY, MAUREEN e FLINT, 2017). No caso da USP, a própria dinâmica espacial da cidade está refletida na localização da universidade nas regiões mais amigáveis à população LGBT. Além disso, voltei-me para as diferenças internas à USP, reconstruindo, por meio da pesquisa “Interações na USP”, a histórica polarização entre o *polo profissional tradicional* e o *polo científico acadêmico* (CARLOTTO, 2013), que também pode ser percebida nas questões de gênero e sexualidade. Complexificar a visão sobre a USP é importante para compreender os seus conflitos internos, historicamente construídos e reproduzidos, permitindo situar as dinâmicas internas da USP nas falas dos meus entrevistados, que são objeto do próximo capítulo.

3. Experiência universitária e marcações sociais: percepções de LGBs da USP

Neste capítulo me deterei sobre as entrevistas realizadas com estudantes lésbicas, gays e bissexuais da USP. Primeiramente, explico os procedimentos metodológicos e técnicos da pesquisa, apresentando quem são os entrevistados e como eles se localizam socialmente. A partir disso, analiso os modos como raça, classe e gênero se imbricam com a orientação sexual e permitem um maior entendimento da experiência universitária dos entrevistados. Em seguida, apresento alguns aspectos apontados como constituintes da experiência universitária de LGBs da USP, como a construção de redes de amigos, o reconhecimento de outras pessoas e espaços LGBTQs, a transmissão do conhecimento entre os pares, a Internet e a ascensão conservadora. Por fim, realizo uma análise interseccional de duas entrevistas, de modo a apresentar a experiência universitária em suas concretudes e especificidades.

3.1 Definição do grupo estudado e seu perfil demográfico

Partindo da orientação sexual como recorte para se observar e analisar a experiência universitária de graduandos da USP, buscou-se considerar as diferentes articulações com outros marcadores sociais da diferença tais como, notadamente, raça, classe e gênero, na direção de uma abordagem interseccional.

Para obter os dados da pesquisa, utilizei principalmente a entrevista semiestruturada. Optei por essa técnica para não tornar a entrevista estática e rígida. Tal modelo de entrevista permite a adição de perguntas de acordo com o que vem sendo testemunhado. Barbot (2015) chama de “atenção distribuída” a forma de ação do entrevistador, pois ele precisa, para além de gravar o depoimento, ouvir atentamente o entrevistado e fazer anotações para orientar suas possíveis intervenções visando explorar os sentidos produzidos nas falas de seus informantes, o que supõe, ainda, o domínio do roteiro da entrevista para evitar pausas longas e perguntas mecânicas.

Para selecionar as pessoas entrevistadas, foi decidido que se buscariam pessoas de acordo com determinadas características pré-estabelecidas. Os critérios foram construídos para contemplar as diferentes áreas do conhecimento, a proporcionalidade de raça em relação ao Estado de São Paulo, as faculdades mais elitizadas e menos elitizadas da USP e não ter participação direta em coletivos LGBTQs ou de diversidade sexual, de modo a evitar discursos “superpreparados” e “superengajados”. Para chegar até essas pessoas, segui dois caminhos. O

primeiro foi por meio de *posts* em redes sociais, nos quais eu anunciava a busca por pessoas LGBTs para serem entrevistadas e que o tema seria a “experiência universitária”. Quando as pessoas demonstravam interesse, eu iniciava uma conversa para dar mais detalhes sobre a pesquisa e marcar a entrevista. Quando os *posts* na internet não funcionavam, utilizei-me de indicações indiretas, pedindo a conhecidos de determinados cursos da USP que indicassem alguém que se enquadrava no perfil que eu estava buscando.

Esse recorte foi alterado mais à frente, com o início das entrevistas, optando-se por não trabalhar com a questão trans, que envolve uma situação mais complexa, inclusive por se tratar mais de identidade de gênero do que de orientação sexual. Essa decisão se deu em meio à coleta, depois de já ter feito uma entrevista com uma pessoa trans, do IB. Além dela, já havia feito outros contatos com pessoas trans da FFLCH, FEA, EACH, FD e FM, mas as entrevistas não se concretizaram devido a incompatibilidade de agendas, interrupção do contato e recusa por não se sentir à vontade para fornecer a entrevista. Assim, limitei meu trabalho aos colegas LGBs. Nesse mesmo sentido, é importante destacar a ausência de pessoas indígenas neste trabalho, já que durante as buscas por entrevistados nenhuma pessoa indicada ou que me procurou pelos *posts* das redes sociais se declarou indígena.

O roteiro das entrevistas foi construído em duas partes. A primeira buscou, principalmente, situar as posições estruturais dos entrevistados, tendo um caráter mais direto e assertivo, apesar de, em alguns momentos, exigir intervenções para aprimorar a informação que estava sendo transmitida. A segunda parte do questionário buscou explorar mais de perto a experiência universitária especificamente, traçando comparações entre os espaços sociais como escolas, família, trabalho e universidade. Partiu-se de duas perguntas básicas: “Como você se vê?” e “Como você acha que os outros te veem?”. O uso dessas formulações tão vagas buscou evitar a presença de qualquer categoria classificatória no enunciado para que as categorizações dos próprios entrevistados guiassem o rumo da entrevista. Havia uma lista de pontos que deveriam ser perguntados na medida em que a fala do entrevistado se aproximasse dele. A forma como as perguntas são apresentadas abaixo não reflete a ordem ou a formulação exata de como aconteceu nas entrevistas, pois não havia ordem das perguntas, mas sim temas a serem abordados.

- Como eram as escolas em que você estudou (no fundamental, médio e cursinho) em relação a gênero e sexualidade?
- Como eram seus amigos nos períodos anteriores à universidade? Você mantém algum contato? Já contou para eles sobre sua orientação sexual? Como foi?

- Você já se “assumiu” para sua família? Como foi esse processo? Por que você acha que ainda não falou com eles?
- Como foi “sair do armário”? Você já saiu para todo mundo? Você sempre fala da sua orientação sexual?
- Você participa de algum coletivo na universidade? Como foi a experiência? Já teve algum contato? Já foi em alguma atividade?
- Você participa do Centro Acadêmico de seu curso? E do Diretório Central dos Estudantes? E da Atlética? E de algum partido político?
- Você frequenta ou frequentou festas na universidade? Como foi a experiência? Onde você mais frequentou? Você consegue comparar essas festas? Você se sentia à vontade sendo LGB?
- Você já namorou? Você namorou antes da faculdade? Como foi?
- Você usa a internet para se relacionar? Quais sites/aplicativos? Você usa a internet para buscar informações sobre LGBTs? Quando mais novo, você via pornografia? Heterossexual ou homossexual? Você frequenta/frequentou algum fórum de discussão na internet sobre questões de sexualidade e gênero? Como a informação chega até você na internet?
- Como é sua experiência na sua faculdade? Se você puder comparar as escolas da USP, onde acha que a sua escola se encaixa, no que tange às questões de gênero e sexualidade?
- Se você pudesse fazer uma comparação entre a USP e outros lugares de São Paulo, como seria? A cidade de São Paulo é amigável? Onde é e onde não é? Que experiências você teve que o levam a ter essa opinião?
- Você passou por um trote ao entrar na USP? Como foi a experiência?
- Você já sofreu algum tipo de violência dentro ou fora da universidade?
- Qual a relação dos seus professores com as questões de gênero e sexualidade? E dos funcionários de sua escola e da USP?
- Você percebe alguma diferença entre a vivência lésbica, a gay e a bissexual aqui na USP? E fora daqui?
- Considerando as mudanças políticas recentes no país, especificamente as últimas campanhas eleitorais, você sentiu alguma diferença? Onde (na família, no trabalho, na universidade)?
- Você trabalha? Como você acha que é ser LGB nessa carreira ou nesse posto de trabalho?

As técnicas de pesquisa são também técnicas de sociabilidade, só que qualificadas do ponto de vista social (BOURDIEU, 2004, p. 55), porque ao mesmo tempo que não são neutras, também são cientificamente controladas. Dessa forma, deve-se ser reflexivo e explicitar as possibilidades e os limites das técnicas utilizadas, para evitar a ideia da neutralidade e do senso comum nos estudos sociais. Segundo Paugam (2015), ao realizar pesquisas sociais, é necessário considerar a posição do pesquisador frente ao grupo pesquisado, já que, de saída, o sociólogo faz parte, ou não, do grupo estudado e terá que lidar com as implicações de sua familiaridade ou de seu distanciamento em relação ao mundo que vai investigar. Neste caso, a situação é de grande afinidade, já que faço parte do grupo que estudo e o próprio problema da pesquisa teve origem, como mencionei na Introdução, a partir de questões surgidas da minha experiência pessoal. Sou gay, homem cisgênero, branco, tenho 24 anos e estudo na USP desde 2013. Nesse sentido, a realização desta pesquisa exigiu um distanciamento para que eu pudesse observar as relações sociais e as relações de poder envolvidas em todos os processos sociais analisados, de modo a considerar as falas dos informantes como narrativas sócio-históricas e não como verdades que explicam a realidade. O exercício de objetivação necessária foi um processo que foi sendo construído a partir de leituras sobre pesquisas realizadas em universidades, que apontavam a importância da proximidade com os pesquisados, para conseguir as informações, e, ao mesmo tempo, do distanciamento necessário ao afastamento das pré-noções. Essas leituras orientaram a reformulação das hipóteses iniciais e a reconstrução do roteiro da entrevista, incorporando os aspectos e fatores apontados por esses estudos como relevantes para o entendimento das condições e das vivências LGB nas universidades, como apresentado no capítulo 1. Como orientação geral, a pesquisa buscou, seguindo uma perspectiva característica das ciências sociais, presente, por exemplo, em Brah (2006), articular as dimensões sociohistóricas, investigando a produção da diferença por meios estruturais, mas também por meio da subjetividade e da experiência de cada indivíduo.

Fazer parte do grupo certamente permitiu uma interação inicial amigável, em que a maioria das pessoas que convidei para serem entrevistadas aceitaram de imediato contribuir com a pesquisa. Essa identificação com o tema fez com que, ao final da entrevista, já com o gravador desligado, as pessoas agradecessem pela forma “leve” de condução da entrevista e também me parabenizassem pela profundidade que consegui alcançar, tendo escutado, algumas vezes, depois da entrevista, que eu conhecia melhor o entrevistado do que alguns amigos deles. Esse reconhecimento mútuo se expressou, ainda, no tom geral adotado por mim na entrevista, um tom informal, utilizando os termos e gírias dos próprios informantes, como por exemplo

“trabalhar com pedrinha ou barro”, no caso do entrevistado do IGc, falar de aplicativo de “pegação” e, inclusive responder eventuais perguntas dos entrevistados sobre a minha própria vida, sempre cuidando para não usar muito do tempo da entrevista nisso, mas não deixando de estabelecer esse diálogo quando instado pelo informante. Em suma, o ambiente produzido nas interações para a entrevista expressa a situação geral abordada na pesquisa, na qual a identificação entre pesquisador e pesquisado não aparece como um obstáculo ao conhecimento objetivo a ser neutralizado, mas como elemento constitutivo da situação a ser examinada.

Após obter o consentimento para a entrevista, eu perguntava onde a pessoa gostaria que a entrevista acontecesse, considerando locais que ela se sentisse segura para falar e que também não houvesse interrupções ou muito barulho. Diversos espaços foram escolhidos, tais como: local de trabalho pré-expediente, salas de estudo da biblioteca de algum instituto (não necessariamente o que a pessoa estuda), na FFLCH, para não ficar perto do lugar de estudo da pessoa entrevistada, ao ar livre na USP, em algum estabelecimento comercial como café/padaria ou na própria casa da pessoa. Relacionado ao local, também figura o modo de apresentação, ou seja, a vestimenta dos entrevistados. Os que optaram por algum horário próximo do trabalho estavam, normalmente, de camiseta, calça jeans e tênis. Os que estavam na USP para as aulas se vestiam mais informalmente com bermudas, regatas, chinelos e vestidos. As pessoas que me receberam em casa concederam a entrevista de pijama. A escolha do local sempre foi do entrevistado e alguns dos lugares escolhidos demonstraram confiança em mim e no trabalho que estava realizando, pois alguns aceitaram me encontrar, sozinhos, em lugares sem movimento. Essa confiança se baseou, acredito eu, no meu reconhecimento como *um colega gay* da USP. Isso chegou a ser claramente explicitado pela colega da FMVZ, que me recebeu em sua casa, de pijama: “eu jamais teria deixado um cara hétero entrar na minha casa. É sério, estou falando sério”.

Se a pertença ao mesmo grupo, de colegas da USP, e a minha sexualidade promoveram a confiança que favoreceram muito a realização das entrevistas, isso não significa que eu tenha sido considerado um igual por todas as pessoas entrevistadas. Em certos casos, o marcador social de raça apareceu fortemente como fator de distanciamento, mais do que a marcação de gênero. Com os entrevistados negros que foram socializados como homens, esse distanciamento, essa marcação de uma diferença que implica uma desigualdade, se deu, notadamente, por minha aparência nos moldes do padrão estético eurocêntrico dominante, de pele clara e olhos claros. Todos os três entrevistados negros que foram socializados como homens fizeram um comentário em referência a isso, ao mencionarem que no meio LGBT eles

são preteridos afetivo-sexualmente, por conta do padrão de beleza dominante, como expressa de modo pungente o colega da EEFE:

Na balada você vai ver um cara querendo beijar um cara tipo você assim, bonito, dos olhos claros, sorriso bonito. E a bicha preta fica lá no canto, a bicha gorda fica lá no canto... com a autoestima superbaixa. Não só por causa de convivência e relacionamento, mas por tantas outras coisas. Esse é um grande problema também do movimento que dizem LGBT.

Se por um lado uma mulher bissexual se sentiu totalmente à vontade para me receber em casa de pijama porque sou gay e não represento uma ameaça, por outro lado lidei com a interação com negros socializados como homens que me enxergam como membro de um grupo que os violenta subjetivamente, ao preteri-los afetivo-sexualmente, por conta da classificação socialmente hierarquizada dos diversos padrões estéticos.

De modo complementar à realização das entrevistas, fiz observação participante em reuniões da Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP. Quando a pesquisa começou, esse grupo estava inativo, mas passou a se reestruturar perto do meu período de qualificação, em maio de 2018. Desde então, aconteceram pelo menos 10 reuniões, em que estive presente em quase todas. Nesse caso, foram feitas notas das reuniões com objetivo de observar a atuação dos coletivos, mas principalmente de coletar relatos e referências a vivências e experiências, além de conhecer estudantes LGBTs de diversos institutos para que, se necessário, me ajudassem na indicação de pessoas para serem entrevistadas.

Todas as entrevistas da pesquisa foram gravadas e transcritas, sempre com o consentimento dos entrevistados, para que pudessem ser analisadas de forma mais sistemática. A análise dos dados foi construída por meio de leituras sucessivas das transcrições das entrevistas, buscando entender similaridades e diferenças nas experiências universitárias de graduandas e graduandos LGBs da USP. Assim, cheguei ao seguinte conjunto de informantes, definidos por sua orientação sexual auto identificada:

Tabela 1: Perfil demográfico dos entrevistados:

	Gênero	Cor/ Raça	PCD	Idade	Período	Área	Ano	Ensin Médio	Instrução Mãe	Instrução Pai	Renda própria	Valor da renda própria	Origem da renda	Renda da família	Classe	Residência da família	Religião	Religião família
L-ECA	Mulher	Branca	Não	23	Integral	Humanas	2	particular Completo	Superior Completo	Superior Completo	sim	informou não	Estágio	5 mil (não)	média	SP, capital	Não	Católica
L-IME	Feminino	Branca	Não	22	Noturno	Exatas	5	particular Completo	Superior	Médio Completo	sim	3 mil	Estágio	depende dos pais)	média	Interior	Não	Não
L-FM	Feminino Mulher/	Branca	Não	21	Integral	Biológicas	3	particular Completo	Superior Completo	Completo	não	-	-	15mil	alta	SP, capital	Não	Cristãos
L-FLCH	Feminino	Parça	Não	28	Noturno	Humanas	3*	pública Completo	Superior Completo	Superior Incompleto	sim	1,5 mil não	Bolsa	3,5 mil	média	Interior Região	Não	Cristãos
L-FEA	Mulher	Branca	Não	24	Integral	Humanas 2*	particular	Pos-Graduação Completo	Superior Completo	sim	informou	Estágio	7 mil	alta	Metropolitana	Não	Católica	
G-EP	Masculino	Branca	Não	21	Integral	Exatas	4	particular Completo	Superior	Pos-Graduação	não	-	-	7 mil	alta	SP, capital	Agnóstico	Católica
G-Gc	Masculino	Branca	Não	26	Integral	Exatas	7 (ETEC)	pública Completo	Superior Completo	Superior Completo	sim	informou	Estágio	8 mil	alta	SP, capital	Agnóstico	Espírita
G-IP	Masculino	Amarela	Não	21	Integral	Biológicas 2*	particular	Incompleto	Superior Incompleto	sim	0,680 mil	Bolsa	informou (não)	alta	SP, capital	Deísta	Evangélicos Presbiteriano	
G-EFFE	Homem cis	Preta/ preta	Não	26	Integral	Biológicas 6*	pública	Fundamental Incompleto	Fundamental Incompleto	sim	0,7 mil	Bicos/ Bolsa	depende dos pais)	baixa	SP, capital	Não	Evangélicos Presbiteriano	
G-EACH	Homem	Negra/ Preta	Não	24	Noturno	Humanas	5	particular Completo	Médio Completo	Ensino Técnico	sim	1,6 mil	Trabalho	informou	média	Metropolitana	Católica/ Evangélica	
B-FE	Mulher	Parça	Não	24	Noturno	Humanas	3	particular Completo	Superior Completo	sim	0,65 mi	Estágio	1,3 mil	baixa	Interior	Umbanda	Umbanda	
B-FMVZ	Feminino	Branca	Não	20	Integral	Biológicas	4	particular Completo	Superior Completo	-	não	-	6 mil (não)	média	SP, capital	Não	Evangélicos Presbiteriano	
B-RI	Homem	Branca	Não	20	Noturno	Humanas	3	particular particular	Pos-Graduação Médio	Pos-Graduação	sim	2,3 mil	Estágio	depende dos pais)	média	Região Metropolitana	Não	Cristãos
B-IO	Feminino	Branca	Não	23	Integral	Exatas	6 (bolsa)	particular Completo	Fundamental Completo	Médio Completo	sim	2 mil	Bolsa/ trabalho	8,5 mil	alta	Rio Grande do Sul	Agnóstico	Católica
B-FAU	Mulher Cis	Negra/ parda	Não	23	Noturno	Humanas	5	pública Incompleto	Fundamental Incompleto	Médio Completo	sim	1 mil	Estágio	3,5 mil	média	SP, capital	Não	Cristãos
B-IF	Não Binário	Branca	Não	22	Integral	Exatas	2 (IF)	pública Pos-Graduação	Superior Completo	sim	0,4 mil	Bolsa	2,5 mil (Não)	média	Região Metropolitana	Não	Católica/ Espírita	
S-IB	"desconstrução e reconstrução"	Negra/ Preta	Não	23	Noturno	Biológicas	5 (ETEC)	pública Incompleto	Fundamental Incompleto	Médio Incompleto	sim	0,4 mil	Bolsa	depende dos pais)	baixa	Interior	Não	Evangélicos Presbiteriano

A primeira coluna da tabela apresenta a junção da letra que representa a orientação sexual declarada pelo entrevistado com a unidade da USP onde estuda. Assim, a primeira letra será L para lésbicas, G para gays e B para bissexuais. Em seguida, separado por hífen, a sigla da unidade. Por exemplo, L-ECA significa que a entrevistada se identifica como lésbica e estuda na ECA; G-EEFE significa que o entrevistado se identificou como gay e estuda na EEFE. A única exceção é o caso de S-IB, que, quando indagado sobre sua orientação sexual, respondeu “preferencialmente homens”, mas sem adotar a categoria bissexual.

Logo de saída a questão do gênero põe em cena a complexidade dos dualismos classificatórios de nossa cultura. O gênero esteve, primeiro, *suposto* na própria definição do grupo a ser pesquisado, já que “lésbica” supõe “mulher”, “gay” supõe “homem” e “bissexual” supõe a existência de dois “gêneros” pelos quais se sente atração. Mas, depois, em algumas respostas dos entrevistados o “gênero” se complexificou, qualificado por outras categorias criadas e difundidas nos debates disciplinares e políticos sobre o tema.

Quando perguntados sobre o gênero com o qual se identificavam, apareceram as categorias: mulher, feminino, mulher cis, homem, homem cis, masculino, não-binário e em desconstrução e reconstrução. Das 5 lésbicas, 2 se consideraram do gênero mulher, 2 do gênero feminino e 1 respondeu mulher e feminino. Entre os 5 gays, 3 disseram ser do gênero masculino, 1 se identificou como homem e 1 se declarou homem cis. Entre os bissexuais, 2 se consideraram como feminino, 1 como homem, 1 como mulher cis e 1 se declarou não binário. Além disso, houve também o gênero “em desconstrução e reconstrução”, respondido por S-IB.

Assim, em alguns casos, a categoria de gênero veio composta também pelo termo “cis”, que se refere a cisgênero, ou seja, uma pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer a partir de características biológicas, em contraposição a “trans”, que se refere a transexuais, que são pessoas que não se identificam dessa mesma forma. Outro caso significativo é o de B-IF, que se declarou “não-binário”, dizendo não ter certeza sobre seu enquadramento de gênero, pois algumas categorias “ainda eram novas” para ele. Perguntei se ele se considerava transexual, ele respondeu que não, expondo sua visão:

Então, eu não consigo me dizer uma pessoa trans, isso eu tenho consciência. Eu não consigo me dizer uma pessoa trans, mas tá ali, tem esse meio termo, é justamente isso que eu estou pensando. (...) Eu tava pirando. Aí eu chamei um amigo meu para conversar sobre isso e o que ele falou foi assim: “se você vai ficar tendo crise por causa disso, para. Você não precisa entender isso agora, você precisa sentir, você precisa ser, o que você é tá bom, você vai se sentindo, seus limites, suas condições, o jeito que

“você se sente bem. Você vai sentindo conforme você vai vivendo isso. Você não precisa descobrir, firmar, anotar o que você é o que você deixa de ser, só vive, sabe?” Aí eu caí nessa, (...) tô num processo de só deixar, ao invés de marcar o que eu sou ou deixo de ser, realmente marcar a vivência, marcar como eu me sinto, como eu não me sinto (B-IF).

Em sentido similar, S-IB respondeu, tanto sobre seu gênero quanto sobre sua orientação sexual, que não sabia definir. Durante o decorrer da entrevista, ele mencionou que foi “criado como homem”. Segue nosso diálogo inicial:

E com qual gênero você se identifica?

Isso é uma questão.

Não tem?

Eu queria... estou em processo de desconstrução e reconstrução.

Então, por enquanto, nenhum? fluido?

Não sei.

E qual a sua orientação sexual?

Aí complica, depende, mas preferencialmente homens.

A perspectiva de gênero, enquanto conceito relacional e sócio-histórico, permite entender relações de poder e símbolos culturais que constituem a sociedade ocidental (SCOTT, 2019). Assim, reivindicar-se de um gênero é estabelecer-se nesse jogo cultural de relações de poder, que se complexifica à medida que se imbrica com outras relações sociais, como de raça, classe e orientação sexual.

A classificação referente à cor/raça foi construída a partir de duas perguntas: “Qual sua cor/raça?” e “Qual sua cor/raça de acordo com as categorias do IBGE: branca, preta, parda, amarela, indígena?”. Dez respondentes se declararam brancos, 1 amarelo, 2 pardas, 1 preto e 3 variaram as respostas das perguntas, tendo 2 pessoas respondido negro para a primeira pergunta e preto para a segunda e uma entrevistada declarou ser negra na primeira pergunta e parda na segunda. A heterogeneidade das identificações raciais se apresentou de modo mais forte nos casos de L-FFLCH e B-FAU. Quando questionadas sobre sua raça, falaram que, em formulários, usam a categoria parda, mas durante toda a entrevista se reivindicaram como negras. Essa variabilidade de categorias raciais e de cor expressam a complexidade da realidade racial no Brasil, envolvendo processos históricos de embranquecimento, mestiçagem, atribuição e reivindicação de cor/raça. Segundo Guimarães (2016), “raça” como categoria social desenvolveu-se a partir de uma história de opressão, reivindicações políticas e cultura comum e é nesse sentido que é incorporada pelos “estudos raciais”.

Já no que tange à “classe social”, um conceito sociológico de longa história, foi possível uma operacionalização para classificar os entrevistados, a partir das perguntas do questionário sobre a renda (capital econômico) e o capital cultural, considerando a escolarização dos pais e o tipo de escola que o/a estudante frequentou no ensino médio. Essa classificação tem como finalidade ajudar a situar os indivíduos no tecido social, não é uma construção sistemática da posição dos indivíduos em um modelo teórico de classe. Foram classificados como de *classe baixa* pessoas cujos pais não completaram o ensino médio, que estudaram em escola pública e declararam possuir renda menor ou igual a R\$1.500,00. No total, 3 pessoas entrevistadas foram classificadas como classe baixa, sendo todas elas *negras*. Foram classificadas como *classe média* as pessoas que possuíam renda entre R\$1.500,00 e R\$6.000,00, pais e mães com pelo menos o ensino médio completo e que estudaram em escola particular ou Institutos Federais (IF) ou ETECs²¹. No total foram 8 pessoas classificadas como classe média. Já na *classe média alta*, foram considerados aqueles que estudaram em escola particular ou ETEC, possuíam renda declarada de mais de R\$6.000,00 e os pais possuíam superior incompleto, completo e/ou pós-graduação. Quatro pessoas se encaixaram nesse perfil. Tive, ainda, um caso de *classe alta*, em que a renda era superior a R\$7.500,00, que estudou em escola particular e cujos pais possuíam ensino superior completo ou pós-graduação. Tive, ainda, um caso de *classe alta*, em que a renda per capita da família era superior a R\$7.500,00, que estudou em escola particular e cujos pais possuíam ensino superior completo ou pós-graduação. O entrevistado G-IP não soube informar a renda da família, pois segundo ele os pais eram muito fechados sobre a vida econômica e, para eles, a função do filho deveria ser somente estudar. Contudo, é possível apreender seu posicionamento de classe, pois ele estudou em colégio particular tradicional de São Paulo, cuja mensalidade se aproxima de R\$3.000,00, possui automóvel e declarou que utiliza sua bolsa de iniciação científica apenas para gastos pessoais. Por isso foi classificado como classe média alta, fazendo com que esse grupo englobe, então, 5 pessoas.

Sobre as áreas do conhecimento, 7 entrevistados são da área de humanas, 5 da área de exatas e 5 da área de biológicas, de acordo com a classificação da FUVEST. Já no que tange ao período do curso, 7 entrevistados frequentavam as aulas no noturno e 10 no período integral. Quanto ao ano da graduação em que os participantes se encontravam no momento da entrevista, 8 pessoas cursavam o quarto ano ou algum ano posterior, 5 entrevistados cursavam o segundo ou terceiro ano e 4 já haviam começado outro curso universitário, tendo se transferido ou

²¹ A única exceção foi B-FAU, cujos pais não completaram o ensino médio, que estudou em escola pública, mas possui aproximadamente R\$3.500,00 de renda, não precisando contribuir com as despesas da família.

prestado novo vestibular para o curso atual, sendo eles L-FEA, que já havia ingressado na POLI, G-EEFE, que teve passagem pela EACH, G-IP, que cursou um ano na FE, L-FFLCH, que cursou Psicologia no interior, e G-IGc, que cursou FEA por um semestre. Para elas, o asterisco ao lado de sua resposta para “ano do curso”, indica que se trata do ano em que ingressou no curso que fazia no momento da entrevista. Não incorporei nenhum calouro entre os entrevistados, para que os participantes da pesquisa tivessem pelo menos um ano de vivência nos espaços uspianos. As idades dos entrevistados variaram entre 20 e 28 anos, sendo todos categorizados como *juvenes*, segundo as categorias de classes de idades vigentes.

Já quanto à região do domicílio familiar, 5 entrevistados vieram do interior de São Paulo ou de outros estados, 4 eram da região metropolitana de São Paulo e 8 eram da cidade de São Paulo. Dos entrevistados, 8 não moravam mais com os pais no momento da entrevista, sendo 2 deles residentes do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), e 9 residiam com os pais. E, finalmente, sobre religião, somente duas pessoas responderam afirmativamente (uma declarou ser da Umbanda e a outra, Católica e Evangélica). Onze entrevistados declararam não possuir nenhuma religião, 3 declararam ser agnósticos e 1 declarou ser deísta (que crê em Deus, mas não tem religião). As respostas contrastam fortemente com os dados sobre a religião da família. Nesse caso somente L-IME afirmou que a família, branca e de classe média, não tem religião. Quatro declararam que a família é Católica, 4 que a família é Cristã, 3 disseram que as famílias são Evangélicas, 1 que a família é Umbandista, 1 que é Católica e Evangélica, 1 que é Católica e Espírita, 1 que é Espírita. Como vimos no capítulo anterior, o lugar de residência da família, morar com os pais ou não e a religião da família são aspectos que têm sido considerados relevantes na constituição das condições da aceitação ou rejeição de orientações sexuais alternativas aos padrões dominantes.

Além dessas marcações sociais, também perguntei a todos os informantes se possuíam alguma “deficiência”, já que essa também é uma categoria social considerada nos estudos interseccionais. Todos responderam negativamente, contudo ela não deixa de ser marcada, pois não ser uma pessoa com deficiência define uma posição privilegiada relativamente àqueles que têm que lidar com essas condições, por mais que nenhum deles tenha sequer mencionado isso nas entrevistas, exatamente porque não é um aspecto componente de suas vivências concretas.

Por se tratar de estudo qualitativo, os dados coletados nas entrevistas não são, certamente, generalizáveis para o universo de estudantes de orientação sexual alternativa da USP. Trata-se, antes, de um conjunto de narrativas de vivências pessoais tornadas possíveis por condições comuns, tecidas por diferentes tipos de hierarquias e disputas em torno dos padrões éticos, estéticos, sexuais e políticos. Nesse sentido, é possível observar fatores comuns

que ressaltam das falas, tomadas em conjunto. O mais estruturante deles refere-se às relações que meus colegas estabeleceram entre suas posições de classe, raça e gênero ao falar sobre sua orientação sexual. Ainda que o sentido de cada vivência se articule de forma única, ela o faz no entrelaçamento das marcações sociais atribuídas, reconhecidas e reivindicadas por cada agente,

3.2 Raça, classe e gênero

O objetivo desta seção é debruçar-se sobre as relações entre raça, classe, gênero e orientação sexual tal como apareceram nas falas de meus entrevistados. Como apontado pela literatura e, especificamente, pela pesquisa do Escritório USP Mulheres, a imbricação desses marcadores atua fortemente na percepção das violências, mas essa não é a única relação que se pode traçar a partir desses dados, como veremos aqui.

A primeira relação que chama atenção nos dados é entre raça e classe. Ela pode ser observada, por exemplo, por meio do período que o entrevistado frequenta na universidade e do tipo de escola que frequentou durante o ensino médio. Todas as pessoas classificadas como de *classe baixa* são negras e estudaram em escolas públicas. Apenas um entrevistado negro não estuda no período noturno. Duas pessoas negras entrevistadas são altamente dependentes dos auxílios da universidade, sendo moradores do CRUSP e bolsistas do Programa Unificado de Bolsas (PUB), pelo qual exercem alguma atividade relacionada a extensão universitária. Além disso, G-EACH foi classificado como classe média, mas ele trabalha como estoquista em um *shopping center* em período integral para ter sua própria renda, o que o impede de participar de diversas atividades universitárias das quais gostaria de participar, como o movimento negro, o movimento LGBT, festas e campeonatos esportivos, como se pode ver em suas respostas:

[Você não participava] nem de atividades organizadas?

Atividades... Nos saraus que tinham lá eu participava, mas era telespectador. Só assistia, não produzia nada.

Mas é que você sempre trabalhou?

Sim, sempre trabalhei. Infelizmente.

Nisso que você faz [estoquista]?

Eu trabalhei em telemarketing antes, depois eu fui para lá.

Você não participava por que não gostava ou por que não tinha tempo?

Não tinha tempo, queria muito ter participado.

Em nenhum dos coletivos?

Nenhum.

Essa relação de classe e raça é marcada historicamente no Brasil devido aos mais de 300 anos de escravização de povos indígenas e africanos. Com a abolição da escravatura e a entrada do Brasil em uma lógica de classes, não houve processo de distribuição de propriedades para os negros, fazendo com que eles continuassem em condições precárias, sem acesso a direitos e serviços básicos. Isso gerou uma grande segregação social entre brancos e negros, inclusive em uma lógica territorial (GUIMARÃES, 2016). A baixa presença histórica de pessoas negras nos espaços universitários da USP (LIMONGI et al., 2002) é um dos aspectos dessa ordem social desigual. Como apontado no capítulo 2, as políticas de acesso da USP adotaram cotas raciais somente em 2017, tendo explorado antes, por mais de 10 anos, medidas alternativas à reserva de vagas por critérios raciais e étnicos (ALMEIDA e CARDOSO, 2015), como, por exemplo, a criação da EACH na zona mais pobre de São Paulo, a zona leste (GARCIA e CARLOTTO, 2013).

No que tange mais especificamente a sexualidade e classe, existe um mercado que visa os consumidores LGBTs e para se inserir nele são necessários recursos financeiros para o consumo de bens materiais e para pagar ingressos. Um exemplo é a segmentação do público que acontece entre as baladas da Rua Augusta, mais elitizadas e brancas, e as que acontecem no Largo do Arouche, mais acessíveis, que atraem um público de menor renda e mais negro (SIMÕES et al., 2010). Essa marcação territorial a partir da articulação entre sexualidade, classe (e raça) é abordada no discurso de G-EEFE (negro e classificado como classe baixa):

Eu sou uma bicha pobre, eu moro aqui no CRUSP, eu vivo de bolsa, eu sou uma bicha pobre. Ando de busão. Mas tem aquela bicha, que faz a mesma coisa que eu, porém ela tem uma condição socioeconômica muito acima (...) você sabe por quem eu fui educado no meio social LGBT? Por aquelas bichas velhas, as mariconas do Arouche: Silvetty Montilla e Salete Campari. O meu artista LGBT preferido, que sou alucinado, é o Robytt Moon. Nós temos determinadas culturas, por exemplo, o bate cabelo, que são culturas subalternizadas no meio LGBT, porque, “ah não, isso é coisa de bicha poc poc²²”. Agora as pocs estão na moda, eu quero ver o que vai acontecer com as pocs quando passar a moda (G-EEFE).

²² “Poc poc” é uma expressão utilizada para se referir a homens gays afeminados, negros e pobres. Essa expressão foi por muito tempo utilizada como pejorativa, mas vem sendo ressignificada pelo movimento como motivo de orgulho. O termo “poc poc” faz referência ao barulho do salto do sapato ao andar, já que as gays afeminadas costumam andar de salto alto.

Nessa fala é possível perceber as diferenças e oposições de classe que o entrevistado usa para localizar socialmente sua “socialização gay”, revelando as íntimas ligações entre as clivagens de classe e dos padrões estéticos. Num aspecto mais pontual ainda, relativo ao estilo de vida, S-IB imputa à sua posição de classe o seu modo pessoal de beber, estabelecendo uma oposição entre a cachaça, mais barata e de maior teor alcoólico, e a cerveja, mais leve e mais cara, identificada como a bebida mais consumida no meio estudantil, delineando um padrão que o meu entrevistado afirma não ter condições materiais de adotar: “eu bebo cachaça porque eu não tenho dinheiro para gastar com cerveja. É *shot*, duelo, *nesse nível que eu tô*, é três, quatro duelo por noite e volto para casa andando” (S-IB).

Em termos mais gerais, a condição socioeconômica modula a forma de inserção nos estudos universitários em termos da relação entre estudo e trabalho. De meus entrevistados, 3 afirmaram não possuir renda própria, seja por meio de trabalho, bolsas de pesquisa ou auxílios. Essas três pessoas são alunas de cursos que se localizam no polo profissional tradicional da USP: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e Faculdade de Medicina. Tratam-se de cursos integrais, de longa duração: para conseguir cursá-los é necessário que haja alguém que possa garantir as condições materiais de existência dos estudantes até que eles concluam o curso ou consigam estágios remunerados, que fazem parte do currículo nos anos finais de tais cursos. São os denominados estudantes em tempo integral (ROMANELLI, 2000), condição dependente de pertencer a uma família possuidora dos recursos objetivos e subjetivos que levam à grande valorização da formação escolar e profissional dos filhos.

Entre os que afirmaram ter renda própria, a maioria vem de bolsas e auxílios da universidade. Por outro lado, 2 estudantes relataram exercer atividades assalariadas, suprimindo o tempo de estudo fora da sala de aula e o tempo de lazer e descanso, aproximando-se, assim, das características do que Romanelli (2000) denominou de estudantes-trabalhadores, que priorizam o estudo em relação ao trabalho, contando, para isso, com algum suporte da família, e trabalham em períodos parciais para ter uma renda para uso pessoal. Mas o material qualitativo permite observar como uma mesma condição varia segundo as configurações específicas da vida de cada um. B-IQ, considerada de classe média, branca e que veio da região sul do país para um curso de período integral, dá aulas de inglês, em seus horários livres e aos sábados para complementar sua renda mensal advinda de bolsa de pesquisa. Já G-EACH, negro e também classificado como classe média, cursa o período noturno e tem uma ocupação de estoquista em tempo integral, inclusive nos finais de semana. Assim, se aproxima da outra

categoria de Romanelli (2000), de trabalhador-estudante, situação na qual a dedicação ao trabalho é prioritária, limitando o tempo e a energia que podem ser dedicados aos estudos.

As considerações de classe foram feitas de forma mais explícita por aqueles que não se enquadravam no perfil mais típico dos estudantes da USP, oriundos de camadas médias e altas, classificados aqui como de classe baixa, que se reconhecem como diferentes em relação ao padrão do perfil dos alunos que frequentam a universidade. Como pode-se ver no trecho a seguir:

Você se mata o dia inteiro, você assiste a primeira aula, você assiste a segunda aula, você trabalha à noite, para o dia seguinte você estar na faculdade novamente às 7 da manhã, vendo seus amigos chegarem de *range rover*, cada dia eles vêm com um carro diferente. Na sala de aula eu já escutei várias vezes o professor olhar para sua cara e falar: “você tem que se inserir na vida adulta urgente, vocês estão na universidade”. Ou seja, eu recebo o mesmo tratamento e a mesma taxaçoão que o *playboy* (G-EEFE).

Contudo, as pessoas de classe alta e média que foram entrevistadas não desconhecem a existência de desigualdades de classe, elas reconhecem seus privilégios: estudar em boas escolas, em sua maioria particulares, fazer cursinhos preparatórios e dedicar-se somente à faculdade. Como é possível perceber na resposta de B-FMVZ ao ser perguntada sobre o tipo de escola que estudou: “particular sempre. Sou a pessoa mais privilegiada de todas. É até triste ficar respondendo essas coisas”. No mesmo sentido discorre a única colega classificada como de classe alta no conjunto de entrevistados:

Considerando que eu sei que é uma pesquisa sobre o mundo LGBT na faculdade, primeiro, eu me vejo como uma pessoa muito privilegiada em mil aspectos porque, tipo, apesar de saber que eu sou mulher e saber que eu sou lésbica e ser, enfim, mulher e lésbica, eu sofri muito pouco com isso a vida inteira. Eu não sei, às vezes, claro, não dá pra hierarquizar opressões, etc., mas eu vejo que o fato de eu ter sido rica e ter sido de uma classe alta me fez com que essas questões fossem, assim, muito menores na minha vida, eu sempre consigo todas as oportunidades que eu precisava, eu sempre passei sem que fosse um problema. No máximo eu sinto algumas coisas, algumas opressões, mas nunca me impediu de fazer nada, sabe? Minha família é tranquila, todos sabem, todos sempre deixaram. Eu não sei, isso também me fez ser uma pessoa muito segura disso. Desde muito cedo eu sabia que eu era mulher e eu ia ter que brigar por isso, apesar de não ter tido de brigar muito por isso, que eu era lésbica também e que isso poderia ser uma questão.

Do mesmo modo os de raça branca revelam conhecimento das relações assimétricas em que estão inseridos, como no exemplo abaixo, onde a primeira característica usada para descrever sua condição privilegiada é a identificação racial:

Você falou de privilégios, você consegue dizer quais privilégios você tem ou quais você não tem?

Eu acho que, tirando o fato de fazer parte da população LGBT, as outras questões sociais eu tenho, eu me enxergo na condição de privilégio, né? Branco, caucasiano, pertencço à classe média, não moro em zonas de risco, tanto risco ambiental como de segurança e saúde. Tem muito amparo dos familiares e amparo dos amigos também (G-EP).

Mas também como acontece com a questão de classe, a questão racial é problematizada de modo diverso pelos que não ocupam as posições dominantes. Os entrevistados negros narraram o processo de entendimento da própria negritude e do significado de ser negro no Brasil. Narrando o processo de entendimento e desestigmatização do que é ser negro, G-EACH, G-EEFE e S-IB contaram que usavam cabelos curtos ou alisados até entrarem em contato com outras pessoas negras e com o debate racial. Na ocasião das entrevistas todos já estavam com seus cabelos grandes e naturais. Eles falaram do processo de percepção da negritude e dos padrões estéticos que são impostos aos negros. Em alguns casos, a entrevistada identificou o momento exato em que começou a questionar sua cor/raça, como L-FFLCH:

Eu fui entender como é ser negra muito tarde (...) foi justamente quando eu entrei no coletivo negro de Ribeirão. Mentira, agora que você está perguntando eu lembrei de uma coisa específica. Quando a gente fez o protesto contra o Marco Feliciano, a gente fez atos, puxou atos e tudo mais. Enfim, pelo histórico desse cara. O movimento negro colou junto, mas eu fui pelo movimento LGBT. A gente tava no mesmo espaço, no mesmo ato, no mesmo ambiente alí, protestando contra o cara. Aí foi quando teve um grupo de lá, o centro cultural Oromin-lá, que o pessoal estava lá nesse ato. Para mim ficou muito marcado, eu achei fantástico a força e a energia da galera, foi uma experiência que eu lembro nitidamente até hoje, eu lembro do pessoal. Uma das pessoas, um dos caras desse grupo, a gente teve um certo momento de discussão (...). Mas um desses caras do Oromin-lá achou que eu deveria estar do lado deles porque ele estava me vendo como negra, ele me falou alguma coisa no sentido de “você devia estar com a gente porque você é uma das nossas”. Eu não tinha essa percepção de mim mesmo, eu acho que essa foi uma das primeiras vezes que isso me veio. Minha mãe é preta e eu sempre neguei muito isso, eu falava que não. Eu falava “mãe, você não é negra, é mulata”. Hoje em dia que eu sei toda a carga do termo assim, eu tinha problemas com isso também. Com isso, com a

questão da militância mesmo que isso foi ficando, que eu fui tendo mais consciência (L-FFLCH).

Assim como a bibliografia aponta que conhecer outras pessoas LGBTQs é importante para o processo de aceitação da sexualidade e da identidade de gênero, algo semelhante acontece com a raça. Em comum entre as pessoas negras, é que nenhuma teve contato com o debate sobre o que é ser negro no Brasil até sair do ensino médio, foi somente nos espaços pós-ensino médio, como no cursinho e na universidade. Esse contato acontece por meio de outras pessoas negras que frequentavam os mesmos espaços sociais. As figuras de professores do cursinho e de membros do movimento negro aparecem como referências para o entendimento das discussões raciais no Brasil.

O debate racial rolou mais dentro do cursinho do que dentro do feminismo (...) Dentro do cursinho eu conheci alguns professores e pessoas e aí veio essa outra namorada que eu tive, que também era negra. Aí começamos a engatar dentro dessa discussão (B-FAU).

Como revelado pela pesquisa do USP Mulheres, os pretos e pardos sofrem mais violência na USP do que os brancos, seja considerando só raça, ou raça e gênero, ou raça, gênero e sexualidade. Buscando entender as experiências dos entrevistados acerca da raça, os questioneei sobre o racismo na universidade, que foi narrado como “um jeitinho especial do intelectual de ser racista e classista, que é por baixo dos panos” (S-IB) ou “ser racista citando Hegel” (L-FFLCH). Detendo-se sobre o debate racial dentro da Universidade de São Paulo, Silva (2015) argumenta, por meio das ideias de Wiervioka, que o racismo na USP é *institucional*, de modo que as desigualdades entre as raças estão cristalizadas nas estruturas universitárias assegurando um lugar de inferioridade aos negros. Essa maneira de expressar o racismo permite até mesmo “posicionamentos compatíveis com ideias antirracistas” (SILVA, 2015, p.56) dentro da universidade, fazendo com que as causas do racismo sejam invisibilizadas, apesar de seus efeitos serem concretos, uma vez que a culpa do racismo recai sobre a instituição e não sobre os indivíduos que estão na universidade. Um caso narrado por uma das entrevistadas consegue ilustrar essa ideia do racismo institucional:

Tinha a ver com a pauta das cotas e tudo mais... Eu fui numa reunião do meu Departamento e eles estavam num papo que eu achei que já tivesse superado, de PPI de escolas públicas atrasarem o ensino, de chegarem aqui defasados e que diminuem os números do curso. Foi uma discussão meio longa em torno disso, eu não esperava ouvir esse tipo de argumentação. Eu falava que já tinha estatística que mostra como não tinha esse

problema, ao contrário, os cotistas têm bom desempenho. Seguiu essa discussão com os professores que... Eu lembro que foi foda assim para mim (L-FFLCH).

Além deste caso, também foi relatado um caso de racismo oriundo de um docente, em que a partir da fala do professor é possível depreender o entendimento de que há alguns espaços na universidade onde espera-se a presença de pessoas negras e outros que não:

Tem o caso de racismo da FAU que foi bastante... Um professor, com quem eu tive aula, ele virou para um estudante negro que estava na sala de informática na época que a pós-graduação ainda estava na Maranhão perguntando se iam deixar o menino daquela cor naquela sala sozinho (B-FAU).

Outros casos de racismo narrados envolvem relações afetivo-sexuais que se baseiam em estereótipos que fetichizam as mulheres negras, como foi narrado por B-FAU: “quando eu entrei na FAU a primeira coisa que uma menina me disse foi que eu beijava bem porque eu tinha lábios de negra”. Para os homens, o racismo narrado também aparece relacionado às relações afetivo-sexuais, mas por serem preteridos em relação às pessoas brancas:

Eu senti essa diferença [entre brancos e negros] não só na EACH, mas até no cursinho. Na época do cursinho eu senti muita diferença, principalmente nas festas, ninguém queria ficar comigo, nem pensar. Demorou para eu perceber e entender essas coisas, mas depois eu percebi eu comecei a ter outros pensamentos, comecei a abrir meus horizontes. Geralmente a gente quer ficar com aquelas caras mais popular, aí eu comecei a desconstruir esse tipo de coisa (G-EACH).

Essa percepção do racismo altera as relações afetivos-sexuais que eles constroem ao longo dos anos de faculdade. Diante do reconhecimento desse tipo de racismo, os colegas relatam uma busca por “enegrecer laços” ou “afro centrar” os relacionamentos, como nos casos de G-EACH e S-BIO, que disseram ter buscado intencionalmente relacionamentos com pessoas que pudessem entendê-los por passarem por experiências semelhantes. Já B-FAU afirmou que, dentre os movimentos de que tentou participar, como o estudantil, feminista, LGBT e negro, ela foi se sentir à vontade e respeitada neste último.

A marcação de gênero também apareceu como intensamente significativa na experiência universitária. Como mostram os dados da pesquisa “Interações na USP”, o gênero atua como inflexão importante para a percepção de violências nos espaços universitários, que se intensifica com a intersecção com raça e orientação sexual. Nas minhas entrevistas, a percepção de violência de gênero foi que obteve mais destaque, tanto que houve muito mais

relatos de machismo do que LGBTfobia e de racismo, seja por parte dos homens ou das mulheres, independente da raça e da classe. O que não significa necessariamente que a violência de gênero seja aquela que mais se manifesta na USP, mas sim que apareceu nos meus dados como o tipo de violência mais conhecido, reconhecido e debatido. Podemos observar o peso do gênero na narrativa de L-FEA:

Eu sinto esse problema muito como mulher e depois como LGBT. Como mulher tem que ficar tirando os caras das minhas amigas o tempo todo, vira um esporte ter que empurrar os caras porque eles não largam minhas amigas, é um absurdo. Mesmo na Capitu²³, tentaram me agarrar, tentaram agarrar minhas amigas, isso é péssimo e constante: toda festa, todo lugar, não tem o que fazer (L-FEA).

No discurso de L-FEA é possível perceber que ela faz uma hierarquização de suas marcações a partir do modo como elas a atingem. Ela narra exemplos concretos de atitudes machistas no cotidiano da universidade, que, segundo ela, são frequentes. O reconhecimento do machismo imperante não se limita à fala das mulheres. Por exemplo, B-IF, indagado sobre a violência no *campus*, respondeu tematizando o assédio às “minas”:

Eu já ouvi muito caso de mina, né? As minas acho que sofrem um pouco mais nessas questões aí. Talvez seja falta de atenção minha de novo, talvez por dar muita importância para a questão de que as minas talvez sofram uma opressão maior em festa e coisa assim (B-IF).

A questão do gênero apareceu significativamente de três formas nesta pesquisa. A primeira relacionada à violência de gênero, já que as todas as mulheres entrevistadas declararam que ser mulher tem um peso enorme em sua vivência dentro da universidade, cercada frequentemente por assédios e descrédito intelectual, problema, como vimos, também reconhecido por outros entrevistados. A segunda forma apareceu vinculada à condição LGB, com as pessoas afirmando que em geral se sentem mais à vontade em ambientes que têm mais mulheres, principalmente mais mulheres uspianas, pois são ambientes em que há uma maior sensação de segurança pela ausência de homens brancos heterossexuais. Contudo, o assédio às mulheres também pode ser praticado por homens bissexuais ou gays, como foi ressaltado por L-FEA e L-ECA. Por último, foi apontado pelas mulheres entrevistadas a falta de receptividade e representatividade dentro do movimento LGBT. A ausência de mulheres no movimento

²³ *Capitu* é uma festa da Escola Politécnica destinada à música popular brasileira, fugindo das propostas das festas tradicionais da Poli. Por isso ela utiliza a expressão “mesmo na Capitu”.

LGBT se dá pela falta de espaço e pelo silenciamento entre os homens das pautas propostas pelas mulheres, fazendo com que os coletivos LGBTs se tornem majoritariamente masculinos. Isso também ajuda a entender por que os coletivos feministas costumam ser bastante ativos e fortes na maioria dos cursos, enquanto vários cursos não conseguem estruturar coletivos LGBTs. Ora, se a violência é constante e existe inclusive entre os alunos LGBTs, é necessário adotar algumas formas de combater tal violência, sendo uma delas a organização por meio dos coletivos feministas.

Devido à falta de representação e de espaço no movimento LGBT, o movimento foi constantemente denominado de GGGG²⁴, independentemente da marcação social, com os próprios gays reconhecendo essa dinâmica dentro do movimento. Pude observar a manifestação dessa diferença de gênero nas reuniões da Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP, nas quais, afora a primeira reunião que contou com mais de 50 pessoas, o máximo que se encontrou de mulheres em uma reunião foi 3, enquanto mais de 10 homens estavam presentes. O reconhecimento do problema levou a Frente a adotar algumas ações para tentar ser mais paritária em relação ao gênero. Contudo, como as entrevistas indicaram, as mulheres tendem muito mais a se sentirem acolhidas e representadas pelo movimento feminista ou negro do que pelo movimento LGBT. L-FEA relata assim sua participação e posterior afastamento do coletivo LGBT da sua escola:

Eu falava muito que eu era a única mulher [no coletivo LGBT da FEA], que precisavam me ouvir, então tinha essa tentativa de escuta de debate, eu acho que a gente tava pelo caminho certo. Hoje em dia é um grupo no *whats* para brigar por políticas e cada vez mais mulheres vão saindo. Os homens vão tomando conta do grupo e a discussão ia para um lado, discutiam aborto sem considerar o que as mulheres do grupo estavam falando, ficou violento (L-FEA).

Nesse mesmo sentido aponta a fala de L-FFLCH. Considerando a diferença de perfil entre as duas unidades, FEA e FFLCH, localizadas em polos diferentes da estrutura social da USP, a predominância masculina dentro do movimento LGBT parece ser uma característica que se reproduz amplamente nos diferentes setores do espaço universitário.

Eu acho que uma coisa que todo mundo reconhece é que existem privilégios masculinos dos caras gays, tem espaços que são, que nem a galera fala, GGGG. Tem toda uma cultura bem masculina

²⁴ A sigla GGGG expressa a crítica à falta de diversidade interna do movimento LGBT, onde somente os gays teriam protagonismo representação.

mesmo e as mulheres são mais chaveirinhos, uns mascotinhos do cara e eu acho isso meio foda assim (L-FFLCH).

As vivências e percepções ligadas à hierarquia social de gênero cobrem amplo espectro, indo do relato de B-FMVZ, de ter sido assediada por um segurança terceirizado que trabalhava em um dos portões de acesso à universidade, ao comentário de L-FFLCH sobre o machismo sutil, não explicitado, no cotidiano do curso:

A gente tem duas professoras, duas mulheres, uma está saindo. Trinta e cinco professores homens e tem todo um discurso assim, uma normalização de que a Filosofia é coisa de homem mesmo, que eu tinha comentado. Às vezes isso pesa bastante, não que os professores falam coisa, pelo menos eu não presenciei. Só como é diferenciado o tratamento, como as mulheres são vistas, os homens são vistos... As mulheres são menos levadas a sério, a gente é meio café com leite. Eu acho isso bastante pesado, é até difícil falar disso, porque se fosse uma violência mais clara e mais explícita, talvez andasse mais. Mas como é só o clima, o tecido do nosso dia-a-dia aqui é muito respaldado nisso assim.

Assim, se na pesquisa do USP Mulheres as mulheres brancas, independente da orientação sexual, e os homens gays e bissexuais, independentemente da cor/raça, tiveram uma percepção similar da violência que sofrem no espaço universitário, a análise das entrevistas trouxe uma violência de gênero nos espaços universitários consideravelmente mais perceptível do que a violência LGBTfóbica.

Diferentemente das violências de gênero e raça, as narrativas de violência de cunho homofóbico que aconteceram na USP foram muito escassas, tanto as que tivessem acontecido com o próprio entrevistado, como das que tivesse ouvido falar. Um dos poucos casos narrados foi o de um professor da EEFÉ que estava “ensinando” em uma aula que ser gay era efeito de um problema na tireoide, caso este que foi, inclusive, noticiado pela mídia²⁵. Outro caso envolvendo professor foi descrito por L-FEA:

A Poli, por exemplo: não é “nossa, maravilhoso!”, porque já passei apuros lá, quando um professor fez, não sei se você chegou a saber, [era] uma matéria ligada a estatística e era uma coisa assim: Tem tantos por cento de chance de vir um exame positivo seu, tantos por cento de chance de você realmente ter esse problema, e vai cruzando as estatísticas, pode ser positivo e não ter o vírus... era uma brincadeira assim. Aí era sobre: Você fez o exame e viu que tem AIDS, o que você faz e dava as alternativas: a) chora b) me mato... Tinha umas coisas absurdas,

²⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1931143-professor-da-usp-relaciona-disturbio-na-tireoide-com-homossexualidade.shtml>

(...) e uma alternativa era “vou comemorar com meus amigos lgbs no bar” (L-FEA).

Apesar de o ambiente acadêmico ter sido considerado como seguro pela pesquisa do USP Mulheres como mostra o gráfico 10, alguns entrevistados apontaram os professores como um dos principais causadores de violências e desconfortos nos espaços universitários, como visto nos relatos acima. As queixas se referem principalmente a professores homens mais velhos, que os entrevistados chamaram de “dinossauros” ou “professores jurássicos”. Além desses casos relacionados a docentes da universidade, B-IRI e G-EEFE narraram discursos homofóbicas e estranhamento durante a prática de esportes, sendo, nos dois casos, o handebol:

Teve no caso do Bichusp, no jogo contra a Poli e durante o jogo, tanto por parte do banco, quanto do técnico da Poli, eu fui alvo de ofensas gordofóbicas e homofóbicas durante o jogo. Então, tipo, isso deve ter sido no primeiro mês de aula porque é Bichusp (B-IRI).

Assim como mostrado no gráfico 10, da pesquisa do USP Mulheres, os espaços abertos do *campus*, as Atléticas e as festas foram classificados como os mais violentos e colocados em oposição aos espaços mais politizados, como os CAs, e os espaços acadêmicos. Os espaços externos e de circulação foram apontados como inseguros principalmente pelas mulheres, devido à falta de iluminação e pela circulação de pessoas que não são da universidade. E, com exceção de G-EEFE, todas as pessoas entrevistadas afirmaram se sentir bastante confortáveis sendo LGB em suas unidades, sempre ligando esse sentimento de segurança à familiaridade com o lugar e as pessoas que o frequentam. Essa variação na sensação de segurança e insegurança reflete as tensões que existem dentro da universidade, que é capaz de produzir espaços sociais muito distintos.

Os lugares onde há debate de ideias, como nos espaços acadêmicos e de convivência, são lugares considerados mais seguros. Além disso, a familiaridade também aparece como importante para a sensação de segurança, quanto mais se conhece o lugar, mais seguro se sente, seja a escola em que a pessoa estuda, ou o bairro em que mora. O tempo de vivência no local gera um conhecimento prático, de saber onde se está, quem está ao redor, por onde se pode sair e onde procurar ajuda. Esse conhecimento é adquirido exatamente na experiência concreta dos indivíduos: circulação e frequências nos espaços físicos, mas também no debate e construção de ideias, que permitem reconhecer e ressignificar a violência. Essas experiências são construídas pelas marcações de classe, raça, gênero e orientação sexual, que enraizam

socialmente os indivíduos e constituem as experiências conjuntamente, numa imbricação de relações sociais e de poder.

3.3 Sexualidade na universidade: experiências diversas, aspectos comuns?

Esta seção terá como objetivo tentar entender mais precisamente quais aspectos apareceram como importantes para que os entrevistados entendessem a USP como um ambiente mais permissível para as sexualidades não normativas. Assim, é necessário observar diversas nuances nas narrativas que caracterizam diferentes espaços e relações sociais que tornam a experiencição do período universitário um caso interessante a ser analisado.

Como exposto no capítulo anterior, a Cidade Universitária está localizada na zona oeste, que, junto com o centro compõe os espaços de sociabilidade voltados às pessoas LGBTs. Os espaços amigáveis e/ou seguros da cidade que foram apontados pelos entrevistados estão localizados nessa região, sendo eles a Avenida Paulista, a Rua Augusta e a USP, como podemos ver no seguinte trecho de um dos entrevistados:

Eu acho que não é o local que é ou não amigável, são as pessoas que convivem no local. Dentro do meu convívio, acho que São Paulo é muito grande, acho que dentro da USP é muito tranquilo, mas no meu meio, porque não sei os meios que não explorei, mas acho que é muito tranquilo. Na Paulista é muito tranquilo também (G-IP).

Com marcações sociais opostas a G-IP, B-FE também reconhece a Av. Paulista como espaço receptivo para expressar sua bissexualidade. Em oposição à Avenida Paulista, ela situa o bairro em que morou, localizado nas chamadas zonas periféricas, muito afastadas do centro da cidade.

Eu morei no Capão Redondo, o extremo do extremo do extremo. Uma vida para chegar em outro lugar, era longe para caramba. Lá a gente não tinha essa liberdade de poder andar de mãos dadas que nem a gente tem, por exemplo, perto da Paulista. Na Paulista a gente anda de mão dada, dá beijo no rosto, dá beijo, a gente foi na Parada Gay lá (B-FE).

Isso revela que espaços para além da USP são importantes na construção das experiências dos entrevistados e, também, como demonstrado no segundo capítulo, que a localização da universidade em grandes centros urbanos tende a tornar o ambiente mais

receptivo, em oposição às universidades do interior que tendem a ser mais conservadoras neste aspecto. Isso fica explícito, por exemplo, no discurso de L-FFLCH que cresceu em Piracicaba e chegou a frequentar o *campus* da USP em Ribeirão Preto, ambas cidades no interior do Estado de São Paulo.

Em Piracicaba, de onde eu vim, tinha um bar LGBT na cidade, que era escondido. Em Ribeirão foi melhor que Piracicaba nesse quesito, quando eu vi um bar LGBT que as pessoas ficam na rua... Eu achei incrível as pessoas não precisarem se esconder num quatinho, num inferninho... parece uma bobagem, mas faz diferença. Aqui é mais que isso ainda. As pessoas não estão nem aí, você pode ser diferente, entre muitas aspas, no interior não, tem uma coisa, a restrição é muito maior (L-FFLCH).

Além da percepção da importância de espaços para além da USP, outra opinião consensual entre os entrevistados foi que a USP é mais permissível com as pessoas LGBs. As declarações de todos os entrevistados apontaram para a USP como um espaço mais seguro e aberto do que outros lugares da cidade, percepção essa também captada pela pesquisa do Escritório USP Mulheres, como visto no capítulo anterior. Uma fala representativa desse ponto é a da B-IQ, mulher branca de classe média alta:

Eu tenderia a dizer que a USP é mais amigável. Mas depende da área da cidade de São Paulo. Eu tenderia a dizer que as pessoas conseguem ser mais livres, eu conseguia mais. Por exemplo, quando eu tava namorando uma menina, as poucas vezes que a gente saiu juntas eu ficava receosa de ficar com ela, nos restaurantes, esses foram meus primeiros contatos com o medo de ser uma pessoa bissexual. Naquele momento as pessoas me viam como lésbica. Mas na USP eu já não tinha tanto, tanto é que a gente namorava bastante dentro da USP (B-IQ).

De um outro lugar social, G-EEFE que é homem, negro e pobre, reitera que a sua sensação de segurança é na USP como um todo, não apenas em determinados espaços ou unidades, como se vê no seguinte trecho:

Todos os lugares [da USP] seriam ok, porque eu sei que em qualquer lugar que eu for, alguém aqui dentro luta contra isso, e se eu der um grito vão ter pessoas que estarão interessadas em me ajudar, me defender, correr atrás. Lá fora não. Lá fora, eu digo, depois do portão 1, não (G-EEFE).

Mesmo que haja uma percepção geral de que a USP é mais amigável, há também um reconhecimento geral de que há variações por unidades, considerando o perfil social dos alunos, sua posição política e de receptibilidade às questões de gênero e sexualidade. O

discurso de G-IGc a seguir ilustra como, mesmo considerada mais conservadora no ambiente da USP, a Escola Politécnica ainda assim é vista como mais tolerante em relação a orientações sexuais divergentes em comparação com o país.

Eu acho que a USP é um negócio que nem se compara com o resto, assim, a USP é uma bolha que, tipo, você se sente completamente confortável por ser LGBT, mas ela está bem longe de representar a sociedade. (...) Eu acho que a USP é segura como um todo, inclusive em institutos mais conservadores, como a Poli, eu acho que não tem problema nenhum você ter seu namorado lá, dois homens. É que, assim, eu acho a Poli conservadora numa bolha USP, mas se você comparar a opinião política da Poli com o resto do Brasil, eles vão ser super pra frente. Mas se você compara com o resto da USP, talvez eles sejam mais conservadores.

A percepção de que existem diferenças entre as unidades da USP no que tange à aceitabilidade da questão LGBT também foi um consenso. A FEA e a POLI (EP) foram constantemente colocadas como as unidades menos receptíveis para ser LGB, em oposição a FFLCH, FAU e ECA, que foram consideradas as mais tranquilas para se expressar as sexualidades não normativas. Essa diferença percebida reflete parcialmente os dois polos que se encontram dentro da cidade universitária, sendo a POLI e a FEA representantes do polo profissional tradicional e a FFLCH e a ECA do polo científico acadêmico (CARLOTTO, 2013). A FAU, apesar de pertencer ao polo profissional tradicional devido ao seu perfil historicamente elitizado, nas pautas de gênero e sexualidade se assemelha muito ao polo científico acadêmico, como também foi possível perceber na pesquisa do Escritório USP Mulheres. O polo profissional tradicional se caracteriza pelo perfil demográfico mais rico, mais branco e mais masculino. A FAU, contudo, possui um perfil de alunado mais feminino, com quase 75% do corpo discente composto por mulheres, segundo o Anuário Estatístico da USP de 2017, enquanto na EP o percentual de alunas é de 20% e na FEA, de 32%. A relação entre o gênero feminino e maior receptibilidade às pessoas LGBTs foi um dado apontado pelos *Climates Campus*, como no estudo de Holland et al. (2013) exposto no capítulo 1. Além disso, alguns entrevistados enunciaram que a sensação de segurança é inversamente proporcional à concentração de homens, brancos e heterossexuais:

Você acha que existe algum Instituto que não seria receptivo, que você não se sentiria à vontade?
Poli.

Você chegou a ir?

Não, mas pelo perfil dos discentes de lá eu acho que seria um ambiente mais hostil, para mim no caso.

Qual é esse perfil mais hostil?

Homem, hétero, branco e geralmente é rico, né? Classe média alta (G-EACH).

Assim, a polarização entre FAU e FFLCH como escolas mais receptivas e FEA e EP como menos receptivas aparece de forma bem marcada, independentemente do gênero, raça ou classe, como pode ser ilustrado pelo discurso de B-FMVZ, mulher branca de classe alta:

Com certeza, eu diria que a FAU e a FFLCH são os lugares mais LGBTs. A Vet [Veterinária] não é tão hétero assim, mas tá num 50-50. Agora, eu fui em uma festa na Poli, que é pra nunca mais. Festa **da** Poli, porque não tem mais festa **na** Poli desde que entrei. Não foi bom, só sofri assédio, foi bem chato na verdade (B-FMVZ).

Mas também por B-FE, mulher negra de classe baixa, que relaciona a abertura à área de conhecimento e ao posicionamento político:

Enfim, eu acho que a diversidade se restringe mais às faculdades que têm cursos de humanas, apesar de Contábeis serem humanizadas, do que nessas duas faculdade [EP e FEA], não sei se é uma questão mais política, provavelmente é (B-FE)

Como venho expondo, as demandas e pautas de gênero e sexualidade vieram ganhando força e legitimidade nos espaços universitários e no debate público, mas também estão em constante disputa política e cultural. Foi possível perceber, nos discursos dos entrevistados que estavam há mais tempo na universidade, os processos de questionamento das regras normativas de gênero e sexualidade que não aconteceram somente no âmbito da universidade, mas para os quais o espaço acadêmico ocupou uma posição importante de produtor e difusor desses questionamentos e transformações. Em alguns trechos das entrevistas foram destacados esses processos:

Eu particularmente sinto que houve uma onda de desconstrução muito forte de 2010 para frente. Antes as pessoas não viam como tão errado você chamar alguém de viadinho ou fazer alguma piada machista e de 2010 para frente começaram a pegar mais pesado com esses preconceitos velados, assim, e 2007/2009 eu não sentia isso (...). A minha impressão é que não era só o lugar, se eu estivesse estudando hoje lá [na escola do ensino médio] eu acredito que estaria melhor (G- IGc).

Essa percepção não se dá somente por G-IGc, que é um homem branco, classe média alta e oriundo da capital. Nessa mesma linha da abertura para as questões LGBTs, B-IQ, que é mulher, branca, classe média alta e do interior do Rio Grande do Sul, compara como era seu instituto desde a sua entrada até o momento da entrevista, comentando a mudança no perfil dos alunos e nas atividades realizadas por eles, que adotaram uma caráter menos normativo.

Na Química, no começo, as festas eram mais, usando a expressão que usamos agora, eram mais hétero. Tinha muito mais gente, menos funk, muito mais gente é... não sei. Num julgamento estereotipado, eram mais hétero. Ou enfim... Eu acho que as festas tinham outra característica. A galera bebia só pra ficar bêbada ou faziam umas coisas mais nojentas (...) agora, muita gente que entrou na Química já entrou assumidamente homossexual, quer dizer homoafetivo... tendo relações não heterossexuais e isso ajudou muito... O debate público no geral, que atinge a universidade, o debate que tem na universidade, acho que muito isso. O público que frequenta a Química mudou (B-IQ).

Essa “abertura” à temática de gênero e sexualidade vem sendo construída por meio dos processos sociais mencionados até aqui, tais como a definição dos direitos sexuais, as linhas de pesquisa acadêmica sobre a temática, as pressões internacionais sobre a universidade, as reformas institucionais e os movimentos sociais.

Enquadra-se nesse processo o enfrentamento, pelos alunos e pela instituição, dos trotes universitários. Como apontou a bibliografia, os trotes representam um ritual de passagem, no qual os veteranos impõem seu poder sobre os ingressantes, podendo utilizar tal poder para desrespeitar e humilhar os calouros e calouras, utilizando-se principalmente das hierarquizações de gênero e sexualidade. Durante as entrevistas, alguns trotes abusivos ou preconceituosos foram relatados. Essas práticas têm sido questionadas institucionalmente há pelo menos 20 anos, já que os trotes foram proibidos na USP em 1999²⁶ e desde então há campanhas²⁷ contra tais práticas, incentivando as calouras a buscar ajuda em caso de abusos de veteranos. A percepção dessas mudanças apareceu em quase todas as entrevistas, marcando um período anterior, de condições desfavoráveis, contraposto a um período mais recente, em geral identificado à década de 2010, quando as condições se tornam mais favoráveis. Por exemplo:

²⁶ Portaria No 3154, de 27 de abril de 1999, disponível em < http://www.prg.usp.br/?page_id=217>

²⁷ Ver, por exemplo: <https://jornal.usp.br/universidade/comunidade-usp/na-semana-de-recepcao-aos-calouros-da-usp-trote-nao-e-bem-vindo/>

Eles tinham uma coisa que acabou este ano, graças às pessoas decentes. Eles escolhiam a menina mais bonita do IME para ir ao palco e... ser a bolinha, sabe a bolinha de karaokê? Para fazer isso com os hinos da USP e do IME. A gente não sabia quem era a mina, eu acabei descobrindo que era eleita a mais bonita depois, mas rolava esse ciclo que ia passando de geração em geração (L-IME).

No caso de L-IME, que é uma mulher branca, o gênero foi fundamental para a atividade descrita, pois escolher a “bolinha do karaokê” era, na verdade, a eleição da menina mais bonita que precisaria ficar em evidência enquanto os hinos da Atlética eram entoados. Nardi et al. (2013) já haviam exposto que os trotes na universidade se voltam principalmente para violências de gênero e orientação sexual. Um caso emblemático da imbricação da hierarquização de gênero em atividades com cunho sexual é narrado por B-FMVZ, que descreve um trote que aconteceu com a turma anterior a sua. No trecho abaixo é possível perceber o poder exercido pelos veteranos sobre as calouras, já que era uma atividade marcada nitidamente pelo gênero da pessoa.

A gente foi a última turma que teve coisas pesadas. A gente fez algumas coisas, um cara me fez ajoelhar no formigueiro, mas hoje em dia o trote está muito mais tranquilo. Eu sinto que as pessoas realmente se divertem e o trote atingiu seu objetivo que é integrar, trote para humilhar? Se liga. (...) Antes da gente entrar, tinha uma [atividade] que ficava todas as bixetes para fora do galpão. Elas eram vendadas e entravam para dentro. Aí tinha um monte de homem, eles pegavam um monte de linguíça, eles batiam na cara delas e elas tinham que chupar. A gente não fez, mas a turma anterior fez. É recente, a gente tá no quarto ano, mas a turma que vai formar agora fez. Algumas meninas choravam e chupavam até ele tirarem a venda e falar que era zoeira (B-FMVZ).

O terceiro caso explicita a forma como a sexualidade dos calouros é colocada em pauta durante os trotes, mas nesse caso realizados por homens com outros homens. G-IGc, que é um homem branco, narra como foi seu trote e a forma como foi coagido a ações constrangedoras em relação a sua sexualidade:

Eu fiz o trote e eu não queria voltar de jeito nenhum. (...) Você chegava e tinha que fazer uma entrevista. Você é o veterano, eu ajoelhava para você e você ia fazendo umas perguntas pra mim. Ficavam vários veteranos ao seu redor, escutando sua entrevista e dando uns pitaco. Só que, assim, era uma entrevista com uma conotação sexual bem forte e, basicamente, você tinha que falar o tamanho do seu pinto, a posição sexual preferida, o tempo que leva para se masturbar e ia ficando pior. (...) Você não fica

confortável, ainda mais no meu caso que eu não estava confortável com a minha sexualidade, eu tinha que ficar falando essas coisas. Eu estava esperando ter essa entrevista e no final eles falaram: “Não, bixo, isso foi brincadeira, não leva a sério, a gente não é chato assim”, mas não, foi isso e tchau. Eu fui embora, odiei muito o trote, eu falo com outras pessoas e elas também, de modo geral, sentem isso. Lá para 2015 falaram: “isso aqui está muito errado, está muito errado”. Aí a turma de bixos mudou, mantiveram a entrevista, que é engraçada, é para fazer piada, mas é algo para o bixo rir junto, algo como “qual seu Pokémon preferido?” (G-IGc).

Os trotes narrados podem ser lidos como práticas violentas que se voltam principalmente contra mulheres e sexualidades não normativas. As marcações de raça e classe não apareceram diretamente nas narrativas referentes aos trotes. A área do curso, por outro lado, apareceu como fator importante de diferenciação. Enquanto os entrevistados dos cursos de humanas narraram que os trotes de seus cursos são bastante tranquilos, com pinturas corporais, se autorizadas pelo ingressante, e a realização de mesas de discussões sobre diferentes temas, os alunos dos cursos de biológicas e de exatas narraram experiências violentas próprias ou que aconteceram com seus veteranos diretos.

Nessa mesma linha de questionamento de situações violentas no cotidiano universitário, os alunos criaram as Comissões Anti-opressão (CAÔ) nas festas e trotes universitários. No mesmo período em que os trotes violentos foram sendo questionados e alterados, foram surgindo, em diversas unidades e suas festas, comissões para evitar violências, expulsar violentadores e acolher vítimas. No caso das faculdades participantes do BIFE²⁸ e, principalmente, nos eventos das Atléticas dessas escolas, costuma existir tal Comissão, formada por um grupo de alunos que fica de plantão nas atividades para as quais foram requisitados. A primeira edição do BIFE ocorreu em 1999 como uma competição entre IB, IME, FAU e ECA e posteriormente agregou outros institutos como FFLCH, IQ, IGc, IF, FE, IP, IAG, ICB, FMVZ e IO. O BIFE se contrapõe ao campeonato Interusp, que é o campeonato interunidades mais tradicional da USP, existente há 35 anos e do qual somente participam as faculdades concentradas no polo profissional tradicional: FM, EP, FEA, FO, FCF e FD (CARLOTTO, 2013). Em festas do BIFE, de tempo em tempo a música para e soa um alerta, dizendo que nenhum tipo de opressão será tolerado nos espaços da festa. A CAÔ não é composta pelas mesmas pessoas em todos os espaços, mas por pessoas que se voluntariam para cada evento, onde e são identificadas por coletes, colares que piscam, pulseiras neon, apitos

²⁸ O nome BIFE deriva das iniciais das escolas participantes de sua primeira edição em 1999: IB (comumente chamado de Bio), IME, FAU e ECA.

etc. A atuação dessas Comissões apareceu nas entrevistas como elemento das mudanças recentes no ambiente universitário:

A CAÔ foi inclusive ideia de amigos meus, foram coisas que fiquei feliz de ver nascer, que ajudei pontualmente também a discutir com amigos meus. (...) Eu acho que é um passo excelente e já tem deixado muita gente mais segura (B-FAU).

A criação desses mecanismos de autoproteção das minorias sociais começou nas faculdades situadas no polo científico acadêmico e posteriormente se espalhou para outros institutos por diferentes meios, sendo um deles o meio esportivo, principalmente, nas unidades que participam do BIFE. Assim, os campeonatos esportivos são um reflexo das hierarquias internas da universidade, opondo as faculdades tradicionais que disputam o Interusp e as unidades do polo científico acadêmico que disputam o BIFE. Essa relação entre institutos, construída também na dinâmica do esporte, constrói um grupo de circulação interunidades de pessoas, fazendo com que discussões sobre opressões, por exemplo, se espalhem para diferentes cursos. Existem duas unidades do BIFE que não são do polo acadêmico. Uma delas é a FAU, que como já dito nas pautas de gênero e sexualidade se aproxima mais do polo científico. A outra é a FMVZ, cuja situação específica precisa ser melhor compreendida. Considerando apenas a entrevista de B-FMVZ, grande parte dos questionamentos que circulam nessa faculdade se dá justamente a partir das discussões presentes no BIFE:

Eu acho que a Vet se encaixa no aspecto do BIFE. Tipo, fazer parte do BIFE, eu acho que é importante para a Vet. Porque o BIFE traz uma parte, ele tem toda uma parte LGBT importantíssima. Você já foi no BIFE? [consenti] Eu já tive amigos que foram CO [Comissão Organizadora], você teve? [nego]. Enfim, o BIFE sempre foi muito LGBT, eu acho que fazer parte disso, (...) com outras pessoas LGBTs, quando você tem amigos que são gays, você se importa mais com essa causa. Então eu acho que isso fez muito bem para a Vet, na verdade. Talvez para ver um pouco mais o lado das outras pessoas (B-FMVZ).

Como parte desse processo de construção de redes de sociabilidade, as trocas de vivências, experiências e apoio aparece como bastante importante nas falas dos entrevistados em geral. Tanto no discurso de B-FMVZ, acima, quanto no trecho a seguir da entrevista de G-IP, é possível perceber o reconhecimento do efeito moral, cultural e político de um ambiente diversificado, que favorece percepções mais inclusivas:

Eu acho que foi fundamental (...) as pessoas que conviveram comigo durante a USP. Então, meus amigos, as pessoas que vivi, meus veteranos, minha orientadora que está até hoje comigo (...). Então, todos esses diálogos me ajudaram a pensar muito no que eu penso hoje. Convivências também, porque no meu primeiro colégio e no segundo eu nunca convivi diretamente com uma pessoa que era trans, aqui eu encontrei essa pessoa trans e escutei ela sofrendo, fui atrás de informação de que trans no Brasil vive 35 anos e como isso começa a fazer parte da convivência e como é importante de ser trabalhado. Até aí não tinha o contato, então não sabia o que era sentir a dor. Quando você ouve a dor do outro é mais fácil ser empático, do que quando você não sente (G-IP).

Nessa mesma linha, G-EP narra como um amigo foi fundamental para o entendimento de si e como foi importante ter uma referência de pessoa LGBT assumida em seu ciclo social:

(...) Foi por causa da USP. Tinha um evento organizado pelo Grêmio da Poli que chama Rock Bicho (...). Aí a gente acabou indo para a mesma banda e eu conheci o meu amigo lá. A gente pegou amizade com o passar do tempo e no final do ano ele se assumiu para mim. Pensando nesse sentido a USP colaborou bastante para eu me assumir, graças a eventos que aconteceram na USP eu conheci alguém que pôde se tornar uma referência para mim no mundo LGBT (G-EP).

Essa relação não foi notada somente pelos gays de classe média alta. B-FE, que foi classificada aqui como de classe baixa, também mencionou a importância da universidade para a criação de um ciclo de reconhecimento de pessoas LGBTs, apesar de ela já se entender enquanto bissexual mesmo antes do ingresso na universidade: “ela [a universidade] me ajudou a perceber diversas coisas, perceber que não estou sozinha, em muitas questões, que existe uma comunidade LGBT muito maior do que aquilo que eu imaginava” (B-FE).

Esses depoimentos falam da importância da formação de uma rede de pessoas LGBTs, como círculo de amizade ou como referência de possibilidade da identidade, para facilitar a convivência na universidade e, também, o próprio processo de autoaceitação (NAIDU e MUTUMBARA, 2017). Pensando nesse processo de descoberta e entendimento da própria sexualidade dos entrevistados, temos que 10 começaram a se reivindicar como LGBs na faculdade, enquanto 7 já entraram na universidade reivindicando, em algumas esferas sociais, as identidades LGBs.

Como se sabe, as identidades só são possíveis de serem reconhecidas se as pessoas forem socializadas para reivindicar ou atribuir tais identidades (DUBAR, 2005). Assim, uma pessoa só conseguirá se dizer LGBT se ela entender o que tal “identidade” significa. É justamente na universidade que muitas pessoas têm contato com pessoas LGBTs pela primeira

vez e, também, onde têm chances de se relacionar homoafetiva e sexualmente. Alguns entrevistados ingressaram na universidade se relacionando de acordo com a heterossexualidade compulsória, como foi o caso de L-FEA, que é branca e de classe média. Segundo ela a universidade foi expandindo o seu modo de ver o mundo:

Quando eu entrei aqui, que também foi bem contramão, vai abrindo os horizontes. Eu tinha comentários machistas, LGBTfóbicos. Nossa, as frases que eu falava: “nada contra lésbica, mas não dá em cima de mim”. Essas frases que eu ouvi de alguém da família e, acho que, sei lá, já tinha uma questão de não me aceitar e bostejava esse tipo de coisa (L-FEA).

Foi também na universidade que S-IB, negro e de classe baixa, teve suas primeiras relações sexuais e afetivas. Antes isso nem era uma opção, devido a sua socialização evangélica. Foi a partir da vivência na universidade que começaram a surgir os questionamentos sobre sua sexualidade.

Eu fui muito tardio na sexualidade, comecei aqui [na USP], a pensar nisso aqui. Boa parte do meu desenvolvimento foi dentro da Igreja, eu era bem *blasé*. Sexualidade mesmo, eu não tinha isso comigo. Na Igreja, quando eu comecei a me questionar, eu não gostava nem de homens e nem de mulheres. Era uma coisa que era errada (S-IB).

Em processo similar, G-EP, branco e de classe média alta, também teve suas primeiras relações afetivas e sexuais na universidade, mas diferentemente de S-IB, ele afirma que já tinha claro que não possuía interesse em mulheres.

Na faculdade eu tava com zero interesse em moças. Eu fiz algumas amizades, mas eu estava totalmente alheio a isso. Foi em 2017 que eu perdi o BV²⁹, a primeira vez de relação sexual, em 2017 foram muitas primeiras vezes assim. Que foi quando eu me senti confortável e fiquei à vontade de fazer aquilo. Ser algo que eu aceite (G-EP).

Já no discurso de G-IGc, classificado como branco e de classe média alta, é possível perceber a importância da experiência do intercâmbio, revelando, assim, um aspecto de outra ordem da oportunidade de realizar estudos no exterior, que a condição de aluno da universidade oferece. Foi somente no quinto ano da faculdade que isso se concretizou. Importante ressaltar que ele é o entrevistado que estava há mais tempo na USP, em seu sétimo ano. Quando ele ingressou, em 2012, a universidade se encontrava em um nível de discussões sobre gênero e

²⁹ BV é uma abreviação de “boca virgem”, referindo-se a pessoas que nunca beijaram alguém.

sexualidade diferente do atual, o que constrói uma experiência diferente de quem entrou em 2016.

Quando eu entrei eu era bem retraído com isso, assim. Tipo, em 2012, só meu primo sabia, meu primo é meu melhor amigo (...). Aí conforme o tempo foi passando eu fui lidando melhor com essa situação. Aí eu fiz intercâmbio, eu fiquei um ano, nesse quesito foi meio que um divisor de águas, lá eu decidi que ia tentar ficar mais confortável com essa situação e não ia esconder de ninguém, sei lá, se alguém falasse comigo dessa questão eu não ia esconder, eu fazia questão de não esconder de ninguém. Aí foi isso, até então, foi no meu quarto ano, aí até então... do primeiro até o quarto eu tinha evoluído um pouco, mas ainda era bem retraído em relação a isso (G- IGc).

Segundo os entrevistados que ingressaram sem ter se assumido, a presença de outras pessoas LGBTs foi importante para o processo de autoidentificação como não-heterossexual nos espaços da universidade. Para os que já entraram se entendendo enquanto LGB, a existência dessas redes facilitou a reivindicação em mais espaços, como na família e no trabalho. Dois espaços escolares anteriores à universidade apareceram como importantes para o reconhecimento da orientação sexual: as ETECs e o cursinho. Esses dois espaços apareceram como tolerantes em relação às pessoas LGBs, sendo que, para alguns, foi nessas instituições que tiveram as primeiras relações e contatos com pessoas e casais LGBTs. Mesmo para aqueles que só se assumiram na universidade, mas frequentaram cursinhos e ETECs, também houve a consideração de tais espaços como mais amigáveis do que a escola dos níveis fundamental e médio e do que a família.

Foi na universidade, nos cursinhos ou em ETECs que os entrevistados foram convivendo e adquirindo o conhecimento sobre o que é ser LGBT de uma forma não pejorativa, tornando possível o desenvolvimento de um processo de autoreconhecimento como LGBs. Enquanto para uns o processo pode ter sido rápido, como no caso do G-EEFE, classificado como de classe baixa e negro, que assumiu-se aos 14 anos depois de voltar bêbado para casa, para outros esse processo pode ser lento e ser doloroso, pois a pessoa se confronta com outros valores e com a aceitação da família. L-FFLCH, que é negra e classificada como de classe média, por exemplo, enfrentou diversos problemas psicológicos a ponto de trancar a faculdade, o que, segundo ela, só melhorou depois de se assumir para seus pais.

Criar referências e uma rede de pessoas LGBTs foi considerado algo fundamental pelos entrevistados. É por meio dessas redes que se troca conhecimento sobre as questões de orientação sexual, é com essas pessoas que haverá a possibilidade de viver sem se esconder, é

com esses grupos que será possível queixar-se sobre problemas de outras esferas da vida e onde se conhecerá os mercados e espaços de sociabilidade LGBT. Essa rede de apoio construída de e por pessoas LGBs ganha uma dimensão importante na universidade, principalmente porque é nesse espaço que há construção, também, das redes profissionais.

Uma das formas de conhecer pessoas, criar laços e entrar em contato com discussões sobre pautas de sexualidade é por meio dos coletivos LGBTs e suas atividades. Eles são organizados pelos alunos e alunas, buscando formas de organização não hierarquizadas e independentes dos partidos, do movimento estudantil e da universidade (LIMA, 2016), mas atuando por meio dessas três esferas. Eles demonstram a importância da auto-organização para o fortalecimento de pautas LGBTs e da ação para tornar o ambiente universitário mais amigável para as pessoas LGBTs. Na tabela a seguir, apresento os coletivos existentes na USP, segundo o levantamento feito pela Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP.

Tabela 2 - Coletivos LGBTIs/Diversidade Sexual e de Gênero da USP

INSTITUTO/FACULDADE	NOME
Instituto de Biologia (IB)	Biodiversidade
Instituto de Química (IQ)	DiversifIQ
Faculdade de Economia e Administração (FEA)	FEA Society
História (FFLCH)	Madame Satã
Escola Politécnica (EP)	Poli Pride
Instituto de Relações Internacionais (IRI)	Terço
Ciências sociais (FFLCH)	Lampião da Esquina
Escola de Comunicação e Artes (ECA)	Camaleoa
Letras (FFLCH)	Coletivo de Diversidade Sexual e de Gênero
Geografia (FFLCH)	LGeoBT
Instituto de Geociências (IGC)	Diversauros
Instituto de Matemática e Estatística (IME)	DiversIME
Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF)	Farmacoiris
Instituto de Física (IF) e Instituto de Astronomia e Geofísica (IAG)	Casa de libra
Faculdade de Direito (FD)	Ferro's
Faculdade de Medicina e Saúde Pública (FMSP)	Núcleo de Estudo de Gênero e Sexualidade (NEGES)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)	Saia de baixo
Faculdade de Educação (FE)	Coletivo de Diversidade de Gênero e Sexualidade
Escola de Educação Física e Esporte (EEFE)	Espectro
Escola de Enfermagem (EE)	Coletivo de Diversidade da Escola de Enfermagem - CODEENF
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	<i>Grupo no whats</i>
Faculdade de Odontologia (FO)	GODIVAS
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP)	Liga de Estudos de Gênero e Sexualidade
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCF -RP)	Farmagia
Escola Superior de Agricultura Luis Queiroz (ESALQ)	Integração Esalq
USP	Coletivo Resistência Lésbica da USP
USP	Frente de Diversidade Sexual e de Gênero

Fonte: Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP

Os coletivos existem nos diferentes cursos e unidades da USP, com destaque para a FFLCH que possui praticamente um coletivo para cada curso. Devido às diferenças internas da USP, as formas de atuação dos coletivos variam. A maioria deles auxilia durante o ano em alguma festa para o público LGBT, seja uma cervejada, um sarau ou uma balada. Algumas das festas apoiadas ou organizadas pelos coletivos são: Fogayra, I will survIME e Preparada³⁰. Além disso, quase todos os coletivos organizam eventos durante a semana de recepção dos ingressantes, divulgando sua existência, tentando tornar a recepção mais acolhedora e buscando novos membros para os coletivos. O que diferencia de forma considerável os coletivos a partir dos institutos é a realização de uma semana da diversidade, que acontece principalmente na EP, na FEA, na FD e na FM, sendo que nos dois primeiros o evento adota um tom voltado à diversidade e representatividade no mercado de trabalho, com direito a patrocínio de “marcas aliadas”. O coletivo de maior atuação durante todo ano é o PoliPride, coletivo da Escola Politécnica, e o Ferro’s, da Faculdade de Direito, tendo este último adotado como tema principal para o ano de 2019 a luta por cotas trans. Por outro lado, coletivos como o Lampião da Esquina, das Ciências Sociais, quase não realizam atividades e o do Digs, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, foi desativado devido à falta de engajamento dos alunos – por isso não consta na tabela dos coletivos –, expressado claramente por B-FAU: “A gente não teve muitos eventos LGBTs na FAU, apesar dessa cultura [bissexual], fala-se muito pouco a respeito das pessoas LGBTs dentro da FAU”.

Interpretando esses dados por meio das informações da pesquisa do Escritório USP Mulheres, percebe-se que os cursos em que os coletivos são mais ativos são aqueles cujos alunos percebem a USP como um ambiente pouco LGBTfóbico, mas a sua própria unidade como mais LGBTfóbica do que a USP. O que indica que esses cursos devem ter menor aceitação quanto às pautas de gênero e sexualidade, fomentando a participação nos coletivos. Enquanto nos cursos em que quase não há atividades dos coletivos, as questões LGBTs são colocadas de forma mais aberta e mais amigável por diversas outras instâncias e grupos, não necessitando tanto da atuação forte do coletivo. São justamente essas escolas com coletivos

³⁰ A Fogayra se propõe ser uma festa junina LGBT, tendo sido organizada inicialmente pelo CA do IRI, mas ao longo das edições passou a receber colaboração de outros institutos, como o CA do IME, o DiversIME, o Coletivo Madame Satã, o PoliPride, a Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP, dentre outros. Já a I Will SurvIME é organizada pela Atlética e pelo Coletivo LGBT do IME. A Preparada surgiu como uma festa organizada por alunos do curso e do coletivo LGBT das Ciências Sociais e recebe o apoio esporádico de outros institutos, como a Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP. A ideia da Preparada é acontecer sempre na quarta-feira que antecede o feriado de *Corpus Christi*, que é quando acontece a Parada LGBT de São Paulo.

pouco atuantes que foram apontadas pelos entrevistados como as melhores para ser LGBT, a FFLCH, a FAU e a ECA. Note-se que são 3 das principais unidades que compõem o BIFE, mencionado acima, onde solidificou-se a ideia da Comissão Anti-opressão, por exemplo.

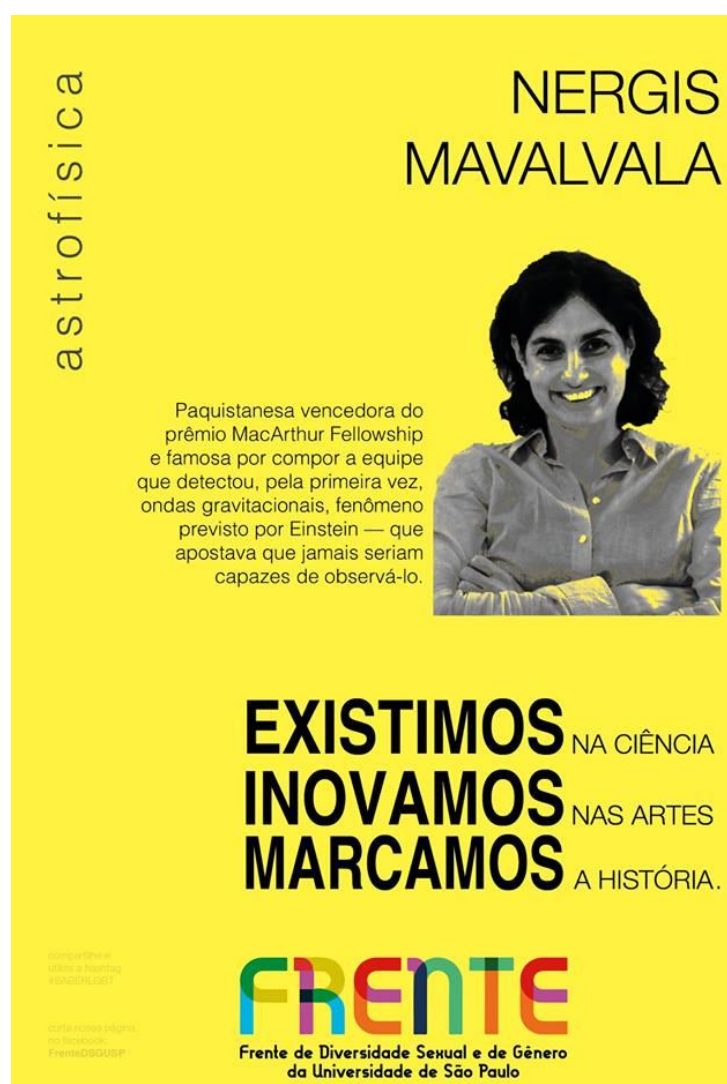
Os coletivos auto-organizados, assim como os centros acadêmicos, partidos e atléticas fazem intervenções nos espaços estudantis, trazendo maior visibilidade aos LGBTs. Essas intervenções podem ser palestras, cenas, festas, cartazes ou cartilhas. Esses “símbolos LGBTs” são espalhados pelo *campus* e vários alunos podem ter contato com eles, o que ajuda na identificação e reconhecimento de pessoas semelhantes, o que é muito importante para a sensação de pertencimento nos espaços universitários, como apontado por Minyuki e Vincent (2017). Seguem alguns exemplos abaixo:

Figura 1 - Exposição “Saber LGBT” no restaurante central da USP



(foto: Vitor Lima)

Figura 2 - Exemplo de cartaz da exposição “Saber LGBT”



(Fonte: Frente de Diversidade Sexual e de Gênero da USP)

A primeira imagem mostra uma parte da exposição promovida pela Frente de Diversidade Sexual e de Gênero chamada “Saber LGBT”, que expôs diversos cartazes com pessoas LGBTs reconhecidas nas diferentes áreas de conhecimento. Os cartazes foram espalhados por todas as unidades da USP. A segunda foto é um exemplo desses cartazes. No total foram escolhidas 34 personalidades nacionais ou internacionais reconhecidas por sua contribuição para a sociedade e a comunidade LGBT, dentre eles: Laverne Cox, João Silvério Trevisan, Regina Facchini, Frank Ocean, Alan Turing, Sophie Wilson, dentre outros. Os cartazes foram compostos de uma foto, o nome, um pequeno texto de descrição da pessoa e sua área de atuação e o *slogan* da exposição: “Existimos nas Ciências, Inovamos nas Artes, marcamos a História”.

Já a foto abaixo mostra uma intervenção feita pelos alunos da FAU durante a recepção dos ingressantes de 2019 (Figura 3), onde o cartaz faz trocadilho entre ser bicampeão nos esportes e ser bissexual, de modo que, ao entrar na FAU, você se torna “bi” nos dois sentidos, difundindo assim a ideia de que práticas homoafetivas são comuns nesse espaço, tornando-o mais acolhedor aos alunos LGBTs. A prática de colocar cartazes fazendo referência à orientação sexual dos alunos da FAU remete a, pelo menos, 2009, quando colocaram uma faixa na semana de matrícula com texto destinado aos pais, que dizia: “Seu filho vai virar gay”. A segunda imagem abaixo é do cartaz de boas-vindas aos ingressantes do curso de Letras da FFLCH em 2017 (Figura 4): ao invés de escrever “sejam bem-vindos”, eles escreveram “sejam bem viAdos”, marcando o espaço como especialmente receptivo à expressão de sexualidades que não seguem o padrão masculino normativo.

Figura 3 – Faixa afixada no vão da FAU durante a calourada de 2019



(Foto: Ricardo Castanho)

Figura 4 – Faixa afixada no prédio de Letras da FFLCH durante a calourada de 2017



(Foto: Iuri Cardoso)

A FFLCH e a FAU, onde foram expostos esses cartazes, foram apontadas por todos os entrevistados como os institutos mais receptivos, em oposição a FEA e EP. Nos relatos de meus colegas entrevistados para esta pesquisa, os casos de transfobia relatados aconteceram nessas unidades. Por exemplo, B-FAU narrou que nos banheiros femininos, tanto da FAU quanto da FFLCH, que também frequenta, existem diversas pichações de cunho transfóbico dentro das cabines. Isso não quer dizer que inexistam casos de transfobia em outras unidades, mas sim que em unidades como FFLCH e FAU há uma visibilidade maior da questão trans e mais problematização das manifestações de intolerância contra a transexualidade.

A Universidade, como uma instituição escolar, faz parte do processo de socialização dos indivíduos na sociedade. Nessa perspectiva, ingressar e conviver na universidade já favorece a formação de novos olhares sobre si mesmo e sobre o outro. Especificamente, os anos de estudo nesse espaço estão relacionados à maior tolerância a questões LGBTs: quanto mais anos de estudos na universidade, mais tolerante se tende a ser (HOLLAND et al. 2013).

Segundo as entrevistas de L-IME, L-FEA, B-IQ, G-EP, B-VET e B-IF, foi na faculdade que tiveram suas primeiras experiências homoafetivas. Essas experiências não foram lineares, pois do primeiro beijo aos seguintes houve um período para atribuição de sentido para aquelas

práticas, alterando os modos como elas se percebiam no mundo. Já G-EFEE, por mais que tenha entrado na universidade se entendendo como gay, relata um processo de “desconstrução” pelo qual passou durante seu curso na EACH, onde primeiro ingressou na USP.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa permite analisar os casos em que as tendências gerais não se concretizam. O caso de G-IGc é exemplar, durante a entrevista ele estava no último ano da graduação, já se formando, e não havia se assumido para os pais. Apesar disso, ele relata como sua visão sobre o que é ser gay mudou ao longo do tempo, indicando a importância do tempo vivido na universidade para a descoberta de novas ideias: “Então, de início eu me considerava um gay machista, assim. Um pouco antes do intercâmbio eu já estava com a mente mais tranquila em relação a isso, mas, assim, eu era daquele tipo: ‘não gosto de afeminado’, era bastante preconceituoso e tals” (G-IGc). Desse modo, podemos perceber que o tempo e o espaço ajudam no processo de transformação das interpretações das identidades e de ressignificação das formas de se auto perceber no mundo social.

Além de pessoas abertamente não-heterossexuais, foi também na universidade que a maioria dos entrevistados teve contato com debates acadêmicos e políticos sobre questões de gênero e sexualidade, por diferentes meios: coletivos, partidos políticos, disciplinas, debates sobre a CAÔ, discussões em Atléticas e Centro Acadêmicos, empresas júnior e outros. Dada a familiaridade com esses debates foi comum que os entrevistados utilizassem conceitos ou concepções nascidas do debate acadêmico e político em suas falas. Por um lado, isso indica que o ambiente possibilita uma difusão do conhecimento sem que necessariamente as pessoas tenham estudado os textos que utilizam o conceito de forma mais sistemática. Mas, por outro lado, é preciso observar que nem sempre o uso dessas noções é preciso e de acordo com os sentidos propostos por seus autores. A concepção mais comum entre meus entrevistados foi “lugar de fala”, popularizado pelo livro e pelas discussões midiáticas protagonizadas por Djamila Ribeiro (2017). O conceito de “lugar de fala” propõe que toda fala vem de certo lugar social, perpassado por relações de poder e hierarquias sociais. Assim, esse conceito visa desnaturalizar construções sociais implícitas pela normatização hegemônica do saber (RIBEIRO, 2017). Diferentemente do que o conceito de Ribeiro propõe, a utilização do “lugar de fala” pelos entrevistados dá a entender que, por não pertencerem a determinado grupo, eles não teriam permissão para falar sobre ele. Isso aconteceu quando perguntei sobre a questão trans ou sobre as diferenças entre ser gay, lésbica e bissexual, e os entrevistados disseram que não poderiam falar sobre tal assunto, já que não era o lugar de fala que ocupavam. Como pode-se observar a seguir:

É que eu não tenho tanta certeza, porque eu tô um pouco saindo do meu local de fala. Eu sei que as lésbicas têm aquela conexão na questão feminista, justamente porque elas acabam sofrendo opressão por ser mulher e por ser lésbica. E aí, meio que uma coisa amplifica a outra, uma coisa assim. Mas aí eu saí do meu local de fala, eu não tenho nem a experiência para falar muito (B-IF).

Outro conceito que apareceu frequentemente foi “performatividade” (BUTLER, 2004), usado no sentido de desnaturalizar as identidades sexuais, enfatizando o caráter de construção social da apresentação de si. Pode-se observar o uso do conceito no trecho a seguir:

Casais lésbicos sofrem assédio, pensando na performatividade de gênero que é quando você se veste de acordo com o gênero X. Pensando nisso, nós duas nos vestimos e nos reconhecemos como mulheres. Quando nós duas estamos juntas, como duas mulheres... vestidas como mulheres, o assédio, ele é muito gritante. Agora com outras mulheres que representam o gênero de um jeito diferente, por exemplo, usando roupas de homem ou algo assim, eu percebo que é uma coisa mais violenta, não que o assédio não seja violento, mas uma coisa mais física (B-FE).

Além desses conceitos, há algum conhecimento sobre as teorias identitárias, pois quando os entrevistados falavam sobre a dificuldade de se definir sexualmente, evocavam um conhecimento sobre a limitação da atribuição ou reivindicação de identidades como fixas, homogêneas e estáticas. O exemplo mais claro desse questionamento se deu quando S-IB disse estar “em desconstrução e reconstrução” acerca de seu gênero e sua sexualidade. Isso está relacionado à noção de *queer*, que propõe a desestabilização do sujeito universal masculino e heterossexual, contestando as categorias sociais de gênero e sexualidade normativas, incluindo a própria polarização heterossexual - homossexual (BUTLER, 2004). Outros dois termos criados pela literatura disciplinar que se espalharam entre os movimentos sociais são “heterossexualidade compulsória” e “heteronormatividade”. Ambos fazem referência ao modo como a heterossexualidade se impõe como padrão cultural único, desqualificando e criminalizando orientações sexuais alternativas. Esses dois termos também foram frequentemente usados nas entrevistas para se referir à forma como a heterossexualidade dominante na maioria dos espaços sociais que os entrevistados frequentam é opressiva em relação a padrões distintos.

Ainda destacando a importância desse ambiente perpassado pela teoria *queer*, chamo atenção para a forma como alguns entrevistados decidiam expor seu gênero, buscando, intencionalmente ou não, romper com a binariedade de gênero e orientação sexual. L-ECA, por exemplo, relata que o seu modo de vestir e seu cabelo fazem com que as pessoas, principalmente no transporte público, a olhem sem conseguir identificar seu gênero: “às vezes

acham que eu sou um cara e aí a relação é outra, e às vezes não entendem o que eu sou”. O fato de deixar de performar a feminilidade padrão, cortando o cabelo, criou tensão na própria família, tendo sua mãe alegado que ela “parecia um menino”. Nesse mesmo sentido, L-IME narra que sofre mais violência quando está “mais masculina”, vestindo bermuda e camiseta, do que quando está “performando feminilidade”: “às vezes eu acordo com vontade de me vestir de maneira bem feminina e tem dia que quero usar camiseta e bermuda e foda-se. Quando eu uso camiseta e bermuda geralmente são os dias que tem mais problemas”. Outro exemplo é fornecido pela concepção expressa por B-IRI: “eu aceito completamente a desconstrução de gênero, aceito que, talvez não tenho base para isso, a minha sexualidade seja a repetição de padrões sexuais de gênero que me são impostos”. Para ele, sua autodefinição de gênero seria “bicha” mas, para facilitar o entendimento dos outros, ele se define como homem, por mais que não se enquadre nos padrões normativos de masculinidade. Essa reivindicação do “gênero bicha” evoca o questionamento dos padrões de gênero e sexualidade normativos da teoria *queer*, que entende os corpos “abjetos” como questionadores das normas de gênero e sexualidade.

Esses questionamentos dos padrões de gênero e do que significa ser homem e mulher também ficam explícitos nos dois casos em que as pessoas entrevistadas não declararam ser homem ou mulher. B-IF declarou-se “não-binário”, explicando que havia começado a se questionar sobre os padrões de gênero na sociedade e não se identificava com a masculinidade padrão: “porque eu não me sinto pertencente [ao gênero masculino], mas ao mesmo tempo me sinto, porque eu sei que fui criado como homem e sei que muito dos meus costumes e comportamentos vêm disso, sabe?” Já S-IB optou por se apresentar como “em desconstrução e reconstrução”, no que tange ao gênero e à orientação sexual. Essa percepção de que o não-lugar identitário também pode ser ocupado para questionar as identidades de gêneros e as identidades sexuais é algo característico das proposições *queer*.

Esses conceitos políticos e acadêmicos chegam até muitos alunos, nem sempre através da sala de aula e de leituras metódicas. A participação em partidos, no movimento estudantil ou nos coletivos feministas e LGBTs, nas Atléticas e em grupos na Internet também são fontes importantes de propagação de conhecimentos sobre gênero e sexualidade entre os estudantes da universidade. Dentre os meus entrevistados 7 participaram da formação de chapas para o centro acadêmico de seu curso, sendo como membro da gestão ou auxiliando de forma indireta, e 10 participaram de alguma atividade de um dos coletivos de seu curso (negro, feminista ou LGBT). Nenhum entrevistado declarou-se filiado a algum partido político, apenas 1

demonstrou grande simpatia pela atuação do PT e outros 2 relataram terem ajudado a construir chapas estudantis com a participação do PSOL.

O ambiente virtual também aparece como um espaço de trocas e produção de conhecimento (FALCÃO, 2017). Na medida em que as pessoas se conhecem, elas vão se adicionando às redes sociais e passam a acompanhar umas às outras, podendo ampliar a troca de experiências. A partir das falas de meus colegas entrevistados, há três modos de relação na Internet. O primeiro se refere à criação de grupos, no *facebook* e no *whatsapp*, para comunicação entre os membros dos coletivos. A segunda é a relação com os compartilhamentos de conteúdos por meio de páginas pessoais, mas que estão conectadas com pessoas de diferentes cursos da USP. A terceira refere-se às páginas *online* ou canais no *youtube* que produzem conteúdos sobre questões LGBT e de gênero.

Sobre o primeiro ponto, as reuniões dos coletivos são presenciais, mas o agendamento e discussão de pauta passa pela via *online*, mostrando a interface inseparável entre o mundo *online* e *offline* (FALCÃO, 2017). Alguns grupos LGBTs existem apenas no meio *online*, como foi informado por B-FMVZ e B-IRI. Desse modo, a Internet aparece como um novo modo de organização de reuniões e de discussões dos grupos LGBTs. Já sobre o segundo ponto, ao criarmos redes sociais como *facebook/orkut/instagram/twitter* é possível compartilhar conteúdos com outros amigos de rede e receber o conteúdo compartilhado por eles. Ao entrar na universidade, novos contatos são adicionados, alterando os conteúdos a que as pessoas têm acesso e que compartilham. Ao adicionar professores(as) e veteranos(as), os ingressantes passam a ter acesso a conteúdos que já são comuns no âmbito universitário e passam a ter contato com assuntos e discussões que a rede de amigos anterior à universidade talvez não proporcionasse. Chego, então, ao terceiro ponto, que se refere aos canais de *youtube* e páginas de *facebook* apontados nas entrevistas. O “canal das bee”, um canal do *youtube*, foi apontado por alguns entrevistados como importante para discussões sobre experiências e dinâmicas sociais que envolvem a população LGBTs e também para um sentimento de representatividade, já que há uma identificação com os apresentadores do canal que também são LGBTs. Comunidades no *Orkut* e perfis do *Twitter* também apareceram como difusores de informação. Por fim, os grupos do *facebook*, como o Lana Del Rey Vevo, e páginas como Quebrando Tabu apareceram como espaços *online* de produção e difusão de conteúdo LGBTs, que muitos disseram usar como fonte de aprendizado.

Outro modo de se conseguir informações sobre temas sexuais revelado pela pesquisa é a pornografia, que ganhou muita força com a Internet. Indagados sobre o consumo de pornografia, vários homens responderam diretamente que tiveram o primeiro contato na

adolescência com relações homossexuais em sites pornô. Isso aponta para a importância da pornografia na socialização sexual masculina. Diversamente, apenas uma mulher disse claramente ter visto pornografia, em um relato que, por um lado, revela a precocidade de meninas de 9 anos “descobrimo” a pornografia na Internet e, por outro, situa a maior liberdade de acesso do irmão na casa da família:

Sim, eu não fazia isso porque meu computador ficava num lugar muito aberto. Então eu nunca tive a possibilidade de ver pornô, coisa assim, mas a amiga que eu tinha quando eu era criança, foi ela que mostrou o meu primeiro pornô, porque o sobrinho... ela tinha 9 anos, mas tinha um sobrinho de 16. Então esse menino tinha muitos vídeos baixados da Internet com nome de músicas, e quando a gente ficava sozinha em casa, colocava música e aparecia o vídeo. Foi através desse acidente, não sei se ela procurou propositalmente, porque ela era bem curiosa. Foi através desses vídeos, que ela achou um vídeo e começou a me mostrar: “olha o que eu achei, olha que legal”. E eu: “então, Joana, sua mãe pode entrar no quarto daqui a pouco, eu tomo uma surra e você também”. Eu tinha como ver vídeos pornográficos, mas através dela. Acho que quem fazia isso, provavelmente, era meu irmão, porque ele tinha mais liberdade no computador (B-FE).

Também relacionado à sexualidade e Internet, perguntei sobre aplicativos de relacionamento, dos quais existem dois tipos: um que visa encontros para se conhecer, como o *Tinder*, ou aqueles que são estritamente para encontros sexuais, como o *Grindr* e *Wapa*. As mulheres em geral disseram já ter experimentado o primeiro tipo, mas não é uma experiência constante e nenhuma declarou ter utilizado o segundo tipo de aplicativo. Já entre os homens, o uso do primeiro foi quase um consenso, mas muito deles também utilizaram ou ainda utilizam o segundo tipo de aplicativo, um deles inclusive teve a primeira experiência sexual por meio dele. Alguns chegaram a tecer críticas a esse aplicativo depois de ter experimentado, alegando um caráter muito sexualizado do público gay. Assim, novamente a marcação de gênero aparece como significativa, agora em relação à utilização dos aplicativos de encontros e relacionamentos.

Voltemo-nos, agora, para o mundo do trabalho. De modo similar às situações analisadas por Prado e Graham (2013), meus informantes afirmam adotar estratégias para evitar conflitos e prejuízos nos ambientes de trabalho, a partir de avaliações sobre as possíveis reações positivas e negativas e levando em conta seus outros marcadores sociais, além da orientação sexual. Trata-se de examinar, caso a caso, onde e com quem “performar” ou “assumir” qual padrão de gênero e de orientação sexual socialmente reconhecido:

Ainda que seja um dos melhores ambientes que já conheci para essas questões em multinacional, não vou chegar lá e falar: “andrógina aqui ó, muito garota, feminina, unhas pintadas, longuíssimas”. Não, as pessoas vão olhar e falar: “meu deus do céu, o que é isso? Vamos conversar no RH”.

(...) pensando em espaço social a gente é o que é pelas escolhas que a gente faz, pelas escolhas motivadas que a gente faz e, por anos e milênios, a gente foi obrigado a fazer escolhas binárias de gênero.

(...) Retomo que eu sou muito feliz, no sentido de gostar muito mais de ser desconstruído, desconstruíde³¹ nesse sentido.

(...) Mas eu escolho, então, tudo bem, porque no final gênero não existe e tudo é uma performance. Então no trabalho eu performo ser um homem com o que as pessoas construíram como o homem. Fora desse ambiente eu posso não performar o homem e performar algo além de homem e mulher (B- IRI).

O entrevistado B-IRI, branco de classe média, menciona a possibilidade de escolher aparecer como um homem no espaço do trabalho e, fora dele, poder agir para além da binaridade do gênero. Numa perspectiva semelhante, mas em um lugar social diferente, B-FAU, que é negra e de classe média, seleciona para quem revela sua orientação sexual no ambiente de trabalho, visando inclusive, proteger-se dos clientes com quem precisa interagir e que aparecem, em sua fala, como agentes potenciais de assédio devido ao seu gênero, a sua raça e a sua orientação sexual, mas que ela não precisa se expor para os clientes, porque não faz sentido e não altera em nada o trabalho que ela produz.

Sobre o mercado de trabalho, a gente... eu acho muito importante essa questão da auto rotulação que a gente faz, porque ela nos localiza, quem a gente é. É muito bom a gente se posicionar, mas existem momentos. Existe o contexto o qual você pode fazer esse tipo de coisa, (...) eu nunca vou chegar nesses caras e falar. Então eu nunca vou chegar nesses meus clientes, que são uns paus no cu, e vou ficar falando que sou bissexual, que sou mulher negra e não sei o quê. Não interessa, não é da conta deles, isso não lhes diz respeito. Mas aos meus colegas de trabalho e ao meu chefe, eu quero que eles saibam exatamente quem eu sou, (...) para que ele [o chefe] crie mecanismos de defender pessoas, caso aconteça alguma coisa em relação ao cliente (B-FAU).

Nesses dois casos, apesar das diferenças, o objetivo comum é evitar conflitos e proteger-se, enfrentando a tensão de ter que examinar o nível de perigo ou proteção potencial de cada ambiente e de cada relação. Como aponta Sedgwick (2007) cada nova relação social

³¹ Em português uma das tentativas de criação de termos neutros em relação ao gênero é a substituição do “a”, feminino, e do “o”, masculino, pelo “e”, de caráter neutro.

construída é um novo armário³², pois a suposição de que todo mundo é heterossexual faz com que pessoas não heterossexuais deparem-se com a questão de se assumir ou não em cada nova relação que estabelecem. O mundo do trabalho apareceu, nas entrevistas, como um dos lugares sociais em que há maior receio em relação à orientação sexual. Se a universidade, que tem como um de seus objetivos a formação profissional, aparece como um ambiente aberto para as questões de sexualidade, os locais de trabalho aparecem como tendencialmente fechados ou incertos, exigindo avaliações constantes de como se posicionar em cada situação. Como exemplifica o caso de L-IME, que se assumiu para a chefe mas, quando indagada sobre ser lésbica por um aluno, não respondeu.

Mas houve também relatos de situações mais lineares, com expressões de homofobia e demissões por essa causa, como no caso de G-EEFE:

Eu trabalho em recreação em hotel, eu já sofri, em hotel, muita discriminação. De o pai chegar, ver o filho brincando com boneca, e dá para perceber que eu sou gay, e o filho dele estava brincando com uma boneca, ele fez um escândalo no hotel: “o recreador pôs meu filho para brincar de boneca!”. Aí eu era mandado embora do hotel. Em outro hotel aconteceu de estar fazendo exercício, fui corrigir a pessoa, porque precisa da posição, [e falaram] “não encosta em mim!”, numa roda cheia de gente. Ou então uns comentários de “essa coca é fanta” (G-EEFE).

Nas falas de B-FAU e G-EEFE a raça aparece, em uma explicitamente, em outro de modo implícito, como uma marcação que potencializa as chances de sofrer violência, seja na universidade, como demonstrado pela pesquisa do Escritório USP Mulheres, seja no mundo do trabalho, como meus colegas narraram em suas entrevistas.

O outro lugar social marcante em relação ao reconhecimento da orientação sexual é a família. O temor pela rejeição apareceu nas entrevistas como a principal razão para não sair do armário no ambiente familiar e adotar medidas para evitar que os pais descubram. Por exemplo L-FEA conta que comprou um livro sobre a história do movimento LGBT no Brasil em versão *ebook* para não ter que levar o livro físico para casa. Em geral a estratégia é limitar o círculo de pessoas que sabem da orientação sexual, demarcando bem os diferentes ambientes e sendo a USP o ambiente em que todos assumem suas identidades sexualmente dissidentes.

Também relacionado à família, a religião e a política apareceram como fatores importantes que, associados à orientação sexual dos entrevistados, ajudaram a gerar conflitos

³² Referência à consagrada expressão “sair do armário”, ou seja, assumir-se enquanto LGBT.

familiares. Como apresentado na primeira seção deste capítulo, os pais são mais religiosos que os filhos, já que apenas 2 entrevistados declararam-se pertencentes a alguma religião. Os ambientes religiosos têm sido apontados como os mais adversos para pessoas LGBTs (PRADO-CASTRO e GRAHAM, 2017), com pessoas religiosas tendendo a ser menos receptivas a pessoas LGBTs e pessoas sem religião tendendo a ser menos preconceituosas (ARNDT e BRUIN, 2006; HOLLAND et al., 2013). Os filhos de pais evangélicos foram os que mais relataram dificuldades de aceitação no ambiente familiar, como, por exemplo, G-IP: “Eu não sei dizer, tipo, eles vão lidar muito com convenções sociais, tradições, normas postas na Bíblia. Então, se apresentar como um gay é um pecado. Isso que dificulta muito”.

Contrastando com essa dinâmica familiar de dificuldade de aceitação da orientação sexual do filho, a família também apareceu, em alguns casos, como fator fundamental de apoio emocional e psicológico. Esse tópico do suporte familiar me emocionou em diversas entrevistas, justamente devido a minha experiência pessoal, de todo suporte emocional, financeiro e psicológico por parte da minha mãe. Tratando-se de pessoas LGBTs, o apoio da família chegou até a ser mencionado como “privilégio”, devido à possibilidade existente e comum de não aceitação:

Eu não consigo nem imaginar, é muito triste para mim ver quando as pessoas não têm suporte dos pais, porque minha mãe foi a mais incrível do mundo, ela falou coisas do tipo: “nada que você falasse ia mudar o que eu sinto por você, você é minha única filha, isso não significa nada” (B-FMVZ).

O segundo fator familiar, que pode ter relação com a religião ou não, foi a posição política dos pais ou da família ampliada, notadamente em relação ao então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro. Em alguns casos, foram narrados conflitos intrafamiliares, como, por exemplo:

Alguns parentes votaram no Bolsonaro e foi uma decepção muito grande. Minha mãe deu bronca nas tias e primas e ela me contou que falou: “E a minha filha, que é lésbica? Você votou em um cara contra as pessoas LGBTs?”. Só que, sei lá, isso foi uma coisa muito tensa, rolou um racha na minha família (L-FFLCH).

Em outros casos, contudo, o conflito aconteceu diretamente entre pais e filhos:

(...) mas meu pai quase foi [de Bolsonaro], você acredita? Meu pai sempre votou no PT, sempre votou no PT, aí chegou no segundo turno e falou: “ah, mas o PT, não sei o que...”, eu falei: “Quê? Você não vai votar no Bolsonaro, votou a vida inteira no

PT”, aí ele: “Mas o PT...” Eu descasquei um monte, diz ele que não votou.

Minha mãe nem cogitou, mas meu pai pensou. A gente na rua convencendo todo mundo a não votar e chega meu pai um dia antes dizendo que vai votar no Bolsonaro, mas diz ele que não votou. Mas ele ganhou, né? (G-EACH).

Esse embate eleitoral nos leva à leitura dos entrevistados sobre o momento político em que vivemos, caracterizado pelo fortalecimento político e cultural de visões ultraconservadoras, que atacam os ideais democráticos modernos e suas noções fundamentais de direitos individuais e coletivos e, muito especificamente, os conhecimentos produzidos sobre gênero e sexualidade³³. Além dos embates familiares, os entrevistados consideram que o contexto político atual aumentou a insegurança para as pessoas LGBT, dado também apontado pela pesquisa Rede Minha Sampa (2019), apresentada no capítulo 2. Esta mudança de percepção acerca dos espaços seguros circundou diversos espaços sociais, desde os espaços públicos, passando pelos círculos familiares e chegando até a própria universidade. Para essa percepção, de novo, a marcação principal foi ser LGBT, mas com inflexões que variam segundo gênero, raça e classe. É notável como esse discurso do medo foi se tornando mais constante com a proximidade das eleições. Nas entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2018, essa questão nem apareceu, contrastando com as entrevistas realizadas no segundo semestre. No trecho a seguir é possível perceber a insegurança e o medo decorrentes dos discursos legitimados no período eleitoral:

Acho que nem quando eu não era assumido eu sentia tanto medo. Mas nesse segundo semestre foi muito tenso, principalmente depois do primeiro turno eu estava com medo de andar de trem, porque o cara do lado podia ser bolsominion e estar do meu lado e poder fazer qualquer coisa. Depois do primeiro turno foi tenso, conversei com meus amigos e era todo mundo. Era um sentimento, todo mundo inseguro, preparado para brigar e morrer (G-EACH).

Essa sensação de insegurança se materializou, em alguns casos, em associação com a condição de gênero, como mostra o seguinte trecho:

Olha o que aconteceu comigo recentemente, entre o primeiro e o segundo turno, eu e minha namorada estávamos na Paulista, eu estava de shorts, o sinal fechou, passou um táxi e começou a me olhar e olhar muito, mandar beijinho, essas coisas nojentas que os homens fazem. Falei alguma coisa, não lembro o que eu falei, mas falei alguma coisa. Aí ele, puto, começou a gritar: “sua

³³ Ver, por exemplo, <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>

gorda, sua feia, não sei o que, Bolsonaro vai acabar com vocês, viu?”. E eu fiquei, tipo, mano do céu! (B-FMVZ).

Esses relatos de insegurança apareceram nos lugares que muitos leram como seguros, como a Avenida Paulista. B-FAU também narrou insegurança na Rua Augusta. Sua leitura é que a violência tende a aumentar muito, inclusive por parte dos LGBTs, já que, segundo ela, ações violentas levam a reações violentas.

Tem [espaços seguros], mas estão deixando de ser. A Augusta é um deles. A Augusta agora está sendo palco de presença neo nazi, de novo. Eu achei que nos meus 17 anos seria a última vez que eu teria visto isso, mas não foi. (...) E a gente já viu manifestações de ódio, não que nunca existisse, a gente já tava na merda, acontece que agora as coisas estão sendo validadas, isso torna tudo mais perigoso porque agora está tudo bem ser cuzão, está tudo bem ser LGBTfóbico, está tudo bem bater nas pessoas.

Tipo, essa violência eu acho que a tendência agora é crescer, demais. De ambos os lados, porque a gente vai ter uma contra reação com isso também. A gente vai começar a ter postura violenta em relação a isso também, o que é importante, mas ao mesmo tempo vai começar a gerar um ciclo de violência que eu temo bastante, tenho muito medo. Então eu acho que se todos os lugares eram inseguros para a gente, agora eles estão mais. Se antes a gente tinha que tomar cuidado e saber, ter uma leitura de conjuntura de como se posicionar, agora a gente precisa ter mais. Justamente porque existe uma validação da violência (...), mais do que nunca. Essa validação ela sempre existiu, mas eu acho que agora ela está com mais validade do que nunca esteve (...). Então, tipo, sei lá, tirar a gente de diretrizes de direitos humanos é um exemplo muito claro disso.

A percepção geral é de um novo período que se contrapõe ao recente período anterior, caracterizado por mudanças favoráveis à superação de preconceitos e estigmas na sociedade em geral e dentro da universidade, especificamente. Se considerarmos todas as entrevistas elas relatam um longo passado de opressão e repressão, um período recente de mudanças desejáveis e uma atualidade que ameaça diretamente essas conquistas. Essa disputa em torno de visões de mundo amplamente divergentes se expressou também, como seria de se esperar, no interior da USP. Por exemplo, após a eleição de Bolsonaro, criou-se um evento para realizar uma caminhada da vitória no *campus*. A proposta era realizar uma passeata que saísse da Escola Politécnica e caminhasse até a FFLCH, percorrendo uma das principais avenidas da USP, que concentra as faculdades de humanas como a ECA, a FAU e a FFLCH. Em resposta, os grupos de humanas convocaram uma manifestação contra o fascismo em um prédio da FFLCH. Considerando a polarização interna da universidade (CARLOTTO, 2013), estavam se

contrapondo o polo profissional tradicional, representado pela POLI, e o polo científico acadêmico, representado pela FFLCH. O evento no *facebook* de apoio a Bolsonaro ganhou proporções gigantescas, tendo mais de 20 mil confirmados, o que gerou um clima de tensão na administração da universidade, que colocou a Polícia Militar para acompanhar o ato. No final, apareceram cerca de 20 pessoas no ato pró-Bolsonaro, enquanto na FFLCH havia mais de mil pessoas.³⁴

Se esse caso pode servir de exemplo da capacidade de mobilização das forças progressistas no interior da universidade, o cenário contemporâneo é bem mais amplo e complexo e as forças retrógradas vêm atuando incessantemente, mobilizando grandes volumes de recursos de variados tipos, contra todas as expressões dos valores democráticos e visando diretamente o controle da universidade, a proibição das linhas de pesquisa sobre gênero e sexualidade e a repressão a determinados movimentos sociais e políticos em seu interior. Nesse cenário, cabe destacar, na fala de meus colegas, notadamente entre os homens, a percepção de uma nova e imensa ameaça e a disposição de enfrentá-la, isto é, de não ceder ao medo e reafirmar-se em sua alteridade, assumindo os riscos dessa posição em uma situação de contornos trágicos, como expressivamente formulado na frase final da citação acima, de G-EACH: “preparado para brigar e morrer”.

3.4 Explorando duas vivências concretas

Esta seção se propõe a apresentar, de forma exploratória, duas entrevistas realizadas durante a pesquisa, reconstruindo a trajetória e as experiências concretas de dois entrevistados, buscando apreender a historicidade, as relações estruturais, as relações contingentes e os processos de individualidade e subjetividade de cada um, como proposto por Avtar Brah (2006) para a análise interseccional. Dessa forma, pode-se entender cada experiência de vida como simultaneamente individual e coletiva. Neste trabalho, o que interliga todas as experiências é o não enquadramento na heteronorma sexual e ser estudante da USP, o que permite diversas trajetórias e interconexões com outras marcações sociais da diferença, como vem sendo explorado até aqui.

3.4.1 “*Eu tive muita sorte*”

L-FM tem 21 anos, autodeclara-se branca, mulher e lésbica. Ela e sua família são de São Paulo. Seus pais são divorciados: sua mãe, com quem mora atualmente, é formada em

³⁴<https://oglobo.globo.com/brasil/grupos-favor-contrabolsonaro-protestam-na-usp-23196316>

cinema pela FAAP e seu pai é graduado e pós-graduado pela FAU. Uma de suas avós foi advogada e outra formou-se em matemática, um avô era empresário e o outro, artista. A família tem alta renda mensal, para a qual não contribui, dedicando-se exclusivamente aos estudos.

O colégio em que estudou durante o ensino médio é uma escola particular tradicional da zona oeste paulistana, reconhecida pela excelência do ensino. Foi com uma colega dessa escola que L-FM teve sua primeira relação amorosa-afetiva. Conforme relatado, elas não demonstravam seu afeto nos espaços escolares, devido a não aceitação, por parte dos pais da namorada, da sexualidade da filha, mas não por proibições do colégio.

E foi tranquilo na escola também essa relação?

Ela tinha muita vergonha, porque ela tinha muito problema com a família dela, com os pais dela, então a gente não saía tanto em público. Na escola era tipo “estamos namorando”, mas não contava pra ninguém, nada. Não dava beijo, nada. Mas era tranquilo, seria tranquilo também se a gente tivesse beijado. A escola era de boas.

A escola lidava com isso de forma tranquila?

Sim

Existiam outras pessoas LGBTs?

Sim, claro que era minoria. Existia muito mais casal hétero, mas a escola nunca fez nada, nunca comentou nada. Ao menos não que eu soubesse.

No segundo ano do ensino médio, contou sobre sua orientação sexual à mãe e ao padrasto. A reação foi tranquila, manifestada em um convite para almoçar.

Eu tava namorando aí um dia eu falei preciso sair, eu preciso encontrar a Fernanda. Eles viraram e tiraram um sarro: “é sua namorada por acaso?”. Aí eu falei “sim”. Aí eles ficaram, tipo, “tá, chama ela para almoçar”. Aí eu travei: “Tá. Semana que vem” e fui embora. Ou seja, muito tranquilo.

Já sobre o seu pai, ela diz: “não foi eu que contei, porque eu não converso muito com ele, porque sei lá. Nunca foi um problema concreto, mas eu não converso muito com ele porque não tem abertura”. Diante desse contexto familiar, ela optou por assumir-se a sua madrasta, que reagiu de forma tranquila e ficou a responsável de contar ao pai. Não houve reações, nem positivas e nem negativas por parte do pai sobre a orientação sexual da filha, mas também a sexualidade nunca foi um assunto pautado, devido à falta de proximidade entre eles. A postura aberta da família, encarnada na mãe, no padrasto e na madrasta lhe confere conforto emocional, que ela define como “sorte”, em comparação com os amigos que têm conflitos com a família:

Eu tive muita sorte, por exemplo, de meus pais nunca brigarem comigo por nada. Eu tenho pessoas que são tão economicamente privilegiadas como eu, ricas, mesmas escolas, etc em que os pais absolutamente não deixam elas terem qualquer tipo de relacionamento LGBT. Não podem contar pros pais. Isso parece muito difícil, gera um sofrimento muito muito grande. Eu tenho amigos que choram, amigos que foram expulsos de casa.

A partir dessas informações sobre as condições socioeconômicas de L-FM e sobre a forma como sua família a apoia afetivamente é possível apreender sua vivência universitária. Como apresentado na primeira seção deste capítulo, L-FM é a única entrevistada considerada de *classe alta*, expressada não só pela renda, mas também pela alta formação dos pais, dos avós e pelo colégio que estudou. As condições materiais e culturais de sua família lhe conferem um sentimento de segurança que, no entanto, não é o único fator condicionante de sua tranquilidade em relação à orientação sexual, como ela aponta no trecho acima. É justamente a “sorte”, como ela define, de ter um apoio familiar simultaneamente objetivo e subjetivo que faz com que sua orientação sexual, e até mesmo seu gênero, não apareçam como barreiras ou fontes de conflitos:

Eu nunca tive que passar por nenhum grande drama. Nada do que eu sou, lésbica e mulher, nunca foi um obstáculo para nada. Foi sempre tudo bem. As pessoas gritam comigo, me interrompem em reunião, sim, mas nunca me impediu de fazer nada efetivamente, sabe? (...) Dá uma segurança muito grande de saber que, primeiro, eu tenho onde morar, como chegar na faculdade, tenho onde comer, sei que minha mãe tá em casa sempre para eu pedir ajuda, seja por dinheiro, seja para chorar também, qualquer coisa. É uma estrutura muito grande. Sei lá, acho que faz muito toda diferença.

Diante essas condições “privilegiadas”, para usar o termo de alguns entrevistados, L-FM assumiu-se no ensino médio, ingressou na faculdade quase que naturalmente, devido ao capital cultural acumulado, e pode, então, se posicionar em relação às demandas sexuais de uma forma mais política e pública, do que olhando para si mesma em torno de conflitos subjetivos. Isso se expressa, por exemplo, em sua passagem do ensino médio para a faculdade. Ao final do terceiro ano do ensino médio, ela passou em medicina na Unesp, mas, segundo ela, perdeu o prazo da matrícula e fez cursinho por um ano até ingressar na USP pela FUVEST. Namorava, então, uma garota e flertava com ideias libertárias, tendo sido o cursinho para ela apenas uma continuidade da escola para a faculdade, sem muitas alterações de pensamento e comportamento, diferente do que observou em uma amiga:

Eu tenho uma amiga que ela saiu absolutamente tipo de direita, hétero, da escola e no ano de cursinho dela ela percebeu que, na verdade, ela gostava de mulheres, que ela era de esquerda e era militante. Aí eu olho para ela e fico nossa meu ano de cursinho foi só uma pausa, assim. Eu estudava, eu namorava uma menina. Só parei um ano da minha vida e entrei na faculdade quase que se juntasse escola e faculdade ia dar na mesma

Se o cursinho foi uma continuidade, a entrada na universidade trouxe novas perspectivas. L-FM aponta certa transformação em seu modo de pensar ao ingressar na faculdade, não como um rompimento com os valores anteriores, mas, ao contrário, como um aumento de engajamento nas causas que acreditava, pois foi somente na universidade que passou a militar em movimentos políticos e sociais. Durante seu primeiro ano na FM, integrou o grupo feminista, o grupo LGBT e o Mosaico, coletivo de esquerda da escola. No segundo ano formou uma chapa para concorrer ao Centro Acadêmico, chapa formada por estudantes do Mosaico, onde “em um grupo de 15 pessoas, tinha 2 héteros”. A chapa foi eleita, com uma diferença de 14 votos, para ser gestão do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Medicina, o CAOC, seguiu como gestão no segundo ano e, em seu terceiro ano, estava buscando se reeleger mais uma vez. Além desses grupos, ela também compõe o DCE e o coletivo Balaio, de estudantes artistas.

É, inclusive, nesses grupos mais voltados às discussões políticas que ela desenvolve suas relações afetivo-sexuais porque, segundo ela, “a gente [alunos da FM] vive muito juntos, a faculdade dura 24h, a carga horária são 8 horas por dia, mais o almoço. São pelo menos 15 horas por dia na faculdade. E você ficar com alguma pessoa que você passa 15 horas por dia e quando sai ainda vê... dava errado”, o que a fez se relacionar com outras mulheres da militância, “eu não posso dizer que meus beijos no Balaio tem sido poucos (...) Na militância, no mundo militante, a gente tem um pouco mais de conforto, não sei, você sabe que [as pessoas] são mais tranquilas, sabe? Militância é coletiva, pensar e mudar”. Foi nessas reuniões que ela conheceu sua atual namorada.

É, então, por meio dessa dinâmica da militância por pautas de esquerda e a construção de um debate sobre grupos minoritários, que a sexualidade aparece de forma mais conflituosa em sua vivência:

Eu acho que já virou uma pauta minimamente aceita. Tipo, as pessoas existem, por exemplo, existem muitas pessoas aqui na faculdade que são LGBTs e são extremamente de direita, então

essa pauta para de ser polêmica. Claro, para algumas pessoas ela é menos polêmica que o fato de a gente ser de esquerda. Então já é ok. A gente fazer um debate para discutir HIV em homens que fazem sexo com homens, saúde da população lésbica... Isso as pessoas já entenderam que pode. Quando a gente vai discutir porque a universidade tem que ser pública, geralmente eles brigam um pouco mais. [As pautas de sexualidade] a direita também consegue usar. Então eles meio que aceitaram, inclusive na chapa de direita que concorreu com a gente no ano passado, eles priorizavam isso. O site deles era todo de arco íris, bem uma coisa para mostrar que “aprendemos”, só que, claro, um discurso superficial, raso, de que a gente pode acolher todo mundo, só isso (L-FM).

Sua fala sobre a aceitação de pautas de gênero e sexualidade por parte dos estudantes de medicina e a recusa desses estudantes de discussões em torno do papel da universidade pública remete aos diagnósticos contemporâneos acerca do enfraquecimento da crítica política e, portanto, das possibilidades de transformação emancipatória da sociedade, presente no âmbito do debate feminista especialmente na análise de Nancy Fraser (2003). A autora analisa os movimentos políticos contemporâneos classificando suas demandas como de redistribuição, relacionadas, em última instância, às estruturas econômicas, e de reconhecimento, quando voltadas para os problemas culturais. Nesse sentido, as discussões sobre sexualidade, que estariam na área do reconhecimento, vêm sendo legitimadas desde os anos 1990, como já apresentado. Já as discussões em torno da universidade pública, logo, do papel do Estado, estão relacionadas às pautas de redistribuição, que vêm se enfraquecendo nos últimos anos, uma vez que a legitimação das pautas de reconhecimento enfraqueceu as de redistribuição (FRASER, 2003). Desse modo, o principal grupo que aparece como oposição ao seu modo de pensar e ver o mundo são os “gays de direita”, que seriam aqueles que negam discussões de redistribuição, mas se apoiam em pautas de reconhecimento.

Porque existem muitos gays e muitos de direita. Muitos. (...) muitos homens gays estão na Atlética, estão no show que é a instituição trotista escrota da faculdade, que bate em calouros. Tem muitos gays. Eles meio que estão conquistando espaço deles, em parte oprimindo outras pessoas, em parte se pondo acima, mas nessa parte de gay, só por ser gay sem nenhuma reflexão sobre, tem um pouco mais de espaço.

Como apresentado no texto, os “gays de direita” estariam presentes na Atlética, outro espaço dentro da FM que apresentaria pouca receptividade para pessoas LGBTs. Todavia, mesmo nesses espaços, L-FM não deixa de se sentir confortável, de dar a mão para a namorada

e dar beijos, porque, para ela, esses espaços precisam ser ocupados: “é porque não está tudo bem e acho que seria bom se estivesse. É meio nesse sentido”.

L-FM mencionou que não sente abertura para falar sobre si no ambiente de trabalho dentro da medicina, principalmente devido ao seu gênero e a sua sexualidade, “mulher já é muito difícil, eles já não botam mulheres para fazer algumas coisas, porque deve ser menos capaz. Mulher lésbica, então, não vou mandar fazer, não vou...”. Esta foi a única vez em sua entrevista que L-FM reconheceu violências que a afetam de forma mais direta. Nesse sentido, L-FM reconhece algumas violências mais explícitas e socialmente marcadas no curso de medicina, principalmente envolvendo pessoas transexuais, gênero e raça. Quando perguntada sobre a questão trans, ela disse:

Trans é absolutamente impossível. Eu conheço uma menina trans que faz medicina aqui e ela sofre de um jeito inimaginável. Não tenho palavras. De professor chamar ela pelo nome de registro na frente de pacientes. E ela é uma mulher, tem uma fisionomia de mulher, se veste tudo, claramente mulher. O professor faz questão de chamar ela pelo nome de registro na frente dos pacientes. O que é altamente desconfortável. Porque assim, às vezes o paciente é uma pessoa simples, não tem o debate, o paciente se sente desconfortável de um médico, sei lá, enfim. E faz de propósito. É horrível. O que ela vinha chorando para mim depois de todas as aulas práticas, assim, não está escrito. Ou seja, é um ambiente impossível. Ela está agora (...) no quarto ano, e não sei como ela conseguiu.

Já sobre raça e gênero, L-FM apontou como se articulam na reprodução da seleção profissional, revelando o que poderia ser visto como um exame invisível do “currículo oculto” da FM. A imbricação entre essas duas marcações sociais, raça e gênero, podem configurar uma situação desfavorável para as alunas assumirem algumas posições médicas.

Vi [acontecer] com mulheres negras, por exemplo, não serem selecionadas para alguns trabalhos. Ontem mesmo eu tava conversando com minha amiga, ela tava querendo prestar uma residência na Amazônia e eles disseram que efetivamente as únicas pessoas que vão pros postos interessantes são os homens. As mulheres, de jeito nenhum, muito menos as que são negras. Tipo, acontece. De cirurgia também.

Quando perguntada sobre suicídio e desistência no curso, que foi uma pauta presente na faculdade durante o ano de 2017, ela disse que não conhece casos que estejam relacionados a sexualidade, apenas um amigo que desistiu porque não conseguia se manter na cidade e na faculdade. Apesar de não levar a desistência, para ela ser LGBT “tem impacto sim no seu

rendimento, sua qualidade de vida, saúde mental, etc. Mas acho que justamente pelas pessoas terem entrado na Faculdade de Medicina da USP, as pessoas pensam: ‘não é isso que vai me fazer sair daqui’ e continuam batendo na parede até conseguir”.

Outro ponto que apareceu como importante na trajetória de L-FM foi o posicionamento dos professores sobre a abordagem de gênero e sexualidade no currículo, indicando a forma como a vivência de L-FM no que tange à sexualidade se desdobra em debates públicos e/ou institucionais. No período de realização da entrevista, estavam ocorrendo debates para a reformulação da grade disciplinar do curso, nos quais L-FM se engajou para que os tópicos de gênero e sexualidade fossem incorporados à grade curricular.

No curso institucionalmente, a gente tá passando por uma reforma curricular. Então tem muitas reuniões que a gente vai sobre isso. Os outros professores são bem fechados de tipo “a gente sabe o que é melhor, a gente sabe o que o aluno tem que aprender e a gente sabe o que tem que ser discutido”. Aí, nesse ponto, sei lá, questão de saúde de população negligenciada nunca vai ser abordada. E não é por falta de a gente tentar, eu fui em congregação falar, fui em reuniões a gente fez projeto sobre, a gente sabe o porquê tem que ter isso no currículo, mas a gente não consegue fazer os professores entenderem que precisa. Impossível.

Nesse sentido, ela menciona a única vez em que uma identidade LGBT foi reconhecida em sala de aula e como esse reconhecimento simples alegrou toda a semana. “Eu ouvi uma vez, em uma aula, uma professora falando que, tipo, que quando ela vai se referir a parceiros ela falou namorado ou namorada. Foi a única vez e eu fiquei feliz a semana inteira”.

Assim como todos os seus colegas entrevistados nessa pesquisa, L-FM considera a USP mais segura do que a cidade de São Paulo, devido ao seu conhecimento sobre o espaço que está ocupando, por ser reconhecida nesse espaço e saber a quem recorrer em caso de violência. Devido a questão da FM não estar localizada na Cidade Universitária, ela não conseguiu traçar comparações entre sua unidade e outros institutos. Além disso, sua entrevista foi conduzida em abril de 2018, antes da polarização política se acentuar no cenário nacional. Devido a isto, acredito eu, ela não teceu críticas sobre o momento político das eleições, como pontuado de forma mais clara por outras entrevistas realizadas durante ou após o período eleitoral.

O engajamento em movimentos políticos e partidários marca a trajetória universitária de L-FM, pois eles permitiram a formação de redes de amigos semelhantes em posições políticas e orientação sexual. Seu grande engajamento em diferentes grupos, como o CA, DCE,

coletivos LGBT e Feminista, apresenta a universidade como um espaço que fornece mais do que só a formação acadêmica e demonstra a forma como ela conseguiu politizar coletivamente suas pautas individuais. Por um lado, L-FM assumiu-se lésbica antes da universidade, tanto para colegas quanto para os pais, por outro lado, foi na universidade que associou as experiências afetivo-sexuais à luta política.

3.4.2 *Um outro mundo*

S-IB tem 23 anos, se autodeclara uma pessoa negra, quando perguntado sobre seu gênero disse estar em “desconstrução e reconstrução” e quanto a sua orientação sexual disse ser “preferencialmente homens”. S-IB nasceu e cresceu no interior do Estado de São Paulo, em uma cidade próxima à divisa com Minas Gerais, onde morou até ingressar na USP em 2014. Atualmente, é morador do Conjunto Residencial da USP, possui uma bolsa de monitoria de R\$400,00, com o que se sustenta sozinho, pois não recebe ajuda familiar. Segundo sua entrevista, possui dois pais e duas mães, o primeiro casal, ora referido como pai e mãe e ora referido como avô e avó, foi responsável por sua criação. Já o segundo casal, seus pais biológicos, é divorciado. A mãe é lésbica e vive com a esposa; sobre o pai, S-IB contou que não tem boa relação com ele, principalmente depois das eleições de 2018. A pessoa de seu núcleo familiar com maior escolaridade é o pai, que possui ensino médio completo, enquanto o casal a que chama de avós e a mãe biológica possuem fundamental incompleto. S-IB relatou que a religião de sua família é evangélica e declarou-se sem religião.

Durante sua trajetória escolar, S-IB sempre frequentou escolas públicas. No terceiro ano do ensino médio ingressou no Centro Paula Souza em São José do Rio Preto (ETEC), para onde ia e de onde voltava todo dia, levando cerca de uma hora para cada parte do trajeto. Cursou, ainda, um ano do cursinho popular da Unesp em São José do Rio Preto. Em 2014, ingressou na USP para estudar biociências no período integral, mas logo mudou para o noturno. Durante seu primeiro ano de graduação morou no alojamento da universidade, onde os alunos de baixa renda podem ficar até ser liberada, ou não, a vaga da residência estudantil. S-IB não conseguiu a vaga ao final do primeiro ano e por isso mudou-se para a favela do Jaguaré, próxima ao portão 2 da universidade, junto com outra colega, também da biociências. Durante o terceiro ano conseguiu uma vaga na residência estudantil, onde vive até hoje e onde construiu laços de amizade importantes em sua trajetória.

Segundo sua entrevista, S-IB teve uma criação religiosa, tendo feito parte da igreja de diferentes formas, tendo inclusive ensinado outros jovens dentro da igreja. Essa vivência no

meio religioso foi algo marcado como importante em sua entrevista, não só pela questão da sexualidade, mas também pelos fortes dogmas que precisava seguir e passou a questionar:

Todo aquele processo de ser de uma família... fui criado por pais muito religiosos né, também batizei, essas coisas todas. Aí demorou para aceitar esse tipo de sexualidade perversa, na visão deles. Dentro da universidade eu fui tentando, eu sempre soube que eu não era muito próximo da masculinidade, aí, aqui, eu comecei a tentar criticar isso e tentar desconstruir ainda mais, sabendo que, apesar de tudo, ainda fui criado como homem (...) Eles são da congregação, os meus pais adotivos, da congregação cristã. Fui batizado, fui músico na igreja, fui auxiliar de jovens. Foi difícil de sair. A crise inicial não foi nem com sexualidade, a crise geral de ler a bíblia, a doutrinação e acabar pensando diferente, querer argumentar alguma coisa e não ser permitido isso.

Conforme relatado, suas mães aceitaram de forma razoável o seu não enquadramento na heterossexualidade. Quando se assumiu para a mãe de criação, ela teria respondido: “A gente sempre soube do problema, mas você não precisava falar” e o aconselhou a não falar nada para o pai. Já sobre sua mãe lésbica, ela mesmo perguntou sobre a sexualidade do filho, quando S-IB resolveu abandonar a religião. S-IB reconhece que ter uma mãe homossexual poderia ser algo que tornaria sua vivência e entendimento mais fácil, mas, diz, “não foi o caso”.

Durante seu período escolar, em que frequentou apenas escola pública, S-IB disse que não possuía muitos amigos e que sempre teve que lidar com algumas questões de *bullying* de colegas, por não performar a masculinidade, tendo sido chamado de gay desde a segunda série. Ao entrar no técnico em mecânica passou a conviver com mais homens e seus amigos dessa época, consoante sua entrevista, eram metalheiros. No terceiro ano, quando se mudou para o ensino médio regular da ETEC, não fez amigos porque os grupos já estavam formados desde o primeiro ano. Contudo, foi na ETEC que teve contato com pessoas LGBTs de sua idade. Segundo seu relato, ao contar para uma conhecida que havia ingressado na ETEC, ela disse: “Agora você vai virar viado, porque você entrou no Philadelpho³⁵”. Complementando a frase, S-IB disse: “Aí não foi naquele ano, mas foi um pouco depois”.

Após o fim da ETEC, cursou um ano do cursinho popular da UNESP oferecido pela unidade de Ribeirão Preto. Segundo a entrevista que concedeu, existiam umas 3 pessoas LGBTs, com quem não teve muita proximidade, mas lembra de um momento de reconhecimento mútuo, quando tocou uma música conhecida nos círculos LGBT, “*Let’s have*

³⁵ Referência ao nome da ETEC, denominada de Philadelpho Gouvêa Netto.

a kiki”, das *Scissors Sisters*, e eles foram as pessoas que souberam cantar. Para S-IB, o fato de sair de uma cidade pequena e ir para um polo da região, que é São José do Rio Preto, já permitiu que houvesse uma percepção de maior abertura à diversidade, “Quando eu fui para [São José do] Rio Preto, que era uma cidade maior, eu comecei a ter uma amplificação das visões. E a universidade foi... aqui eu conheci um monte de bicha, um monte de travesti”. Seu relato aponta que foi no cursinho que S-IB soube da USP e decidiu prestar o vestibular da Fuvest para estudar em São Paulo. Ainda na época do cursinho, S-IB diz ter cursado o que chamou de “escola da viadagem” no *twitter*, onde aprendeu sobre a cultura LGBT e passou a ter como ídolos Madonna e Lady Gaga, além de dialogar com diferentes fãs de séries como *Doctor Who* e *Grey’s Anatomy*. S-IB demonstrou ser familiarizado com as redes sociais, mas não usa a Internet e as redes para se relacionar afetivo-sexualmente, no máximo beija alguém que conhece pelo contato no *Instagram*.

Em 2014, S-IB entrou na USP para cursar Ciências Biológicas em período integral, posteriormente passando para o curso noturno. Segundo sua entrevista, seus dois primeiros anos foram centrados no curso, onde usava todo seu tempo estudando e dormindo, devido às condições socioeconômicas, já que não havia conseguido uma vaga para a moradia estudantil. O que veio a se alterar no terceiro ano, justamente quando a vaga foi concedida. Indagando sobre os fatores que o atraíam na grande metrópole, eu me referi a oportunidades de trabalho. Em sua resposta, S-IB ignorou a questão do emprego, revelando a importância que confere a um ambiente cultural mais aberto:

Mas você queria por oportunidade de trabalho? De emprego?

De pensamento.

Em geral?

O acesso que uma cidade grande pode dar é enorme, culturalmente, intelectualmente, então eu não vim para a universidade com o foco em trabalho, tanto que não vou trabalhar, eu vou ficar na academia, vivendo de bolsas para o resto da vida.

Reconheço em S-IB algo da minha atração difusa pela USP, que revelei na Introdução, para situar a gênese desta pesquisa. A universidade pública, gratuita e de reconhecida qualidade intelectual na grande metrópole aparece, no horizonte projetado para o futuro, como um outro mundo, mundo do pensamento e da liberdade, tolerante e mesmo acolhedor para expressões de gênero e sexualidade não normativas, e o trabalho científico e intelectual como um refúgio do

“mercado de trabalho” no setor privado. A identificação em torno desse idealismo em relação à universidade certamente contribuiu para que eu reagisse imediatamente à fala citada acima, dizendo: “mas isso tudo vai acabar!”. S-IB concordou e nós dois rimos juntos, nervosamente. Trata-se de um pequenino exemplo do impacto da atual desmontagem do sistema universitário e científico nacional na visão de futuro de estudantes pobres como nós.

Coerentemente com essa perspectiva geral, S-IB considera que a USP é um lugar mais aberto para ser LGBT do que na cidade de São Paulo e também, é claro, em comparação com as cidades do interior em que viveu e estudou. “Aqui dentro da USP eu sei que estou dentro de um outro mundo, eu morando aqui, quatro anos que eu moro aqui... eu ando pela noite tranquilo, sozinho. Se eu vou para a festa, eu volto sozinho, (...) eu saio da Biologia onze horas da noite e desço sozinho”.

Algo bastante marcado na entrevista de S-IB é a narrativa de sua experiência na universidade em termos de sua raça e sua classe. Segundo S-IB, na Biologia os grupos de amigos, chamados “panelinhas”, se formam muito rápido e se fecham. S-IB encontrou sua “panelinha” entre as pessoas pobres do curso

Aí é isso, eu tinha meu grupo de pessoas que eu ficava mais junto, que, por coincidência, eram as pessoas pobres. Tinham as pessoas brancas, mas a maior parte, todos, eram pobres. Aquele sentimento de estranhamento com o público geral do curso e tal.

Tanto que assim que eu pude escolher minhas disciplinas, no primeiro ano de optativa, eu fiz tudo fora da Biologia porque eu não suportava mais o público da Biologia. Hoje em dia eu volto, vou ser biólogo mesmo, porque eu gostei mesmo. (...) Com o tempo eu fui percebendo porque eu me sentia estranho dentro da Biologia.

Houve um estranhamento muito grande de sua parte por ser negro em meio a tantas pessoas brancas no Instituto de Biociências, o que lhe trouxe um sentimento de não pertencimento, mesmo entre os LGBTs, que descreve como GGGs e consumistas. Para S-IB o IB é, sim, amigável para pessoas LGBTs, mas nem tanto para LGBTs negros e pobres:

E por que você se sentia estranha?

Por ser uma pessoa negra na faculdade, por estar me reconhecendo como LGBT e tals e a maior parte da Biologia são pessoas brancas e ricas (...) era sempre aquela coisa assim dos grupos que tinham mais dinheiro, de poder viajar, comprar as coisas e tal. De entrar na universidade e ter um carro gigantesco. (...)

Nem no coletivo LGBT eu me sinto confortável, porque, querendo ou não, (...) tem umas bichas que são horrorosas de ridículas mesmo, não de ser feia, de ser pessoa ruim, umas bichas estranhas. As minhas amigas do CRUSP iam falar assim: “as bicha branca”, porque a gente tem algumas diferenças mesmo.

O público LGBT é no geral GGGG, então o coletivo da Biologia é GGGG e é aquele GGGG consumista, de parada gay, GGGG de balada gay, essas coisas assim. As bichas do CRUSP não são essas bichas consumistas, que está dentro da cultura LGBT+.

Mudar-se para o CRUSP fez com que S-IB construísse novos laços, principalmente com pessoas LGBTs negras, que eram, principalmente, estudantes da FFLCH. A partir deste ciclo de amigos, S-IB começou a conhecer festas fora do espaço universitário, voltadas para pessoas negras e pobres, como por exemplo a Batekoo³⁶ e a Chernobyl. Foi então em seu terceiro ano, quando mudou-se para o CRUSP e fez esse grupo de amigos, que teve sua primeira experiência sexual.

Aí eu fui me achando mais bonito, fui também desenvolvendo uma atração mais afrocentrada, porque eu, aqui, a educação que eu tive na escola foi ter atração por pessoas brancas, depois a minha educação sexual foi por pornografia, por pornografia branca. Então quando eu entrei na universidade também, a Biologia era pintada de branco. Eu não tinha o *sexy appel* das pessoas que eram os que os LGBTs da Bio iam atrás, então lá dentro da Biologia eu tive poucas interações. Tanto que eu fui ter uma relação sexual depois de eu ter parado de frequentar a Biologia e frequentar outras coisas fora, a partir do terceiro ano. Aí é muito recente a aceitação.

Segundo seu relato, seus primeiros beijos aconteceram na universidade, em uma festa do IB em que beijou meninos e meninas, desinibido pelo efeito do álcool:

Eu me libertei nas festas da Biologia, mas para me libertar, foi aqui que eu comecei a beber, nas festas da Biologia, nos primeiros anos eu bebia muito e eu não sabia beber, então eu passava muito mal também. Foi lá que eu aprendi a beber. (...) Hoje sou um bebedor, bebo pra caralho e não caio.

³⁶ A Batekoo é uma festa que surgiu em Salvador e espalhou-se para outras capitais do Brasil como um movimento que busca celebrar corpos pretos e LGBTQIA+, realizando diversos eventos e festas com preços acessíveis, em que um ingresso custa, quase sempre, em torno de R\$10,00 e tem entrada grátis para pessoas Transexuais. Eles se definem como “um movimento que se expressa através da dança, da música, da pele preta, suor, da liberdade corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana”. A festa Chernobyl segue a mesma lógica de público e preços, em que se descrevem em suas páginas de redes sociais como “um coletivo de bixas degeneras, periféricas, que correm do patriarcado e atacam com som e performance”.

Ao descrever sua prática de consumo de álcool S-IB a distingue claramente de outra modalidade de beber, condicionada pela posição de classe: “Eu bebo cachaça porque eu não tenho dinheiro para gastar com cerveja. É *shot*, Duelo, nesse nível que eu tô”. Duelo é uma marca de cachaça que custa cerca de R\$ 3,00 por 500 ml, mesmo preço da latinha de cerveja de 350 ml em uma festa universitária. Com teor alcoólico muito menor do que a cachaça, a cerveja exige a ingestão de maiores quantidades de bebida para sentir os efeitos do embriagamento, tornando o consumo mais caro. Vê-se, assim, como os mesmos tipos de práticas variam bastante segundo as condições específicas.

Ao discorrer sobre sua escola, S-IB se pauta por uma polarização de gênero para distinguir as áreas disciplinares, afirmando que a Zoologia é masculina, é nela que estão os professores que gostam de fazer “piadinhas de gênero e sexualidade”, já a Botânica é feminina, “todas as bichas que conheço são da Botânica”. Estando sua área de estudo na “interface” das duas áreas, essa polarização molda suas interações com possíveis orientadores. S-IB tentou falar com um professor para orientá-lo, mas nunca obteve resposta, por mais que vários outros colegas tivessem conseguido fazer iniciação científica com ele. Desde então, houve um afastamento dos “professores machos”:

Eu não vou atrás de professor homem, eu não tenho isso. Todas as professoras orientadoras que eu tive eram mulheres. (...) Sempre mulheres, o professor que eu gostava da área não me dava abertura, então, [com] os professores mais velhos, eu não me sinto confortável. Já é *a priori*, já excluí esse tipo de relação com professor macho.

Atualmente S-IB gosta muito de sua orientadora, porque ela lhe dá liberdade de pensamento, que antes não tinha e, também, porque para S-IB ela integra um núcleo mais politizado dentro do Instituto. Sobre o corpo docente como um todo, S-IB considera que há relativa paridade de gênero, mas não de raça, pois há apenas uma professora negra.

Ao abordar sua experiência na sala de aula, S-IB reconhece problemas, que se manifestam da “forma sutil” característica da USP. Não possuindo a “cultura da participação”, não falava nas aulas nos primeiros anos, mas quando começou a fazê-lo, nas disciplinas optativas, percebeu obstáculos para “se fazer entender” e “ser escutado”, sem ser interrompido. Esta seria, então, uma forma sutil de preconceito que enfrenta na universidade, “aqui tem um jeitinho especial do intelectual de ser racista e classista, que é por baixo dos panos”.

Já no âmbito do corpo discente, S-IB traça uma distinção entre o grupo da Atlética, formado por pessoas ricas, “heteros topzeiras” e “patricinhas”, em oposição ao grupo “voltado ao social”, o grupo de extensão Estação Biologia (EB), composto por pessoas que “valorizam isso”, o social, e “vivem por isso”. Apesar do caráter “social” e de ter muitos amigos no EB, S-IB não se sentiu à vontade para integrar o grupo. Do mesmo modo situa o movimento estudantil, dizendo que nunca se sentiu bem-vindo no Centro Acadêmico do seu curso. Quando perguntei sobre a atuação de vertentes partidárias no movimento estudantil de sua escola, S-IB respondeu que “esses conflitos de partido é mais na FFLCH, não tem lá [na Bio], não”. Sua experiência de participação política mais direta na universidade começou em 2016, quando surgiu um coletivo negro na unidade, ao qual S-IB se integrou e ajuda a compor desde então, junto com outras três pessoas.

Como um todo, sua trajetória no espaço universitário é marcada por suas posições de classe e racial. Como vimos, isso se manifesta em seu sentimento de não pertencimento ao alunado do Instituto de Biologia, composto de diversos “heteros topzeiras” e “patricinhas”, mas também de não identificação com os grupos LGBTs universitários, em relação aos quais também aponta a diferenciação de um estilo de vida “dos ricos” e das “bichas brancas”, em oposição às “bichas pretas”. Assim, seu ciclo de amizade foi fortalecido quando conseguiu ingressar no CRUSP e ali encontrar outras pessoas semelhantes em raça e classe, que estudavam principalmente na FFLCH. Nesse sentido, sua narrativa diferencia os espaços do CRUSP e da FFLCH, como mais receptivos a pessoas LGBTs pobres e negras, e o IB, como mais elitizado e branco.

Sobre a orientação sexual de S-IB, a universidade foi o lugar da ressignificação e aceitação de sua sexualidade, dos primeiros contatos sexuais e das primeiras relações afetivo-sexuais. Esse espaço permitiu o questionamento dos padrões de gênero e das identidades sexuais fixas, possibilitando sua reivindicação como uma pessoa que tem seu gênero em “construção e reconstrução”. Foi, também, nos espaços universitários, na medida em que possibilitaram o estabelecimento de laços de companheirismo e amizade com outras pessoas negras, que ele pode questionar o padrão estético dominante e alterar o seu olhar sobre o que considera bonito e atraente.

Finalmente é preciso registrar o impacto da conjuntura política nacional nessa trajetória de descobertas e explorações. Ao falar sobre isso, S-IB tematiza o aumento do medo, que aperta o peito quando anda pelas ruas da cidade:

A gente, sim, às vezes anda com medo na rua, como se houvesse algo no peito, principalmente recentemente está mais forte isso mesmo. Mas não quero deixar o medo me consumir não. (...) Eu prefiro não me por essa barreira do medo para andar no centro, eu sei que muita gente não vai para o centro porque vê o centro como um campo de guerra. Eu não quero ver isso e eu vou para a rua, eu tenho que tá na rua, tenho que ocupar a rua. Mas realmente lá é onde estão andando, onde os fascistas andam para tentar pegar as pessoas. É onde acontece, mas sei lá. Eu prefiro não... se eu vou para a rua de São Paulo, não vou sozinho.

Vemos aqui outra vez, como já comentado ao final do item 3.3. deste capítulo, a mesma sensação de medo diante da ascensão do neoconservadorismo, mas também a mesma recusa de ceder ao medo, referidas em diversas falas dos entrevistados e, marcadamente, entre os homens que participaram da pesquisa. No caso específico de S-IB, o enfrentamento se dá na ocupação dos espaços públicos, evitando ir sozinho devido aos riscos que isso pode envolver.

Consideração Final

A ideia inicial desta pesquisa nasceu da minha expectativa, enquanto aluno do ensino médio, de que, ao ingressar na universidade, encontraria um ambiente mais respeitoso às pessoas LGBTQs. Foi da minha experiência pessoal que surgiu o questionamento sobre se essa minha impressão inicial seria compartilhada por outras pessoas de sexualidade não normativa. Durante a realização da pesquisa, a interseccionalidade apareceu como a abordagem teórico-metodológica mais adequada ao objeto, uma vez que as narrativas dos meus colegas se apresentavam perpassadas por diferentes marcações sociais da diferença, tornando necessário compreender tanto as experiências individuais e coletivas quanto os processos estruturais que moldam as relações de poder (BRAH, 2006).

Apesar de me basear nos estudos de gênero, minha pesquisa não se propôs a debater o que constitui a sexualidade em si, como as investigações que utilizam argumentos psicanalíticos e que buscam apreender a sexualidade em sua especificidade de fenômeno “compulsivo, incontigente e incurável” (LAURETIS, 2019, p. 401). Tampouco buscou entender a sexualidade como uma “tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função da distribuição assimétrica de poder entre os gêneros” (PRECIADO, 2019, p. 415). Em direção diversa, marcada pela perspectiva sociológica, esta pesquisa buscou compreender a orientação sexual como um importante marcador na conformação de relações sociais durante o processo de vivência universitária, atentando para o modo como essa marcação da sexualidade contribui para o entendimento das vivências concretas de estudantes LGBTQs da USP.

Nesse sentido, busquei, em um primeiro momento, entender a especificidade da instituição universitária moderna, que incorporou duas funções antagônicas entre si: reprodução social e produção do conhecimento. Foi por meio dos valores históricos do desenvolvimento do conhecimento científico que a universidade ganhou autonomia relativa, para que não houvesse em seu interior a prevalência de valores políticos, religiosos e econômicos, criando um espaço de relativa autonomia da razão. Isso permitiu à ciência exercitar a reflexividade em relação às suas próprias práticas. Esses valores ganharam novos modelos de funcionamento a partir do processo de internacionalização das universidades e do entendimento da ciência como um motor para o desenvolvimento social, incorporando às funções da universidade a responsabilidade social. Assim, no entrelaçamento de uma nova função institucional e do olhar crítico sobre seu funcionamento, a academia pode enxergar seu caráter elitista, algo também apontado pelos movimentos sociais, o que acabou permitindo o

desenvolvimento de projetos visando a democratização do ensino e da pesquisa, primeiro no que tange à classe social e, posteriormente, a raça, gênero e orientação sexual. Desde os anos 1990, por meio de discussões em espaços transnacionais de definição de políticas, notadamente as conferências da ONU, é formulada e legitimada a noção de “direitos sexuais”, contribuindo para a proliferação de estudos na área de gênero e sexualidade. Alguns destes trabalhos foram apresentados no capítulo 1, já que suas diferentes perspectivas ajudaram a guiar a construção do objeto desta pesquisa.

Como a bibliografia aponta, um aspecto importante para o bem-estar de alunos LGBTs das universidades é a sua localização espacial, temporal e social. Nesse sentido, a cidade de São Paulo apareceu como cenário expressivo, por apresentar diferentes modos específicos de socialização para os grupos LGBTs, independente de raça, classe e gênero, mas com divisões de locais e atividades a partir desses marcadores. Isso porque, para pessoas do interior, como eu e alguns entrevistados, a cidade oferece diversos serviços e mercados voltados para pessoas LGBTs, o que é difícil de se encontrar de modo semelhante em outras localidades do país.

Como manifestado por muitos entrevistados, o preconceito e a violência estão presentes no cotidiano da universidade. Ambientes e cursos com a presença de muitos homens brancos, heterossexuais e ricos foram lidos como hostis para pessoas LGBTs. No caso da USP, esses espaços foram representados sobretudo pela Escola Politécnica e pela Faculdade de Economia e Administração, apontadas como as unidades menos receptivas para os entrevistados, enquanto a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas e a Escolas de Comunicação e Artes foram constantemente apresentadas como as mais receptivas. Essa polarização aponta para outras já existentes entre essas escolas: o *polo profissional tradicional* e o *polo científico acadêmico* (CARLOTTO, 2013).

Os relatos também indicaram um período de maior receptividades às pessoas LGBTs na universidade, a partir de 2012 – ano que o primeiro entrevistado ingressou na USP – , em que os trotes passaram a ser questionados, os coletivos foram criados, as pautas começaram a ser abordadas e debatidas em diferentes espaços universitários, permitindo que os estudantes se sentissem melhores recebidos por esse ambiente.

Analisando as entrevistas, foi possível perceber a imbricação de raça e classe como fatores importantes na produção de experiências distintas, de modo que aquelas pessoas que se declararam negras e pobres tiveram suas experiências construídas principalmente por meio dessas marcações, apontadas em seus discursos como inflexões de dificuldade, enquanto a marcação média dos alunos da USP (classe média branca) foi classificada como privilégio.

Ser lido socialmente como mulher também apareceu como algo importante nas experiências universitárias. A violência de gênero foi a mais tematizada em todos os relatos, de mulheres assim como dos homens, o que confirma que, se nos espaços da universidade a violência de gênero é reproduzida, também nesse espaço tem sido nomeada e questionada.

Apesar de experiências divergentes, houve um consenso de que o espaço universitário da USP é mais aberto para experiências LGBs, em relação a outros ambientes como a família, o trabalho, espaços religiosos e o espaço público da cidade de São Paulo em geral. Para essa percepção contribuem variados fatores, que vão de medidas institucionais aos estudos acadêmicos, passando por organização de eventos, presença de núcleos de pesquisa sobre gênero e sexualidade, presença dos movimentos sociais e do movimento estudantil, a construção de vínculos de companheirismo e de amizade e pela possibilidade de vivência da sexualidade e experimentação das primeiras relações afetivo-sexuais.

Não foi somente a universidade que apareceu como um espaço de maior abertura, os entrevistados puderam questionar a normatividade de gênero e raça desde a adolescência, quando cursavam o ensino médio em ETECs ou estudavam em cursinhos pré-vestibular. Nesses espaços também havia a presença de outros estudantes LGBTs e de algumas discussões voltadas à temática de gênero e sexualidade. Além disso, os movimentos sociais, ou alguma pessoa ligada a algum movimento social – na maioria dos casos, uma professora –, apareceram como figuras importantes na trajetória de questionamento das normas sociais de gênero, raça e sexualidade.

A pesquisa também apontou para algumas relações sociais que precisam ser melhor exploradas por outros estudos. Uma delas estaria se aproximando dos estudos de sexualidade mencionados no começo desta seção e teria que atentar para o processo de socialização da sexualidade masculina e feminina, considerando a importância da pornografia para a socialização sexual na adolescência. De modo similar, o estudo apontou que é necessário investigar melhor o uso de aplicativos de relacionamentos entre as pessoas LGBTs, tendo indicado que essa prática parece ter cunho sexual muito maior para os homens do que para as mulheres. Outras pesquisas poderiam ser realizadas com foco nas relações entre as pessoas LGBs e suas famílias, religiões e trabalho, possibilitando comparações mais aprofundadas com o ambiente universitário. A existência de estudos similares a este também seria importante para se traçar melhores comparações entre as universidades, situando-as em relação às dinâmicas sociais nas quais estão envolvidas.

Finalmente registro, nesta breve síntese dos resultados e perspectivas abertas por este estudo, o momento político capturado nesta pesquisa, marcado pelo medo de um possível

retrocesso das recentes conquistas em torno de pautas LGBTs no país. A ascensão do neoconservadorismo, principalmente a partir da eleição de 2018, tem modificado o cenário de ganho de legitimidade das pautas de gênero e sexualidade, apontando para uma forte disputa em torno destas questões. A ascensão de discursos contrários às pessoas LGBTs trouxe consequências diretas para a vida dos entrevistados: tensões familiares e mudanças na percepção de espaços da cidade considerados amigáveis e que começam a ser palco de manifestações violentas de intolerância, como, por exemplo, a Avenida Paulista. Além disso, outro foco do grupo político neoconservador tem sido o constante ataque à autonomia universitária e o desenvolvimento das ciências, principalmente das ciências humanas, no país. Sem a autonomia relativa da instituição universitária, fundada na reflexividade crítica da razão, não existiriam as linhas acadêmicas de pesquisa em gênero e sexualidade, no âmbito das quais se insere esta minha dissertação, que se encerra em momento de profunda incerteza quanto ao futuro da universidade, de sua abertura às pautas de gênero e sexualidade e, portanto, das possibilidades de vivência universitária que se abrirão para futuras gerações de estudantes de orientação sexual diversa em relação ao padrão heterossexual dominante.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Julião Gonçalves. Lutas por reconhecimento, respeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Teoria & Sociedade*, n.21, p. 229-262, 2013.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO. Alunos de Graduação distribuídos pela unidade e curso. Disponível em <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle#>> acessado em 13/07/2019.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita; CARDOSO, Iuri. Os programas de inclusão social nas universidades públicas estaduais paulistas: INCLUSP, PAAIS e cursinhos pré-vestibulares gratuitos. In: Anais 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu -MG, 2015.
- APPLE, Michael Whitman. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARNDT, Marlene; BRUIN, Gideon de. Attitudes toward lesbians and gay men: relations with gender, race and religion among university students. *Psychology in Society*, v. 33, p.16-30, 2006.
- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge (org). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015. p.102-22.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-76, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial Ltda, 1989.
- _____. *O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. Reprodução cultural e reprodução social. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 295-336.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. Meramente Cultural. *Ideias*, n.7 p.227-48, 2017.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitas semper reformanda? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. (Doutorado em Sociologia), São Paulo: USP, 2013.
- CARLOTTO, Maria Caraméz; GARCIA, Sylvia Gemignani. Novos saberes, novas hierarquias: disputas contemporâneas em torno da profissão acadêmica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 2-19, 2018.

- CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Revista *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 131-47, 2010.
- CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 47, p. 445-82, 2016.
- CORREA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz; JANUZZI, Paulo de Martino. Direitos e saúde sexual reprodutiva: marco teórico conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENHAGI, Suzana (org.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. UNFPA. p. 27-62, 2006.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ELLIS, Sonja. Diversity and inclusivity at university: a survey of the the experiences of lesbian, gay, bisexual and trans (LGBT) students in the UK. *Higher Education*, v. 57, p. 723-39, 2008.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, v. 44, n. 1, p.161-93, 2013.
- FACCHINI, Regina.; BRAZ, Camilo; FRANÇA, Isadora Lins. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. *Cadernos Pagu*, v. 42, p. 99-131, 2014.
- FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017. p. 283-358.
- FRASER, Nancy. Social Justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A political- philosophical exchange*. New York: Verso, 2003.
- FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Unicamp, 2017.
- GARCIA, Sylvia Gemignani; CARLOTTO, Maria Caraméz. Tensões e contradições do conceito de organização aplicado à universidade: o caso da criação da USP-Leste. *Avaliação*, v. 18, n. 3, p.657-684, 2013.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Inovação acadêmica: a produção contemporânea da terceira “missão universitária”. In: *Ciclo de palestras do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino*. São Paulo: USP, 2014a.

- GARCIA, Sylvia Gemignani. Sobre os obstáculos sociais ao desenvolvimento da razão. *Scientiae Studia*, v. 2, n.4, p.751-6-, 2014b.
- GARVEY, Jason C.; MAUREEN, Sanders.; FLINT, Maureen. Generational perceptions of campus climate among LGBTQ undergraduates. *Journal of College Student Development*, v. 58, n. 6. p. 795-817, 2017.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de raça e classe. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2016.
- HOLLAND, Laurel; MATTHEWS, Todd; SCHOTT, Melinda. “That’s so gay!” exploring college student’s attitudes towards the LGBT population. *Journal of Homosexuality*, v. 60, n. 4, p. 575-95, 2013.
- KANT, Immanuel. *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993 [1794].
- LAMAR, Lisa; KITE, Mary. E. Sex differences in attitudes towards gay men and lesbians: A multi-dimensional perspective. *Journal of Sex Research*, v. 35, p.189 – 196, 1998.
- LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 397-409.
- LIMA, Stephanie. As bi, as gays, as trava, as sapatão tão tudo organizada para fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). (Mestrado em Saúde Coletiva) Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- LIMONGI, Fernando. et al. *Acesso a Universidade de São Paulo: atributos socioeconômicos dos excluídos e dos ingressantes no exame vestibular*. NUPES/USP, 2002.
- MATOS, Zainne Lima. Disciplinas de graduação: as questões de gênero e da mulher na USP. Escritório USP Mulheres, 2016. Disponível em: <<http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2016/10/Disciplinas-de-Graduac%cc%a7a%cc%83o-Asquesto%cc%83es-de-ge%cc%82nero-e-da-mulher-na-USP-.pdf>> acessado em 13/07/2019.
- MISKOLCI, Richard. "Discreto e fora do meio". Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 61-90, 2015.
- MUNYUKI, Chipso; VINCENT, Louise. ‘It’s tough being gay’: gay, lesbian and bisexual students’ experiences of being at home in south african university residence life. *South African Journal of Higher Education*, v. 31, n. 4 p. 14-33, 2017.
- NAIDU, Maheshvari.; MUTUMBARA, Victoria. Questioning heteronormative higher education spaces: experiences of lesbian women at a south african university. *South Africa Journal of Higher Education*, v. 31, n. 4, p.34-52, 2017.

- NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; MACHADO, Frederico Viana; ZENEVICH, Leticia. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria & Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 179-200, 2013.
- OLIVEIRA, Kristopher A. The effect of LGBT resources centers on student success and engagement. *Saint Claude: Culminating Projects in Higher Education Administration*, 2017.
- ONU. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. 1998. Disponível em:
<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>
Acessado em 25/06/2019.
- PAUGAM, Serge. Afastar-se das pré-noções. In: _____. *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 14-32.
- PRADO-CASTRO, Daniela Maria. GRAHAM, Tanya Monique. Constructing our identities: identity expression amongst lesbian women attending university. *South African Journal of Higher Education*, v. 31, n. 4, p. 94-111, 2017.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima Rocha. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia. *Bagoas*, v. 3, n. 4, p. 209-32, 2009.
- PRECIADO, Paul. O que é contrassexualidade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 411-19.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. Viver em São Paulo: Diversidade. Job 18/0071, 2018. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/viver_em_sp_diversidade_apresentacao.pdf> Acessado em 28/06/2019.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. Viver em São Paulo: direitos LGBTQI+. Job 19/169, 2019. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Pesquisa_ViverEmSP_Direitos_LGBTQI_2019.pdf> Acessado em 28/06/2019.
- RENN, Kristen A. LGBT and queer research in higher education: The state and status of the field. *Educational Researcher*, v. 39, n. 2, p.132-41, 2010.
- ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos – o estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO,

- Nadir (Org.). *Família e escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 99-123.
- RUBIN, Gayle. Tráfico de mulheres: notas sobre uma política econômica do sexo. In: DIAS, Jamille Ribeiro (org.). *Gayle Rubin: políticas do sexo*. São Paulo: UBU Editora, 2017. p. 63-128.
- SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópio de gênero: gênero e interseccionalidade nas dinâmicas sociais. *Mediações.Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018. p. 49-80.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Teorias do currículo: o que é isto? In: _____. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 11-36.
- SILVA, Viviane Angélica. Cores da tradição: uma história do debate racial na Universidade de São Paulo (USP) e a configuração racial do seu corpo docente. (Doutorado em Sociologia da Educação). São Paulo: USP, 2015.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando corpo e violência: a invenção da "violência doméstica" em Timor-Leste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, p.133-45, 2006.
- SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; PASSADOR, Luiz Henrique; FACCHINI, Regina. Desire, hierarchy, and agency: youth, homosexuality, and difference markers in São Paulo. *Sexuality Research & Social Policy*, v. 7, p. 252-69, 2010.
- SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, v. 42, p. 75-98, 2014.
- SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; FONSECA, Marina Cardoso Gondin; SÁ, Márcia Bastos de; LIMA, Ana Cristina Moreira. Construções identitárias de estudantes de Farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. *Pro-posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p.145-59, 2012.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p.19-54, 2007.
- TOSOLD, Lea. O que é interseccionalidade? In: *I Congresso de Estudos de Interseccionalidade nas Ciências Sociais da USP*. São Paulo, USP, 2019.

USP MULHERES. *Pesquisa Interações na USP*. Junho, 2018. Disponível em <<http://uspmulheres.usp.br/pesquisa-interacoes-na-usp/>>

USP MULHERES. *Interações na USP: primeiros resultados das pesquisas*. Junho, 2018. Disponível em:<http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf> acessado em 13/07/2019